

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
COORDENAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO DE ESTUDOS EM CULTURA E  
TERRITÓRIO – PPGCULT**

**IZARETE DA SILVA DE OLIVEIRA**

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NOS LIMITES DO RURAL E URBANO, NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA - TO**

**ARAGUAÍNA  
2018**

IZARETE DA SILVA DE OLIVEIRA

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NOS LIMITES DO RURAL E URBANO, NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA - TO

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território à Universidade Federal do Tocantins – UFT, turma 2016-2018, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Elias da Silva

ARAGUAÍNA  
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S586t Silva de Oliveira, Izarete da.  
TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NOS LIMITES DO RURAL E URBANO, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA - TO. / Izarete da Silva de Oliveira. – Araguaína, TO, 2018.  
183 f.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2018.  
Orientador: Prof. Dr. Elias Da Silva  
1. Memória.. 2. Território.. 3. Comunidade Quilombola Dona Juscelina. 4. Territorialidade. I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

IZARETE DA SILVA DE OLIVEIRA

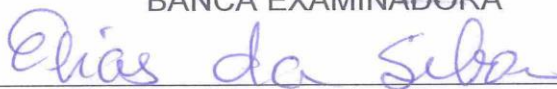
TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NOS LIMITES DO RURAL E URBANO, NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA - TO

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território à Universidade Federal do Tocantins – UFT, turma 2016-2018, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

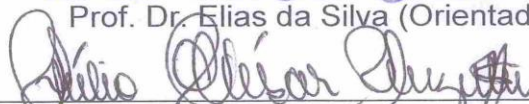
Orientador: Prof. Dr. Elias da Silva

Aprovada em: 13 / 05 / 2018.

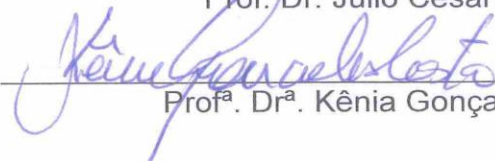
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elias da Silva (Orientador)



Prof. Dr. Julio César Suzuki (banca externa)



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kênia Gonçalves Costa (banca interna)

ARAGUAÍNA – TO  
2018

## DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Jakson Charles e nossos filhos: Zara Maria, Ana Letícia e Isaac Juan, fonte de inspiração para o término deste trabalho, raízes que são para minha sustentação.

## AGRADECIMENTOS

Ao Ser Supremo que me instrui, fonte imanente que me impulsionou a acreditar nesta pesquisa.

Aos quilombolas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, especialmente à matriarca Dona Juscelina Gomes dos Santos, por me acolherem, alimentarem e disponibilizarem seus saberes para esta produção.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Elias da Silva sempre presente em cada fase desta empreitada, acreditando em meu potencial, incentivando, criando e dando orientações que viabilizaram cada etapa deste trabalho. Sem suas brilhantes contribuições seria impossível a realização desta pesquisa!

Ao Prof. Dr. Júlio César Suzuki – USP por disponibilizar a mim seus conhecimentos e me acompanhar nesta pesquisa a partir dos primeiros apontamentos ocorridos desde a primeira visita à comunidade quilombola para observações e trocas de saberes, até a doação de livros aos jovens quilombolas do Núcleo de Estudos Afro Quilombolas – NEAQ! Foi uma honra tê-lo me assistindo na apresentação de trabalho oral em evento internacional! Como esquecer estes momentos...

À Universidade Federal do Tocantins - UFT espaço que contribuiu para a elaboração desta pesquisa nas pessoas dos (das) professores (as): Dr<sup>a</sup> Kênia Gonçalves Costa e demais professores do PPGCULT. Foram suas aulas que me permitiram fazer trajetos inimagináveis no mundo acadêmico.

Ao Professor Dr. Euclides Antunes de Medeiros pela disponibilidade em realizar o curso de História Oral, dedicando seu tempo e conhecimento.

Ao Professor Dr. João de Deus Leite, do Programa de Pós Graduação em Letras – PPGL, que fez de suas aulas encontros afetuosos e de muito conhecimento.

A minha família, que me deu apoio nos momentos mais necessários nesta trajetória acadêmica, em especial aos meus pais: Raimundo Ramos de Oliveira, que me inspirou a defender e lutar para que o camponês lavrador tenha acesso à terra. E minha mãe, Domingas da Silva de Oliveira, por ter dedicado suas orações e muito amor para eu realizar este projeto de vida. Ao meu irmão Jacinto da Silva de Oliveira, que por infindas vezes me acompanhou nas madrugadas de estudo.

A minha sogra Maria de Jesus Lopes e meu sogro Dionísio Barbosa Barros, com quem aprendo todos os dias o valor do conhecimento de um ancião. São muitas histórias contadas que permitem compreender melhor o mundo.

A minha cunhada tia-mãe Marivone Lopes Barros e sua família, que por muitas vezes acolheu meus filhos e meu esposo nas minhas ausências, com muito carinho e cuidados.

Ao meu esposo Jakson Charles Lopes Barros, amor que escolhi pra minha vida! Com compreensão e carinho me acompanhou nesta luta, cuja vitória conquistamos juntos! Durante o período de estudo casamos novamente, batizamos os filhos, além de ter me acompanhado nas idas a campo, pesquisamos! Cada superação foi um motivo a mais para estreitarmos os bons sentimentos! Com dedicação e paciência cuidou de nossos filhos na minha ausência, atitude fundamental para realizar meu desejo de estudar: muito obrigada!

Aos amigos e amigas que foram elementos fundantes na certeza de que a amizade existe mesmo na ausência. A minha gratidão a Súsie Fernandes e Neide Cunha Ferraz. Aos colegas do PPGCULT, em especial Maria Leal, Aloisio, Katiucia, Fernanda, Fernando e Sheila, que compartilharam saberes, amizade e superações!

Ao Laboratório de Estudos Agrários e Direitos Humanos – NEADH, especialmente ao Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes, pelas contribuições de grande relevância para minha pesquisa.

Ao Programa de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, representado pelos acadêmicos (as) Jorge Marinho, Sheile Soares (*in memoriam*), Paloma Silva, Elaine, Eliane, Raquel Almeida, Keliane, Luziene e Lucilan.

Ao Laboratório de Estudos Cartográficos e Território – LECT, na pessoa do Anderson Antonio de Oliveira França, que por muitas vezes me acompanhou nas trajetórias na elaboração dos mapas das práticas espaciais dos participantes da pesquisa.

À família do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Geografia – LEPEG, lugar de vivências, compartilhamentos de experiências sempre pautados no conhecimento, na amizade e companheirismo.

À Antropóloga e Professora Rita de Cássia Domingues, que com muita generosidade se dispôs a me acompanhar neste percurso sempre incentivando e dando dicas valiosas.

Às Secretarias Municipais de Muricilândia, tais: de Educação e Cultura e de Meio Ambiente, na pessoa do Professor Manoel Filho Borges e Wlisses Silva Santos.



## EPÍGRAFE

*“Já estou cansada de contar historinhas, vocês vem aqui e vão crescendo que nem galhos de árvores, e não volta nada, não consigo nada.” Dona Juscelina (Matriarca da Comunidade Quilombola Dona Juscelina )*

## RESUMO

Neste trabalho abordamos o processo de formação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, no município de Muricilândia – TO, no sentido da conquista e da demarcação territorial marcada pela realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Realizamos levantamentos de informações sobre o histórico do lugar por meio da história oral, da formação da comunidade, valorizando os saberes locais. Observamos a efetivação da legislação desde a Constituição Federal de 1988 até a atualidade quanto aos conflitos de territórios étnico-raciais. Caracterizamos e mapeamos a área de estudo na atualidade em seus aspectos socioculturais, na interface urbano-rural – destaque para os projetos “Quintal verde” e “Cinturão verde” - dentre outras políticas públicas inerentes às populações tradicionais. Abordamos ainda as ressemantizações da categoria quilombo até os dias atuais como comunidade remanescente quilombola. Deste modo, colaboramos para a historiografia do povo quilombola desta comunidade e para o povo negro brasileiro. Enfim, evidenciamos que esta comunidade tem seus primórdios na migração e as narrativas destacam dois movimentos migratórios, sendo que o primeiro é pelo viés da fé, no caso as romarias de devotos de Padre Cícero Romão; e, depois, pela migração da matriarca e sua família, os quais tem ancestralidade de ex-cativos, vindos do Maranhão para Goiás (hoje Tocantins). Os dados e as narrativas evidenciam que o processo de ocupação tem início a partir no ano de 1952 e que houve a expulsão forçada dos antepassados dos quilombolas das terras comuns e terras de pretos, a partir da década de 1970, por fazendeiros originários do sul e sudeste brasileiro. Isso gerou um conflito territorial que perdura até os dias atuais no âmbito da Amazônia Legal. Deste modo, a organização desta comunidade é pautada principalmente pelas práticas culturais e o modo de vida, com ênfase na comemoração da Festa 13 de Maio, o principal rito realizado por esta comunidade e manifestação cultural com teor político que fortalece a luta pela conquista do território ancestral.

**Palavras-Chave:** Memória. Território. Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

## ABSTRACT

In this paper is approached the process of formation of the quilombola community Dona Juscelina, in the town of Muricilândia, on the sense of conquer and territorial delimitation marked by the realization of the Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). We made a lifting of informations about the historic of the place by the oral history, the communitie's formation, valuing the local knowledge. The legislation establishies were observed since Federal Constitution of 1988 until the current days about the conflicts of ethnic-racial territories. A characterization and mapping was also made about the actuality studies in theirs sociocultural aspects, in the interface rural-urban – emphasizing the projects “Quintal Verde” and “Cinturão Verde” – among other public policies inherent to traditional populations. We approach the derivations of the quilombo category until the present day as community remanescent quilombola. I n this way, we collaborate to the historiography of the people of this community and the quilombola black people. Anyway, it was shown that this community has its beginnings, on migration and the narratives they emphasize two migratory movements, the first is by the bias of faith, in the event the pilgrimages of devotees of Priest Cícero Romão; and then by the migration of the matriarch and your family, which has ancestry from ex-prisoners, from Maranhão to Goiás (now days Tocantins). The data and the narratives show that the occupation process starts from the year of 1952 and there was the forced expulsion of quilombola's ancestors from the comun lands and black people lands from the late 1970, by farmers from south and eastern of Brazil. This generated a territorial conflict that lasts until the present day under the Legal Amazon. In this way, the Organization of this community is based mainly by cultural practices and the way of life, with emphasis on the celebration of the feast on May 13, the main Rite performed by this community and exhibitions with political content that strengthens the fight for conquest of ancestral territory.

**Keywords:** Memory. Territory. Quilombola Community Dona Juscelina.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Mapa 01: Comunidades Quilombolas Certificadas até o ano de 2017 no TO -----	21
Foto 01-A: Monumento em praça pública na cidade de Pastos Bons, em homenagem a São Bento -----	39
Mapa 02: Trajetória espacial e migratória da Matriarca Dona Juscelina: do Maranhão ao Tocantins (antigo Goiás) -----	40
Foto 01-B: Imagem do Padroeiro de Pastos Bons na Catedral de São Bento -----	41
Foto 02-A: Olho d'água de São Bento -----	42
Foto 02-B: Fonte de Água Mineral de São Bento-----	43
Mapa 03: Localização Geográfica da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia -----	44
Foto 03-A: Os grilhões: rememora os castigos aplicados ao negro escravizado -----	46
Foto 03-B: Romeira negra: evidencia as práticas das penitências na comunidade quilombola -----	47
Foto 04: Cozinha da casa da matriarca: fogão a gás, a lenha e um forno de barro -----	48
Foto 05: Altar na casa da Matriarca: Espaço de devoção e fé -----	49
Foto 06-A: Momento de alimentar os pássaros com mamão e farelos de cereais -----	50
Foto 06-B: Pássaros no fio: canários e galo de campina -----	51
Mapa 04: Rio Muricizal: da nascente ao Araguaia -----	56
Foto 07: Porto dos homens: às margens do Rio Muricizal próximo ao Balneário Água Viva -----	60
Mapa 05: Mapas das comunidades certificadas no norte do TO e TO-222 -----	61
Mapa 06: Localização das três terras ancestrais: dos primórdios aos dias atuais obtidas por meio da compra de título e herança de família -----	75
Foto 08: Preparo de canteiro de hortaliças em quintal na zona urbana na Rua 05 -----	84
Foto 09: Canteiros de hortaliças com cobertura de bambu e palha de coco babaçu -----	86
Foto 10: Cultivo de bananas em quintal na zona urbana na Rua 03 -----	87
Foto 11: Cultivo de malva do reino, alfavaca e outras ervas medicinais em quintal na rua Murici. -----	88
Foto 12: O moderno e o tradicional: uma relação urbano-rural -----	88

Foto 13: Árvore frutífera de espécie nativa cacauí -----	89
Foto 14: Cultivo de frutas associadas com ervas medicinais em quintal na Rua Murici ---	90
Foto 15: Cultivo de bananas, cupuaçu e outras espécies: equilíbrio dos nutrientes do solo como prática de agroecologia na Rua 03 -----	100
Foto 16: Cultivo de milho, banana, feijão, mamão e outras espécies em quintal quilombola na Rua Murici -----	101
Foto 17: Técnicas de combate às pragas e pássaros a ataques às plantações de roça de quilombolas na comunidade rural Cocalândia: Projeto Cinturão Verde -----	102
Mapa 07: Projeto Cinturão Verde: comunidade rural Cocalândia -----	104
Foto 18: Roça de milho em três etapas, com associação de quiabo e feijão de corda cultivada por quilombola morador da zona urbana de Muricilândia -----	105
Foto 19: Roça de feijão e milho, alternados: no fundo - faixa de mata ciliar -----	106
Foto 20: Casa de Quilombola: “Minha Casa, Minha Vida”-----	123
Mapa 08: Espaços de práticas sociais dos quilombolas: identidade e resistência -----	126
Foto 21: O Tronco: marco da chegada da matriarca nesta comunidade -----	129
Foto 22: Teatro da Abolição: momento de declaração da Lei Áurea -----	130
Mapa 09-A: Área Urbana de Muricilândia e a rota do cortejo da Alvorada -----	151
Mapa 09-B: Rota do Cortejo da Abolição – partida e chegada da casa da matriarca ----	152
Foto 23: Visita de equipe de Professores UFT e USP – interlocução entre a universidade e a Comunidade Quilombola Dona Juscelina -----	155

;

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Comunidades Quilombolas Certificadas no TO até o Ano de 2017 -----	18
Quadro 02: Dados Gerais do Município de Muricilândia – TO -----	60
Quadro 03: Funções Ocupacionais dos Quilombolas na Comunidade Quilombola Dona Juscelina -----	81
Quadro 04: Tipos de Ervas Medicinais Cultivadas em Quintais Quilombolas -----	91
Quadro 05: Quilombos: Movimento Negro, Conceitos e Ressematizações -----	113
Quadro 06: Estrutura Organizacional da Comunidade Quilombola Dona Juscelina-----	115
Quadro 07: Procedimentos para Regularizar o Território Ancestral-----	144

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

APA-TO - Associação Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins

AQDJ – Associação Quilombola Dona Juscelina

CF – Constituição Federal

CIADSETA - Convenção Interestadual das Assembleias de Deus do Serviço de Evangelização da Região Tocantins e Araguaia

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

DEM – Partido Democratas

DOU – Diário Oficial da União

EDUCON – Sociedade de Educação Continuada

FCP – Fundação Cultural Palmares

FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Goiás

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFTO – Instituto Federal do Tocantins

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MA – Estado do Maranhão

MATOPIBA – Acrônimo: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MEC – Ministério da Educação

N. – Narrador / Narradora

NEAQ – Núcleo de Estudos Afro Quilombolas

NUFAC - Núcleos de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra

NURBA – Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários

PA – Estado do Pará

PBQ – Programa Brasil Quilombola

PE – Estado do Pernambuco

PFL – Partido da Frente Liberal

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PPGCULT – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RTID – Relatório Técnico de Identificação

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SIALAT – Seminário Internacional da América Latina

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TO – Estado do Tocantins

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins

USP – Universidade de São Paulo



## TRAJETÓRIA ACADÊMICA E INVESTIGATIVA DA PESQUISADORA

A autora nasceu na zona rural do município de Xambioá-TO, num parto normal realizado por parteira, no ano de 1975. Nesta cidade desenvolveu sua formação educacional até o Ensino Médio, no ano de 1993. Veio para Araguaína em 1994. Graduiu em Licenciatura Plena em Geografia pela Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, antiga Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, no ano de 1999. Iniciou a graduação em Pedagogia no ano de 2014, na Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, interrompida em 2015. Fez especialização em Gestão Educacional e Metodologia do Ensino de Ciências Humanas – História e Geografia pela Instituição Sociedade de Educação Continuada – EDUCON, no ano de 2006. Especializou-se também em Coordenação Pedagógica pela Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, no ano de 2011.

No segundo semestre de 2015, ingressou como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT e cursou a disciplina: Cultura, Território e Identidade. No primeiro semestre de 2016 cursou a disciplina Poder, Territórios e Identidades. Seu ingresso como aluna regular no Programa deu-se no segundo semestre de 2016.

Atualmente, exerce a profissão de professora concursada da Educação Básica, na Rede de Ensino Público Estadual desde 2002, lotada no Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes, desempenhando a função de Coordenadora Pedagógica desde agosto de 2016.

Desempenhou a função de Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, de março de 2014 a março de 2017, no Centro de Ensino Médio Dr. José Aluísio da Silva Luz e no Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes. Ministra aulas nas disciplinas de Geografia, Sociologia e Filosofia no Ensino Médio.

Ressalta-se que realizou trajetos na busca de informações e dados, para que fosse possível a constituição deste constructo de forma densa, investigativa, com o desejo de conhecer ao máximo possível os elementos que compõem esta pesquisa: lugares, memórias e narrativas, que resultaram no trabalho final desta pesquisa.

O percurso da sua trajetória acadêmica e investigativa durante a pesquisa configura-se pela apresentação oral do trabalho, intitulado *Comunidade Quilombola Dona Juscelina: numa abordagem do processo de formação socioterritorial* em vários eventos, os quais descrevemos a seguir:

Fórum Internacional de Pedagogia – FIPED, no segundo semestre de 2016, realizado na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Imperatriz / MA.

VI Seminário de Cultura Afrobrasileira e Quilombola, realizado no primeiro semestre do ano de 2017 na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia / TO.

IV Simpósio Nacional e VII Simpósio do Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários - NURBA/UFT a Geopolítica Territorial do Capital na Amazônia Legal, no primeiro semestre de 2017, realizado na Universidade Federal do Tocantins – UFT, Porto Nacional /TO.

II Seminário da Rede Amazônica Interdisciplinar de Programas de Pós-Graduação e II Simpósio do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, no segundo semestre de 2017 realizado na Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT em Araguaína/TO.

Ciclo de Palestras: Narrativas, Culturas e Cidadania, no segundo semestre de 2017, na mesa redonda com o título: Quilombo no Contexto do Norte do Tocantins, com apresentação oral de trabalho intitulado: Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO: território em questão. Realizado na Fundação Universidade do Tocantins – UFT em Araguaína / TO.

III Fórum da Consciência Negra, no segundo semestre de 2017, com apresentação oral de trabalho intitulado: A Marginalização da Religião de Matriz Africana: uma tentativa de diálogo. Realizado na Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO.

II SIALAT - Seminário Internacional América Latina no segundo semestre de 2017, com apresentação oral de trabalho intitulado: A festa 13 de Maio pelo viés da Semiótica do Espaço na Comunidade Quilombola Dona Juscelina: ato político que evidencia o conflito territorial. Realizado na Universidade Federal do Pará – UFPA em Belém-PA.

O contato e a interlocução com os docentes nas aulas ministradas no programa de pós-graduação possibilitou o acesso a inúmeras obras e autores, tornando-se possível

fazer uma aproximação da compreensão das categorias de Cultura e Território com abordagens interdisciplinares.

É possível perceber na construção do arcabouço teórico a conceituação de território em Saquet (2010. p.34) – para quem “[...] o território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social”. Tal relação aqui se trata de como foi apropriada a terra desde quando esta era livre, devoluta, primeiro pelos ancestrais quilombolas, que tiravam da terra o sustento e pouco modificavam a paisagem, já que usavam tecnologias de pouco poder de transformação.

Depois, esta foi “*laçada*” pelo grande empresário chancelado pelo Estado, que utilizou o poder do capital e modificou a paisagem e as relações com os primeiros que antes ocupavam a terra, relações estas pautadas pelo uso da coerção e da desigualdade, o que definiu tais fronteiras e instituiu o conflito territorial. A partir da Constituição Federal de 1988, o direito instituído é exigido por meio da luta pela terra e resistência.

E quando se reflete sobre o uso e o valor que a terra tem para os quilombolas, esta adquire valor material e simbólico. Material quanto à garantia de segurança alimentar, e simbólico, como lugar de identidade e reprodução física, social e cultural e de modos de criar, viver e fazer. Assim, as relações construídas no contexto da dominação da terra pelo homem e da formação socioterritorial se aplicam diretamente na discussão proposta nesta referida dissertação.

Deste modo, há de se mencionar a discussão metodológica evidenciada na disciplina de Metodologia da Pesquisa, com a produção e revisão do projeto de pesquisa e leituras de autores como Portelli (2016), que trabalha a oralidade na perspectiva da história oral; Martins (2010), que traz uma abordagem sobre como são estruturadas as relações fundiárias no Brasil; Ratts (2006), e sua abordagem a respeito dos quilombos, e, por fim, D’Owyer (2002), que traz um estudo denso da atual situação das comunidades quilombolas no Brasil.

Na primeira disciplina mencionada, o objeto de teorização foi sobre a conceituação da categoria território, em Saquet (2010), e identidade, em Hall (2006), discussão fundamental para se compreender algumas correntes contemporâneas sobre território. O trabalho de conclusão de disciplina utilizou-se para submissão e participação no primeiro

evento internacional, aceito em apresentação oral. A segunda disciplina trouxe teóricos indispensáveis para o corpus da pesquisa, como Little (2002), com estudos antropológicos dos povos tradicionais e Almeida (2002, 2006, 2008).

Outra disciplina cursada, Metodologia da Pesquisa em Cultura e Território, trouxe mais clareza quanto à categoria território. Realizamos leituras de autores já conhecidos do tema, cujas abordagens proporcionaram a compreensão sobre situações específicas quanto à realidade fundiária brasileira e uma discussão como esta se estrutura desde o período da abolição da escravidão até os dias atuais. Tão evidente no deslocamento das fronteiras que atingem os diversos povos tradicionais no território brasileiro, cada vez mais cancelado pelo Estado, algo bastante relevante na discussão proposta por esta pesquisa.

A realização desta pesquisa nos proporcionou um olhar mais crítico quanto às questões sociais e aos conflitos vividos entre as comunidades quilombolas no Tocantins e o grande capital. Assim, a Comunidade Quilombola Dona Juscelina é uma comunidade quilombola com traços peculiares por localizar-se na zona urbana e com fortes traços de práticas sociais rurais. Neste contexto é que se escolheu o uso da oralidade como metodologia para realização desta pesquisa.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. BRASIL: A TRAJETÓRIA DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL A PARTIR DO SÉCULO XIX E A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS.....	33
1.1– A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL NO CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XIX.....	33
1.2 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA NA RETROSPECTIVA MARANHÃO / GOIÁS .....	35
1.3. MEMÓRIA DAS TERRITORIALIDADES NO CONTEXTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA.....	51
2. AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA NA INTERFACE URBANO/RURAL .....	68
2.1 – MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO URBANO/RURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA.....	68
2.2 – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E TERRITORIAIS DA COMUNIDADE EM PESQUISA .....	80
2.3. A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA NO CONTEXTO TOCANTINENSE .....	109
3. A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: ASPECTOS POLÍTICO/JURÍDICOS NA LUTA PELA EFETIVAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	112
3.1 A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: ASSOCIAÇÃO E OUTROS ELEMENTOS INSTITUCIONAIS.....	112
3.2 ASPECTOS LEGAIS DA CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA.....	131
3.3. COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: IMPASSES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA EFETIVAÇÃO DO TERRITÓRIO ANCESTRAL.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS .....	162
ANEXOS.....	167

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi produzida e pautada na complexidade e nas dificuldades para a sua realização, condição que faz parte da exigência do olhar minucioso e interdisciplinar e, para tal, foi amparada por uma multiplicidade de saberes. Desta forma, abordamos o processo de formação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, no município de Muricilândia – TO, no sentido de documentar a conquista e a demarcação territorial marcada pelo conflito de território. A comunidade é localizada no perímetro urbano deste município, região norte do Brasil, aproximadamente a 449 km de Palmas, a capital do estado do Tocantins, com acesso pela rodovia TO – 222, que cruza todo este estado de leste a oeste e a BR-153.

Trata-se de uma das 45 comunidades quilombolas (conforme quadro 01) já reconhecidas e certificadas no Estado do Tocantins, até o ano de 2017.

### QUADRO 01: COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS ATÉ 2017 NO TO

ITEM	MUNICIPIO	COMUNIDADE	REGIÃO	D.O.U <sup>1</sup>
01	Araguatins	Comunidade Ilha de São Vicente	Norte	27.12.2010
02	Filadélfia	Comunidade Grotão Vale da Gameleira	Norte	09.12.2008
03	Santa Fé do Araguaia	Comunidade Quilombola Cocalinho	Norte	20.01.2006
04	Aragominas	Comunidade quilombola Baviera	Norte	20.01.2006
05	Aragominas	Comunidade Pé do Morro	Norte	27.12.2010
06	Esperantina	Comunidade Quilombola Carripiché	Norte	03.12.2015
07	Esperantina	Comunidade Quilombola Ciriaco	Norte	03.12.2015
08	Esperantina	Comunidade Quilombola Praiachata	Norte	03.12.2015
09	Muricilândia	Comunidade Quilombola Dona Juscelina	Norte	24.03.2010
10	Santa Tereza do TO	Comunidade Quilombola Barra da Aroeira	Sudeste	20.01.2006
11	São Felix do TO	Comunidade Quilombola Povoado do Prata	Sudeste	20.01.2006
12	Mateiros	Comunidade Quilombola Formiga	Sudeste	19.11.2009
13	Mateiros	Comunidade Quilombola Carrapato	Sudeste	19.11.2009
14	Mateiros	Comunidade Quilombola Ambrósio	Sudeste	19.11.2009
15	Mateiros	Comunidade Quilombola Mumbuca	Sudeste	20.01.2006
16	Mateiros	Com. Quilombola Margens do Rio Novo	Sudeste	31.07.2014
17	Mateiros	Comunidade Quilombola Riachão	Sudeste	31.07.2014

<sup>1</sup> D.O.U: Diário Oficial da União.

18	Mateiros	Comunidade Quilombola Rio Preto	Sudeste	31.07.2014
19	Mateiros	Comunidade Quilombola Boa Esperança	Sudeste	02.02.2015
20	Santa Rosa do TO	Comunidade Quilombola Morro São João	Sudeste	20.01.2006
21	Natividade	Comunidade Quilombola Redenção	Sudeste	20.01.2006
22	Conceição do TO	Água Branca	Sudete	03.12.2015
23	Conceição do TO	Matões	Sudeste	03.12.2015
24	Ponte Alta do TO	Lagoa Azul	Sudeste	20.05.2016
25	Almas	Poço D' Antas	Sudeste	02.10.2017
26	Brejinho de Nazaré	Com. Quilombola Curralinho do Pontal	Centro	24.03.2010
27	Brejinho de Nazaré	Comunidade Quilombola Manoel João	Centro	06.07.2010
28	Monte do Carmo	Comunidade Quilombola Mata Grande	Centro	05.05.2009
29	Dois Irmãos do TO	Com. Quil. Santa Maria das Mangueiras	Centro	19.11.2009
30	Brejinho de Nazaré	Comunidade Quilombola Malhadinha	Centro	20.01.2006
31	Brejinho de Nazaré	Comunidade Quilombola Córrego Fundo	Centro	20.01.2006
32	Chapada de Natividade	Comunidade São José	Sul	20.01.2006
33	Arraias / Paranã	Com. Quilombola Kalunga do Mimoso	Sul	12.12.2005
34	Arraias	Com. Quil. Fazenda Lagoa Dos Patos	Sul	03.07.2014
35	Paraná	Comunidade Quilombola Claro	Sul	18.03.2014
36	Paraná	Comunidade Quilombola Prata	Sul	18.03.2014
37	Paraná	Comunidade Quilombola Ouro Fino	Sul	18.03.2014
38	Almas	Comunidade Quilombola Baião	Sul	14.11.2010
39	Porto Alegre	Comunidade Quilombola São Joaquim	Sul	20.01.2006
40	Dianópolis	Comunidade Quilombola Lajeado	Sul	28.04.2010
41	Chapada de Natividade	Com. Quilombola Chapada de Natividade	Sul	20.01.2006
42	Arraias	Comunidade Quilombola Káagados	Sul	03.07.2014
43	Arraias	Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra	Sul	10.12.2004
44	Jaú do Tocantins	Comunidade Quilombola Rio das Almas	Sul	24.03.2010
45	Porto Alegre	Comunidade Quilombola Laginha	Sul	20.01.2006

As informações contidas no quadro foram obtidas através do site: Palmares. Comunidades certificadas: Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (Crqs) Atualizada até a Portaria N°45/2018, Publicada no DOU de 05/03/2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>. Acesso dia 12 de abril de 2018.

Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Dados organizados pela pesquisadora).

O quadro nos traz informações inerentes à existência das comunidades remanescentes de quilombolas tocantinenses já certificadas. Destas, 09 comunidades encontram-se na região norte do estado do Tocantins e, dentre estas, a que faz parte desta pesquisa é a Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Na região sudeste do estado encontram-se 16 comunidades quilombolas. Esta região, nos séculos XVII e XVIII, tinha forte potencial na extração de minérios, principalmente do ouro. Concomitantemente existia forte presença de mão de obra de negros escravizados. Depois, a rota do gado contribuiu para a presença da população remanescente deste povo negro que fora escravizado, o que deu origem a estas comunidades.

Já na região central, encontram-se 06 comunidades, apresentando uma menor incidência da presença de população remanescente de quilombos. Enquanto isso, a região sul possui 14 comunidades remanescentes e apresenta as mesmas características da região sudeste. Pode-se observar (mapa 01) a localização das 45 comunidades quilombolas certificadas no estado do Tocantins. Devido à quantidade de comunidades quilombolas existentes no estado, surgiu o desejo de realizar esta pesquisa a partir de uma ação pedagógica do PIBID de Geografia, no cumprimento da Lei 10.639/2003 – que, desde que fora implantada, trouxe a necessidade de ser aplicada constantemente no currículo escolar.

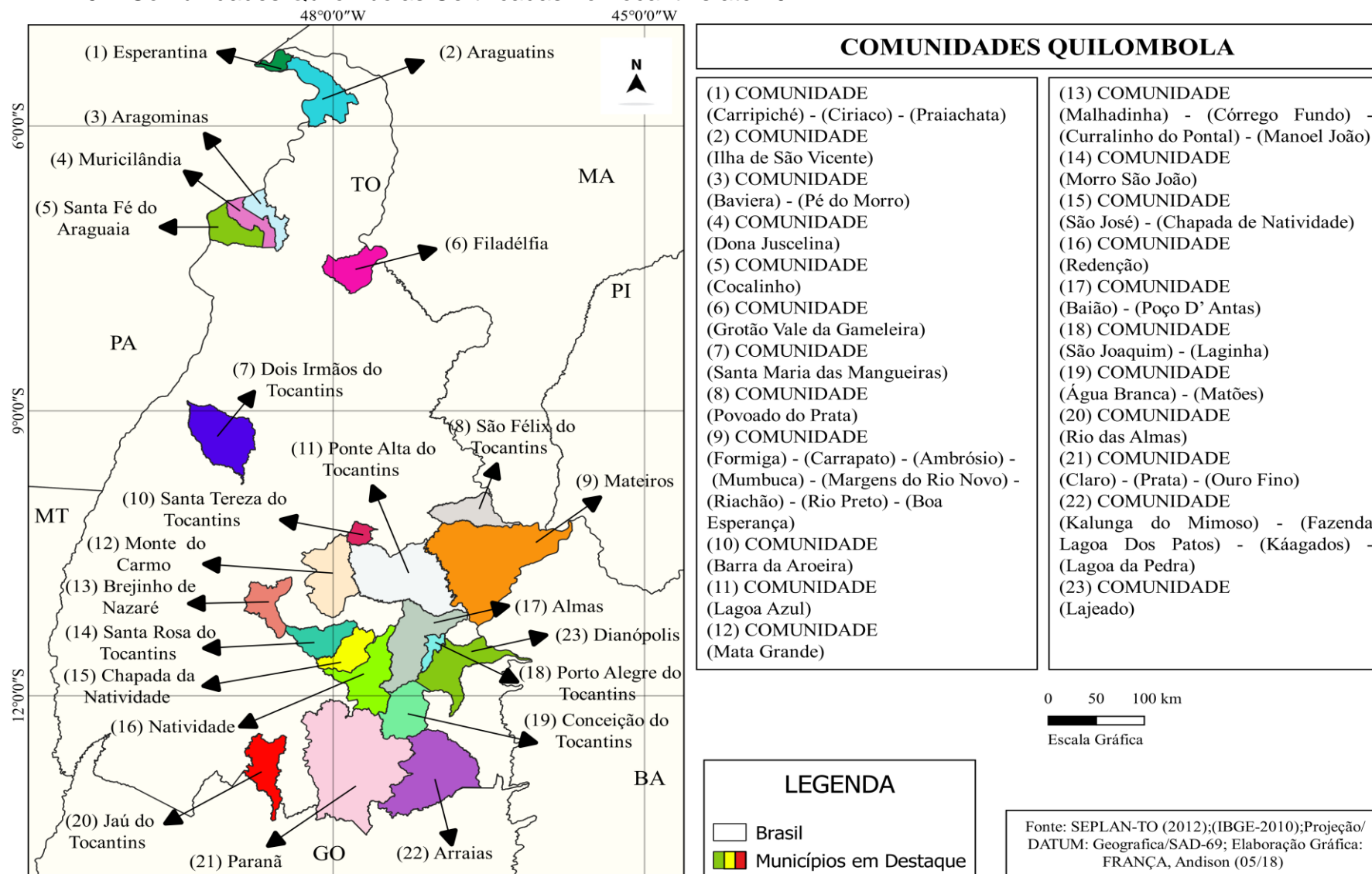
A ação do PIBID descortinou a curiosidade sobre o município de Muricilândia e a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, que até então era identificada como “urbana”, o que nos instigou a querer compreender:

- a) *Como seria esta comunidade quilombola e quais suas peculiaridades?*
- b) *Qual a historicidade construída em torno do contexto histórico e quais as principais lutas deste quilombo?*
- c) *Qual a importância da terra para os quilombolas e como está forjada a organização política desta comunidade quilombola?*

Os caminhos trilhados nesta pesquisa deram-se a partir de idas a ambientes diversos - a exemplificar a biblioteca da Universidade Federal do Tocantins, no Campus em Araguaína, a 62 quilômetros do município onde se encontra esta comunidade quilombola - em busca de produção acadêmica que abordasse sobre o tema e até em outros espaços de diálogos. Desta maneira, consideramos que a identidade de um povo é algo valioso e definidor de sua história, em que se expressam seus valores e costumes, por fazer com que os grupos percam ou vejam transformar sua identidade e seus valores culturais sem levar em conta a ancestralidade, fato que impulsionou o interesse por esse tema.



**MAPA 01: Comunidades Quilombolas Certificadas no Tocantins até 2017.**



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Dados Organizados pela Pesquisadora)

Para analisarmos a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, em Muricilândia-TO, nos seus aspectos socioculturais e territoriais, é necessário indicar que esta pesquisa é relevante:

*a) pela produção de pesquisa científica para que o leitor compreenda o viver dos povos tradicionais, mantendo suas origens sem perder as raízes de sua identidade, pois as características do mundo globalizado e capitalista, junto à imposição cultural das regiões ricas e dominantes, acabam por sufocar as culturas tradicionais através de um modelo de cultura “ideal”;*

*b) por sua importância teórica, já que ela está (por condição) localizada na zona urbana, entretanto sem perder o vínculo com o rural por conta da prática da agricultura de subsistência ainda presente;*

*c) por sua possibilidade de gerar uma reflexão sobre os desafios atuais dos quilombolas, principalmente os tocantinenses, quanto à vontade de viver sua liberdade com dignidade econômica, cultural e social.*

Neste contexto, os quilombolas encontram-se, em sua maioria, no perímetro urbano de Muricilândia (TO), com 236 famílias cadastradas que se autodefinem quilombolas e associadas, perfazendo um total aproximado de 900 pessoas. Pesquisamos principalmente com a finalidade de compreender o sentido que o território tem para esta comunidade quilombola, conhecer as relações que mobilizam do urbano/rural e analisar o processo de territorialização dos quilombolas e sua historicidade.

Fundamental compreender o conceito de território e territorialidade, sobre a estrutura fundiária, comunidades tradicionais e remanescentes de quilombolas. Para isto em relação a esta comunidade foi necessário adentrar áreas da zona rural para mapear as áreas que ainda são usadas na agricultura de subsistência. Enfatizamos que há apenas três famílias quilombolas que possuem ou permanecem na terra ocupada desde os primórdios da formação da comunidade.

Lideranças quilombolas, a exemplo a matriarca Dona Juscelina<sup>2</sup>, nos propiciaram conhecimentos sobre a organização da comunidade, a historicidade, os conflitos em torno

---

<sup>2</sup> O nome da matriarca é Lucelina Gomes dos Santos, tendo como nome social, Dona Juscelina. Ressalta-se que a comunidade recebeu tal definição por sua ancestralidade. Nascida em 24/10/1930, na cidade de Nova Iorque no Maranhão. Como neta de uma cativa, é griô, benzedeira, devota e romeira de Padre Cícero e do Divino Espírito Santo. Estudou até a 3ª série do Ensino Fundamental, tendo como profissão lavradora e parteira, exercendo esta última profissão por 25 anos. A matriarca afirma ter realizado 583 partos no decorrer de sua profissão. Contudo, aos 86 anos esta não é aposentada, vive de uma pensão, direito

da conquista do território e as políticas públicas que já estão sendo efetivadas na comunidade. Importantes também os Griôs, estes como assevera Souza (2012) são,

[...] os mais antigos ou entre aqueles que funcionam como guardiões da memória mais remota ou ancestral. Esses anciãos são os griôs que silenciam seu saberes e crenças ancestrais para salvaguardá-los da discriminação e da repressão a que historicamente são submetidos. Ao mesmo tempo, esses mesmos defensores da memória para fora compartilham com os destinados do grupo (aprendizes de griô) o seu conhecimento e a sua fé para que estes possam levar adiante os costumes e referenciais afro-brasileiros. (SOUZA, 2012, p.83)

Desta maneira, as memórias estão sob os cuidados dos griôs desta comunidade e, pela importância que possuem, são passadas à juventude quilombola, como forma de resguardar os costumes e as próprias referências. Contudo, a principal política pública do Programa Brasil Quilombola<sup>3</sup>, o acesso a terra, ainda não foi cumprida, mas vem passando pelo processo de realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RITD<sup>4</sup>, ainda não finalizado. Devido a este fato, são relevantes as discussões contidas

---

adquirido por ser viúva do primeiro casamento (viúva também do 2º casamento). Reside com a família, composta por netas, netos, bisnetas e bisnetos, numa residência com estrutura precária e pouco conforto. Um exemplo é o telhado que apresenta goteiras que geram umidade por toda residência. Há o sanitário que dificulta sua acessibilidade e mobilidade, com problema no sistema e funcionamento ineficaz. Mesmo com lideranças quilombolas ocupando cargos políticos em destaque na comunidade, nada ainda foi feito que contemplasse melhores condições de vida à matriarca. Recebeu da Câmara Municipal de Muricilândia a concessão do Título de Cidadão Muricilandense no ano de 2012 pelos relevantes serviços prestados à Cidade de Muricilândia, resgatando e incentivando a cultura e os direitos da comunidade quilombola (Dados primários adquiridos em campo da pesquisa). Ganhadora do Prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos - Categoria VIII - Igualdade Racial, realizado pela Secretaria de Cidadania e Justiça - Seciju do Estado do Tocantins no ano de 2016. **Seciju publica o resultado final do Prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos.** Disponível em: <http://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2016/12/6/seciju-publica-o-resultado-final-do-premio-boas-praticas-em-direitos-humanos/>. Acesso em 10 de abril de 2018.

<sup>3</sup> Programa Brasil Quilombola: lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar o marco da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas. Ver: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>. Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

<sup>4</sup>[...] É um relatório técnico produzido por uma equipe multidisciplinar do INCRA, criada por Ordem de Serviço. Sua finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto pelas seguintes peças: relatório antropológico; levantamento fundiário; planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lindeiros de todo o seu entorno; cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos; levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; parecer conclusivo. Após a sua conclusão, o mesmo deve ser aprovado pelo Comitê de Decisão Regional – CDR e ser publicado na forma de Edital, por duas vezes consecutivas nos Diários Oficiais da União e do Estado, assim como afixado em mural da Prefeitura. **QUADRO ATUAL DA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS**

nesta pesquisa. Essas memórias permeiam, desde os espaços de práticas sociais dos ancestrais, às questões políticas que se inserem na luta pelo território, quando do levantamento cartográfico para sua delimitação. Para evidenciar a importância dos griôs como guardiões das memórias desta comunidade e seus ancestrais, nesta comunidade realizou-se, no período de 08 a 22/04/2018, o **I Encontro de Griôs e Juventude**, um espaço de vivências de práticas sociais. A abertura se deu com o cortejo da bandeira do Divino Espírito Santo sob as batidas de tambor e um coro cantando: “que bandeira é essa que vamos levar? Ao dono da casa vamos entregar”.

O Coletivo de Juventude Quilombola, juntamente com a liderança Prof. Manoel Filho Borges,<sup>5</sup> são idealizadores deste encontro, sendo que este último fez o convite à pesquisadora Izarete da Silva de Oliveira para portar a bandeira do Divino Espírito Santo na abertura do encontro, a qual foi entregue à matriarca. Em seguida, as rodas de conversas contemplaram a religiosidade, a exemplo do pedido de bênção aos ancestrais, as narrativas e transmissão de saberes e fazeres a partir da cura de doenças por meio de benzimentos e ervas medicinais. Saberes antes não compartilhados com os jovens foram descortinados a todos como forma de reconhecimento das raízes ancestrais e identidade. Por exemplo, as danças tradicionais, como o rebolado e o lindô que foram ensinadas a todos. O lindô vem sendo esquecido e pouco praticado na comunidade. Nestes espaços de ensinamentos fez parte a capoeira, desde suas origens, a alguns dos diferentes tipos de passos e jogadas, já praticada por quilombolas nesta comunidade.

Houve ensinamentos sobre a importância do coco babaçu, desde o uso da palha de coco à produção de azeite, às técnicas necessárias para manuseio destes materiais, e como podem ser usados. Por exemplo: o tipo e tamanho da palha para fazer o abano, o cofo, a esteira, como a palha é trançada e até objetos como meio de lazer e descontração. Ainda foi ensinado sobre o pilão no modo de vida dos quilombolas, da produção do azeite de coco babaçu, de alimentos e temperos, a exemplo, o coloral feito

---

**QUILOMBOLAS NO INCRA.** Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/passos\\_a\\_passos\\_atualizado.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/passos_a_passos_atualizado.pdf)> Acesso em 10 de abril de 2018.

<sup>5</sup> Possui graduação em História pela Fundação Universidade do Tocantins (2002). Romeiro de Padre Cícero, Professor e liderança quilombola. Atualmente é Secretário Municipal de Educação de Muricilândia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História. Como liderança quilombola, desempenha a função de Coordenador de Cultura na Associação Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO. Considerado o braço direito pela matriarca Dona Juscelina. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/11308357/manoel-filho-borges>. Acessado em 02 de maio de 2018.

de urucum. A realização do encontro de griôs e anciãos foi um momento de ensinamento e até mesmo de terapia, dito por eles mesmos.

Assim, os griôs ensinaram como trabalhar a produção de farinha de mandioca, as técnicas para fazer diferentes tipos de farinha, a torragem, como é o processo para fazer a tapioca ou polvilho e a massa para alimentar bebês. No final das oficinas, houve a produção de bolos de mandioca, o beiju, o cruero, o grolado, um tipo de massa torrada que serve de alimento junto com bebidas feitas de buriti, açaí e outros frutos extraídos da floresta. Desta maneira, os alimentos e os artesanatos foram expostos no encerramento do encontro de griôs na noite cultural da comunidade. Tudo isto antecipa as festividades da Festa 13 de Maio. Todo o encontro foi acompanhado como lugar de estudos para pesquisadores e professores da Universidade Federal do Tocantins – UFT, espaço de interlocução entre o saber tradicional e o acadêmico.

Compreendemos que o entendimento sobre a cartografia social encontra respaldo em Almeida (2006), que a compreende como um produto que vai além do cartográfico, pois pesquisadores disponibilizam seus conhecimentos sobre as técnicas para mapear a localização geográfica da comunidade, contudo são, principalmente, os saberes e reconhecimentos das práticas sociais espaciais que somente os quilombolas e anciãos possuem.

Mapeamos uma aproximação da localização das três terras ancestrais que ainda sustentam as famílias destes quilombolas, a partir dos seus primórdios (a zona rural), da rota do principal rito da comunidade, a Festa 13 de Maio, que faz o cortejo pelas principais ruas da cidade e mapeamos também o principal rio, o Muricizal, que já foi via de transporte principal com acessibilidade a outras localidades, mas teve sua utilidade minimizada com a construção da rodovia TO-222 que, na sua historicidade, mantém resquícios do Bem Viver. Desta forma, bem viver para Acosta (2016, p.15),

[...] refere-se, portanto, à vida em pequena escala, sustentável e equilibrada, como meio necessário para garantir uma vida digna para todos e a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta. O fundamento são as relações de produção autônomas, renováveis e autossuficientes.

Deste modo, a constituição das identidades dos povos tradicionais como os aspectos do território e as territorialidades está imbuída de complexidade na dinâmica que envolve todo o contexto, estando presente a morosidade na efetivação das políticas que deveriam garantir os direitos da comunidade, postergando assim a cidadania.

Podemos exemplificar e evidenciar esta morosidade na comunidade, referida no parágrafo anterior, que causa descontentamento, com a não finalização do RITD, pelo fato de ser lenta sua finalização na definição da área ancestral de direito a ser mapeada, que é reivindicada pelos quilombolas. Sabe-se que o mapa deixa evidente o que se propõe ser visualizado, para atender aos interesses dos quilombolas, neste caso. E, pode acontecer de invisibilizar o tamanho da área reivindicada ou não. Compreendemos que o mapa não é um instrumento sem intencionalidade ou simplesmente resultado de uma técnica.

Notamos assim que o mapa é um instrumento indispensável, principalmente para a realização desta pesquisa e sua discussão, em alguns locais, foi essencial na construção desta pesquisa, a saber: a Universidade Federal do Tocantins-UFT, na cidade de Araguaína – TO; a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, na cidade de Imperatriz – MA, o Campus da Universidade Federal do Tocantins – UFT em Porto Nacional – TO, por meio do Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários – NURBA; a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, na cidade de Muricilândia – TO; as cidades de Nova Iorque e Pastos Bons – Maranhão, que fazem parte da trajetória da matriarca. Assim como a Universidade Federal do Pará – UFPA, na cidade de Belém-PA, e, por último, a cidade de Xambioá – TO, que fez parte da territorialidade no advento da comunidade.

A trajetória desta pesquisadora viabilizou a compreensão de que as comunidades tradicionais fazem enfrentamentos para garantir a efetivação da cidadania, principalmente como se apresenta dentro da organização fundiária no Brasil. Para Little (2002, p. 23), que aborda acerca da diversidade fundiária brasileira de “[...] grupos sociais fundiariamente diferenciados”, dentre tais grupos está o povo quilombola.

Ainda em Almeida (2008, p. 30), “[...] a noção de ‘tradicional’ não se reduz à história, nem aos laços primordiais que amparam unidades afetivas e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente em uma mobilização continuada”. Esta mobilização contínua se faz presente na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, desde a criação da Associação Quilombola Dona Juscelina, a criação do Núcleo de Estudos Afro Quilombolas – NEAQ, o Coletivo da Juventude Quilombola – CJQ, a efetiva participação do Coletivo de Griôs e tantas outras mobilizações. Toda essa movimentação evidencia a necessidade dessa dinâmica, adequando-se no tempo e no espaço como dispositivo de lutas pelo território, pautando-se nas políticas públicas instituídas de cunho étnico,

amalgamando com o conflito e cliva a história deste povo exigindo cada vez mais tomada de consciência e uma organização de resistência pelo modo de viver, pelo ser quilombola.

Por um olhar reflexivo, para garantir a integridade na constituição de sua territorialidade nesta comunidade, provavelmente, deve-se restringir o número de quilombolas com acesso e participação, nesta fase de mapeamento, a um número que seja apropriado (talvez no máximo três), buscando-se um que atenda à demanda da comunidade e não ao grande capital, definindo o mapa territorial final. Desse modo, por meio de diário de campo, entrevistas, diálogos formais e informais, a história da comunidade é narrada, expondo seus anseios em relatos dos quilombolas e outros agentes sociais não quilombolas, que almejam a conquista do território como forma de garantir-lhes melhores condições de vida.

Deste modo, as condições de vida dos quilombolas estão imbricadas com as práticas de seus hábitos, os costumes e ritos, da segurança alimentar, dentre tantos outros direitos contidos no Programa Brasil Quilombola, especialmente o que garante o Eixo 01, que é o acesso à terra. Assim, a terra que vem sendo reivindicada já foi utilizada pelos ancestrais nos primórdios da formação da comunidade, fazendo desta, o lugar ancestral marcado pela historicidade da comunidade. Para compreender sobre a importância da terra ancestral, recorreremos a Tuan (1980, p. 107), para quem “[...] mais permanentes e mais difíceis de expressar são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida”. O autor ainda destaca que a consciência do passado é um fator importantíssimo no amor pelo lugar e que, para explicar sua lealdade para com o lugar, os homens apontam os laços com a natureza, ou recorrem à história.

O homem, desde a sua tenra história de vida sobre o planeta Terra, se adaptou às intempéries do tempo, sobrevivendo e incorporando sua história no espaço que ocupa. Assim nasce a afeição pelo meio que o circunda. É assim que o mundo vivido toma forma, toma consistência e passa a dar mais significado à vida das pessoas e a tudo que elas fazem do espaço que se apropriaram. Espaço este que é anterior ao território. Segundo Saquet (2007, p. 75) “[...] o território, dessa maneira, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas”. O território em si materializa-se a partir das malhas, nós e redes, constituindo tessituras, verdadeiros

campos de disputas do poder. Neste contexto, em se tratando de território e características de sociedades tradicionais, Diegues (2000) apresenta algumas delas: moradia e ocupação desse território por várias gerações; reduzida acumulação de capital; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; utilização de tecnologias simples e fraco poder político. São elementos que estão presentes na constituição da identidade cultural destas comunidades tradicionais.

Deste modo, notamos que a identidade cultural também se torna recurso de reivindicação de direitos, centralizando variados interesses, atribuindo poder aos grupos e promovendo o desenvolvimento dos destinos, conforme a defesa da utilização da cultura como recurso, a serviço do mercado ou da política. Como assevera Little (2002, p.13), “[...] as novas condutas territoriais por parte dos povos tradicionais criaram um espaço político próprio, no qual a luta por novas categorias territoriais virou um dos campos privilegiados de disputa”. Disputa esta que se cristaliza nas relações antagônicas entre o fazendeiro e os quilombolas desta comunidade, como está imbricado nas narrativas dos participantes.

Assim, o ato de investigar tendo como estratégia metodológica a abordagem qualitativa que é utilizada nesta pesquisa, num processo de reflexão e análise da realidade, utilizando-se da história oral como afirma Portelli (2016, p.18) “[...] a história oral, então, é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória”. Desta maneira, “a oralidade, então, não é apenas o veículo de informação, mas também um componente de seu significado.” (PORTELLI, 2016, p. 21). Deste modo, exige-se dos pesquisadores interpretar os fatos narrados, de modo criterioso com a linguagem em suas diversas formas de uso. Para adensar a discussão, Ferreira e Amado (2006, p. 21) afirmam que “[...] narrativas orais referem-se tanto ao passado quanto ao presente, organizando-os e unificando-os, e ao mesmo tempo apontam para o futuro”. Neste contexto, conforme Minayo (1994), a pesquisa qualitativa,

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...] (MINAYO, 1994. p, 21-22):



Logo, a pesquisa qualitativa, que é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade, ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, trabalha com descrições, investigações e interpretações. Para Flick (2009, p. 25), “[...] os pontos de vista subjetivos constituem o primeiro ponto de partida.” Ainda, “[...] a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais.” (FLICK, 2009, p. 37).

Dessa forma, para elaborar esta pesquisa fazemos uso de métodos e técnicas para a compreensão detalhada da pesquisa, que justifica a contemplação dos objetivos levantados. Assim, de caráter *stricto sensu* objetivamos: a) abordar o processo de formação da comunidade quilombola Dona Juscelina no seu processo de conquista territorial; b) caracterizar e mapear a área de estudo na atualidade em seus aspectos socioculturais; e c) oferecer uma análise da Comunidade Quilombola Dona Juscelina enquanto formação territorial no contexto dos quilombos tocantinenses e do processo deste quanto à demarcação do território de direito.

Seguindo o raciocínio exposto, metodologicamente adotamos os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico e documental; informações de instituições governamentais e não governamentais, como: Fundação Cultural Palmares – FCP, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Comissão Pastoral da Terra - CPT; registros oficiais em atas de reuniões arquivados na associação da comunidade quilombola Dona Juscelina; levantamento de informações sobre a história da comunidade, com a matriarca, Griôs e lideranças quilombolas da comunidade; entrevistas semiestruturadas e estruturadas, gravadas em áudios, objetivando compreender ou reconstruir o processo de formação socioterritorial por meio de lutas de resistências.

Ainda como ferramenta relevante, e parte de nossa proposta de pesquisa, é a entrevista, o que vale como é abordado por Venturi (2005, p.173),

[...] na realização de entrevistas, mais que aplicação de questionários, a forma de abordagem e a linguagem utilizada, a habilidade do entrevistador, o conhecimento prévio sobre o assunto em pauta, o conjunto de informações sobre o entrevistado, podem significar desde o mais desejável sucesso ao mais completo fracasso na obtenção das informações desejadas [...] (VENTURI, 2005, p.173)

Entendemos assim que o momento da entrevista é crucial para a materialidade do saber sobre o objeto de pesquisa, sendo este construído em função da sutileza e do respeito ao entrevistado pelo entrevistador, refletindo sobre os resultados apontados pela pesquisa. Ressaltamos que uma amostra dos quilombolas cadastrados na Associação Quilombola Dona Juscelina – AQDJ fez parte do processo de obtenção de informações a partir da oralidade, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com questões abertas e fechadas, baseadas em pontos de interesse a serem explorados ao longo do diálogo.

Neste contexto, evidenciamos o processo de expulsão dos ancestrais que faziam uso comum da terra, juntamente com a possível territorialização e as mudanças que ocorreram e ocorrerão na comunidade quilombola desde o reconhecimento como comunidade remanescente de quilombola, na interface do urbano-rural e quiçá termine com o recebimento do território de direito.

Dentre as partes que compõem os procedimentos para a obtenção de dados, destacamos o levantamento de informações sobre o histórico da comunidade e sua formação, a partir do processo migratório da matriarca e seus familiares, vindo do Maranhão para o Tocantins; com representantes da comunidade quilombola, com os Griôs, com membros do Núcleo de Estudos Afro Quilombolas – NEAQ, dentre outros quilombolas, observando também o que preconiza a legislação desde a Constituição Federal de 1988.

Pesquisamos a Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO, tendo como base sua formação socioterritorial no entendimento e na compreensão nas suas demandas enquanto caracterização econômica, organização sócio-étnica, no âmbito dos quilombos do Tocantins, assim como o processo de formação da comunidade quilombola Dona Juscelina no seu processo de conquista territorial, onde caracterizamos e mapeamos a área de estudo na atualidade em seus aspectos socioculturais.

Portanto, oferecemos uma análise da Comunidade Quilombola Dona Juscelina enquanto formação territorial no contexto dos quilombos tocantinenses e do processo deste, quanto à demarcação do território ancestral. Em termos éticos, foi necessário utilizar os procedimentos da pesquisa a campo, reportando-nos à documentação, de forma a não ferir o direito dos participantes, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Neste documento foram firmados os critérios entre pesquisadora e participantes: o critério quanto à participação voluntária, garantindo sua permanência ou

desistência em qualquer momento da pesquisa. Em função disso, o critério do esclarecimento ao participante quanto aos riscos de sua participação, podendo sofrer emoções, resguardando a ele o direito de omitir informações de determinados aspectos, que por ventura viesse lembrar-se das situações que envolveram sua história de vida. Essa situação não ocorreu em nenhum momento durante a realização da pesquisa.

Citamos os nomes dos participantes quilombolas no *corpus* desta pesquisa, porém por questões de respeito aos quilombolas participantes há narrativas onde o narrador não foi identificado em conformidade com as orientações do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, no que se refere à ética e ao sigilo da pesquisa, sem causar qualquer tipo de danos ao participante.

Certamente esta pesquisa terá como benefício o entendimento e o conhecimento acerca do processo histórico e político da territorialização desta comunidade, um registro que compõe a história enquanto comunidade quilombola. Tivemos a oportunidade de propor um debate crítico e reflexivo no meio social e acadêmico sobre os efeitos da distribuição da terra, da implantação de política públicas que garantem o acesso à terra de comunidades tradicionais quilombolas que lutam pela efetivação de direitos e a cidadania em si.

A pesquisa está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo, **Brasil: a Trajetória da Ocupação Territorial a partir do Século XIX: da formação dos Quilombos ao contexto atual** quanto à questão fundiária no Brasil desde o século XIX e se mantém numa aproximação nos dias atuais quanto ao acesso à terra. Uma reflexão a partir da abolição da escravidão quando não foi instituído o direito à terra para o povo negro, agora liberto, após a aprovação da Lei Áurea. Todavia, cativos da condição social que lhes restou cancelada por meio do Estado. Fato que ainda reflete na estrutura da sociedade brasileira. Deste modo, impulsionou para a formação dos quilombos como resultado das fugas e resistências, hoje, ressemantizados, como comunidades remanescentes quilombolas, devido a uma longa história de luta do povo negro.

Por meio desta pesquisa, evidenciamos que a Comunidade Quilombola Dona Juscelina tem seus primórdios na migração de mulheres e homens negros de regiões inóspitas do Brasil, uma fuga motivada pela falta de condições de vida e busca por terras devolutas e abundantes. Terras estas que foram domesticadas e depois “*laçadas*” pelos fazendeiros e empresários. As narrativas destacam dois movimentos migratórios. O

primeiro, pelo viés da fé, ou seja, as romarias de devotos de Padre Cícero Romão, depois, a migração da matriarca e família com ancestralidade de ex-cativos vindos do Maranhão para Goiás (hoje Tocantins), fato que determinou a certificação como comunidade quilombola.

O segundo capítulo, intitulado **As Características Atuais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina na Interface Urbano/Rural**, tem como objetivo apresentar o mapeamento e a caracterização desta comunidade, com fortes ligações dos espaços urbano e rural, com territorialidades que excedem a esta localidade. As narrativas trazem o processo de ocupação, a partir do início da década de 1952, e expulsão forçada das terras comuns, terras de pretos a partir da década de 1970, com a chegada de sujeitos se apresentando como proprietários destas terras. Assim, após mapeamento foi possível identificar aproximadamente as últimas terras ancestrais que ainda são de remanescentes de quilombolas, que foram adquiridas por compra de título ou herança de família, e permanecem na área urbanizada com práticas sociais e resquícios do modo de vida rural, para exemplificar a produção de quintais verdes, na área rural o Projeto Cinturão Verde que contempla quilombolas.

Por último, no terceiro capítulo, que traz o título de **Comunidade Quilombola Dona Juscelina: aspectos político/jurídicos na luta pela efetivação do Território**, realizamos uma reflexão sobre os aspectos jurídicos assegurados na Constituição Federal e abordamos as ressematizações da categoria quilombo até os dias atuais, como comunidade remanescente quilombola. Fato resultante de lutas políticas estruturadas e organizadas pelo movimento negro com forte presença da juventude quilombola. Esta comunidade tem sua organização pautada principalmente pelas práticas culturais e pelo modo de vida dos quilombolas, como a comemoração da Festa 13 de Maio, o principal rito realizado pelos quilombolas com participação de não quilombolas. Neste contexto, abordamos o processo de autodefinição desta comunidade em estudo e como esta vem resistindo e se organizando para a efetivação do território ancestral de direito, política de Estado ainda não efetivada.

## **1. BRASIL: A TRAJETÓRIA DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL A PARTIR DO SÉCULO XIX E A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS.**

Abordamos a questão fundiária no Brasil desde o século XIX e seus reflexos nos dias atuais. Uma reflexão a partir da abolição da escravidão ocorrida em 13 de maio de 1888 quando não foi instituído o direito à terra para o povo negro. Agora liberto, após a aprovação da Lei Áurea. Todavia, cativos da condição social que lhes restou chancelada por meio do Estado. Esse fato ainda reflete na estrutura da sociedade brasileira, até nos dias atuais. Deste modo, impulsionou para a formação dos quilombos como resultado das fugas e resistências, hoje ressemantizados como comunidades remanescentes quilombolas, devido a uma longa história de luta do povo negro.

Evidenciamos assim, que a Comunidade Quilombola Dona Juscelina tem seus primórdios na migração de mulheres e homens negros de regiões inóspitas do Brasil, uma fuga motivada pela falta de condições de vida e pela busca por terras devolutas e abundantes. Terras estas que foram domesticadas e depois “*laçadas*” pelos fazendeiros e empresários. As narrativas destacam dois movimentos migratórios. O primeiro, pelo viés da fé, ou seja, as romarias de devotos de Padre Cícero Romão, depois, a migração da matriarca e família com ancestralidade de ex-cativos vindos do Maranhão para Goiás (hoje Tocantins), fato que determinou a certificação como comunidade quilombola.

### **1.1– A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL NO CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XIX**

Ao abordar sobre a origem do capitalismo em nosso país, nos reportamos a sua trajetória histórica marcada pelo sistema de escravismo que deixou sequelas na sociedade brasileira que se fazem presentes na atualidade. Enquanto no século XIX em outros países este modelo de relações de trabalho se extinguiu, infelizmente, em nosso país permanecia e ditava os rumos da organização da sociedade brasileira, em todos os seus aspectos.

A aprovação da Lei de Terras no Brasil, no ano de 1850, trouxe mudanças necessárias em virtude da não aceitação dos negros africanos na condição de escravo, pois não bastava que o homem fosse livre, mas que tivesse condições financeiras para aquisição de terras, comprando-as do Estado. Se antes a terra era obtida através da

concessão por meio da sesmaria, com a lei de terras quem tinha tal concessão poderia ser proprietário da terra, desde que atendesse aos critérios apropriados.

Quando debruçamos sobre a comunidade em estudo, constatamos que nos dias atuais somente três terras ainda existem oriundas desde a ocupação enquanto devolutas. Assim, duas foram adquiridas pela compra do título e uma quilombola que, (o quilombola que também pioneiro nesta comunidade quilombola), segundo narrativas locais, foi recebida como herança de família, porém não possui o título, e sim, apenas o direito de uso.

Neste contexto, olhar a história brasileira e notar que por mais de três séculos foi excruciante a presença da escravidão de homens e mulheres negras. Fato que determinou os rumos da formação da sociedade brasileira. Assim, tal realidade finda se por vários motivos decisivos, dentre este, a fuga do negro escravizado, um dos atos que teve maior relevância. Sem deixar de mencionar as exigências feitas ao Brasil pela Inglaterra, para o fim do tráfico de negros escravizados da África.

Assim, a terra sem mão de obra não tinha valor econômico de relevância, pois, o que lhe dava valor era a presença maciça de trabalhadores, neste caso, de africanos escravizados, como assevera Martins (2010, p. 41) “[...] mais valioso que a terra eram os escravos.” Desta forma, terra sem mão de obra negra escravizada nada valia economicamente. Com a expansão das plantações de café, principalmente, aumenta a demanda de mão de obra escrava, que vinha diminuindo cada vez mais. Surge então a necessidade de resolver este impasse, e a solução seria o fim da escravidão. Primeiro, aboliu-se o tráfico negreiro, legalizou-se a entrada do imigrante em nosso país, acontecendo gradativamente tanto a substituição do povo africano escravizado por estes, como atendendo à demanda da produção cafeeira, que inevitavelmente iria eclodir na abolição da escravatura, levando o país, gradativamente, inserir-se no sistema capitalista dito moderno.

Por este viés, oprimiu-se o trabalhador desde que houve postergação da modernidade brasileira, através da concentração da economia, condenando gerações ao atraso. Nos Estados Unidos, terras foram entregues ao povo negro afro americano escravizado, agora liberto, homens livres e com posse de terra. Já no Brasil ocorreu o contrário, com a abolição da escravidão, chancela-se a marginalização do povo negro, o ex-cativo, agora cativo da miséria. À exclusão, à voluta sem rumos sem direitos, uma

modernização reversa e perversa em relação à estrutura fundiária brasileira. Neste cenário, a partir do meado do século XIX e início do século XX, era notório e inevitável o fim da escravidão propiciando o surgimento do trabalho livre. Portanto, segundo Martins (2010. p. 34), “[...] a libertação do escravo não o libertava do passado de escravo; esse passado será uma das determinações da sua nova condição de homem livre”, que vale frisar que esta liberdade não o emancipou, pois, o ato da abolição emancipou apenas o capital.

Como afirma Almeida (2002) “[...] com a abolição da escravatura, por não se ter resolvido o problema da terra para os ex-escravos, por não terem sido feitas reformas na estrutura agrária, não havia instrumentos para contemplar a questão das posses camponesas, o que resultou em conflitos de formas variadas e em marginalização de grupos sociais” (Almeida, 2002. p. 65). Desta forma ocorrendo sua segregação, estavam libertos do senhor, mas, cativo da nova condição.

A terra estando dada pela natureza, não é resultado da força de trabalho humano, por isto não se deveria estipular um preço, contudo quando o homem passou a ser livre, a terra passou a ser cativa, um reflexo da evolução do capitalismo em nosso país. Algo que é recorrente na historiografia local, o que aconteceu nos primórdios com as terras devolutas desta comunidade, ou seja, a expulsão dos antepassados quilombolas por latifundiários.

## **1.2 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA NA RETROSPECTIVA MARANHÃO / GOIÁS**

As origens da Comunidade Quilombola Dona Juscelina constitui-se não na fuga como no período colonial, ou seja, dos escravos fugidos das diversidades de castigos, do cativo imposto por um senhor (não que não seja um resquício que se é sentido e vivido nos dias atuais). Mas, pela imposição dita pela natureza e sua severidade, pela falta de alimentos e pela escassez de possibilidade de condições de vida. Sem deixar de mencionar a forte presença da fé que os impulsionavam a migrar para lugares que apresentassem outras possibilidades.

Imposta desta forma a exclusão social que foi instituída pela aristocracia no Brasil pós-assinatura da Lei Áurea<sup>6</sup>, gerou-se uma massa de deserdados e tornou a concentração de terras mais encrustada. Por meio do movimento migratório, neste caso em dois momentos, com dois grupos distintos, o primeiro guiado pela fé ou pelo viés da fé conforme a oralidade quilombola, liderados por uma beata de nome Antonia Barros Paranaguá, que surge na década de 50 na região de Filadélfia-TO recebe a missão por meio de visões oriundas do Padre Cícero de levar os romeiros para as bandeiras verdes<sup>7</sup> próximo a um morro, hoje Aragominas-TO. Tudo inicia com um grupo de oito homens liderados por Sr. João Paulino que saíram de Aragominas (Pé do Morro) para onde hoje, a comunidade quilombola, pelo viés da religiosidade e fé nas profecias de Padre Cícero, os chamados romeiros de Padre Cícero. Observa-se a narrativa a seguir,

*[...] a mulher tá indo, vai encontrar um morro, o Padre Cícero que mandou, ela teve uma visão e tem que encontrar essa coisa lá. Quando ela anuncia que, nós vamos encontrar o Santo Cruzeiro, ele tá em cima do morro! Diz: oh, nós vamos subir o morro porque nós vamos encontrar lá o cruzeiro. Isso já na tarde de 1952 no mês de julho. Quando chega lá no morro tem todo um ritual, ela conduzindo aquele grupo tem todo um ritual. Manda encostar num pé de jatobá que tinha lá, tantos passos pro poente depois tantos passos na direção leste e aí faz todo esse ritual. E quando ela chega num certo momento ela só faz, pega o véu, andava com um lenço na cabeça e diz: é aqui e já vai baixando e cobrindo uma pedra lá. Aí quando ela levanta o véu, vê uma cruzinha lá, pequena, mais ou menos uma chave que tá cravado na brecha entre uma laje e outra né, colocada lá. De certa forma tinha algo de místico aí! Alguma coisa tinha. Esse grupo veio motivado por algo religioso pela religiosidade e principalmente seguindo essas orientações do Padim Cícero. Isso foi em 27 de julho de 1952 [...] acontece a distribuição da terra naquele propósito de tornar aquela região ali a “terceira Juazeiro”, tem que fazer a distribuição da terra pro povo! [...] (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em novembro de 2017)*

Sobre as bandeiras verdes, Almeida (1995, p.93) define como um movimento migratório “[...] dirigido sempre para uma terra onde as folhas nunca secam. Mais ou menos o sul do Pará e o oeste do Maranhão, onde as folhas nunca secam, onde as águas sempre correm”. Em direção ao norte do Brasil, onde teriam segurança para morar e abundância de terras, água, concomitantemente de alimentos com fartura. O segundo momento migratório para esta localidade, neste contexto, motivos que propiciou a formação socioterritorial desta comunidade, foi à migração da matriarca Dona Juscelina e

<sup>6</sup>Lei Nº 3.353, de 13 de Maio de 1888: Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm). Acessado dia 11 de abril de 2018.

<sup>7</sup>Ver. Vieira (2001). “À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria – movimento sócio-religioso na Amazônia Oriental”.



sua família, fazendo o seguinte trajeto: Nova Iorque-MA e Pastos Bons-MA passando por Cristalândia-TO, Araguaína-TO e enfim ao Murici da Velha (Muricilândia-TO) conforme mostra (mapa 02 página 39).

A matriarca externa com orgulho, que sua raiz era cativa, ou seja, a avó! E ser negra é motivo de orgulho e valor. Quando instigamos saber quando chegou nesta comunidade, declara: em 1962, junto com papai, mamãe, irmãos, sobrinhos, filhas, cunhados e outros parentes. Onde esta vive até os dias atuais, conforme mapa 01 e narra sobre os motivos da migração para este lugar e como foi o percurso,

*[...] Eu vim por interesse de meu pai, que veio vê o Goiás [...] Saimos dia 01 de julho de 56. Aí fizemos essa viagem e fumo chegar no dia 07 de setembro em Cristalândia [...] às 6 horas da tarde. Apesar que nós era de a pé tudim, e viajamos dois mês e sete dia. Mas pra mim foi uma beleza, quando nós chegamos em Cristalândia. Eu: pai já está passando de hora de ir buscar os animais! Minha fia, já chegamos! Nós vinha por dentro pela linha do fio, aqui e acolá nós saía da linha. Toda vida de a pé! Só quem vinha muntado era a mamãe, era doente de uma perna...e os menino de três anos pra baixo. Tudo era correndo, os de cinco ano nós botava no meio da carga. Mas as carga era tudo cheia, de tanta verdura que a gente passou no sítio. Nós nunca sintimo a viagem! (exalta a voz) Nós nunca tinha feito uma viagem, mas nós num sintimo. Porque intestia só nas frutas. Papai só parava no dia que ia comprar a matula! Uma vaca. Aí passava esses dois dias pra carne muchar. O certo que cheguei praqui, cheguei em Cristalândia, eu nunca pratiquei o meu trabalho! Cidade de garimpo, muita morte! Aí minha irmã morava aqui, ela me deu notícia ainda lá em Cristalândia. E eu vim. Pedir a confissão para o Frei na Catedral: pois amanhã vou viajar lá pras matas, lá é o Murici da Velha! Aqui não era Muricilândia, era Murici da Velha! Eu passei praqui, eu entrei e fazia minha festinha do 13 de maio! Às vez com cem pessoas. Em 68 eu fiz a primeira festa! Preparei a princesa Izabel, foi no andor! (exalta a voz) Aí já deu trezentas pessoas, o que me deu muita força! (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 25 de janeiro de 2018)*

“Certamente é possível reconstruir um evento com evidência oral” (THOMPSON, 1992, p. 180). E ao narrar quando e como foi o trajeto de sua terra ancestral para um novo lugar, esta evidencia que começou as manifestações culturais com a ajuda de uma irmã que hoje mora no Estado do Acre na capital Rio Branco. Interpretamos que foi muito difícil para matriarca quando chegou neste lugar, nos momentos de realização das festividades. E uma das preocupações é a continuidade das manifestações após sua morte. São narrativas da cidade de Pastos Bons-MA, carregadas de sentimentos que afloram quando esta narra, memórias vivas que compõem sua história de vida. “[...] os fatos de que as pessoas se lembram (e se esquecem) são eles mesmos, a substância de que é feito a história”. (THOMPSON, 1992, p.183). São histórias vivas na memória e podemos citar, por exemplo, a origem do Padroeiro de Pastos Bons, São Bento (foto 1-A).

Este que tem seu dia comemorado no dia trinta de Julho. A história deste santo era contada por um tio da matriarca, contudo esta conheceu tal narrativa por outro velho de nome Antônio, amigo da família no período em que todos moravam na cidade do santo.

Era comum os mais velhos irem às casas dos vizinhos à noite e narrar histórias dos ancestrais, puxava as histórias dos cativos, tendo como ouvinte além dos adultos e outros velhos, os jovens e as crianças, dentre estas estava a matriarca ainda criança. Sentados em esteiras no meio do terreiro, sob a luz do luar ouviam histórias que ficavam guardadas na memória, ligando o passado ao presente,

*[...] P<sup>8</sup>: Como foi a história de São Bento (FOTO 01)?*

*Matriarca Dona Juscelina: De São Bento foi assim: O Bento era um negro, e aí o senhor dele pegou ele deu uma pisa, uma pisa (exalta a voz), que pisa! De chicote com pedaço de osso na ponta, de chicote! Bateu, bateu, que ele ficou estirado (suspira profundamente), pegaram e foram jogar no mato, lá numa campestre. Com três dia, não foi a fome, foi a sede! Ele saiu caindo e levantando pra ir lá no senhor. E nesse dia tava o senhor no salão, ele chega e disse: oh, me dê um tiquin de água! (outros cativos gritam) Óia o Bento! (exalta a voz) Oh, o Bento ali! Ele (o senhor) disse: num é possível! Pega esse nego aí! De pêia nele de novo! Aí, pegaram bateram e ele já tinha uma mesa lá. E dessa vez ele bateu, mandou bater, bateu e aí mandou preparar um sal com pimenta! (embarga a voz)... ele ficou estirado e quando acabou sargô o coro e bota lá! Vê o que acontece mais adiante... Claramente era perto desse toco de aroeira, ãh? E ele chegou a ficar uns três ou cinco dias. E ele foi de novo, num morreu não: caindo e levantando, caindo e levantando... Nesse dia ele (o senhor) tava mermo com os cumpades dele tudo, no salão, sentado com o chicotão na mão. E quando uma nega deu fé: lá vem o Bento! Que história é essa nega? Lá vem o Bento! Ele num disse nada. Mas, num era o Bento! Nesse caso num era. Quando foi com três dias...mas podendo ser eventual da morte: a alma andava! Aí que quando foi nesse dia elas foram e vieram do açougue, o açougue em Pastos Bons nesse tempo era cercado de tabua, de madeira. Seu Antônio, era desse jeito? Era minha fia, era assim! E eu, tadinho dos pobres! E as negas falou: rumbora siá caçar uns farranjinhos pra fazer um dicumerzin pra cumer! Até que foi no rumo do campestre que ele tava. No campestre de cá avistou aquele home lá, encima do toco. Ficaram a olhar: ah, minino aquilo é o Bento! Pisado numa cobra, e essa cobra [...] ela ficou também com medo da cobra! Bento? Bento? Ele quente mas num falava! (exalta a voz) Ela corre! Fulana, fulana! Oi! Vem ver minha irmã, o Bento santificou! (exalta a voz novamente) Que história é essa siá? Santificou! Eu mexir com ele e ele oiando pra mim pra todo lado, oiava pra mim mas num falava! E tá pisado lá encima duma cobra! Mas a cobra também num mexe não! De certo aconteceu que ela disse, eu vou já e disse: é ele mesmo! E vou já dizer a meu senhor! Siá tu não vai não que ele te mata! Nem que eu morra! Mas, eu vou! Aí foi. Chega lá e botou a cabeça assim, sabe meu senhor o Bento tá aculá santificado! Nêga que história é essa? Tu quer que eu faço contigo do jeito que eu fiz com aquele nêgo? Ela disse: pois eu tô lhe contando a verdade! Pode o senhor ir vê! O cumpade dele foi e disse, muito mal com a nega aí. O cumpade: num carece você ir fazer nada com a nêga! A certeza é a vista! Perdão, você pode até matar ela também. Mas, se ser a verdade? Rumbora! Um nêgo daquele vai santificar! (exalta a voz) Saiu. Bem na frente e a turma atrás. E a muiê mais adiante. E se fosse uma mentira, ali mermo*

<sup>8</sup> P: pesquisadora.

*ela morria. Aí, num foi nada não! Quando ela disse: oia aculá! E quando ele vai oiando, botando o pé pra oiá, deu aquele grito tão grande! Quando caiu no chão já foi pronto (suspira)! O povo viraram foi correr atrás de pavio e tudo pra botar na venta, hum, hum! Num voltou mais não, já era com o Satanás! (risos) Desse jeito. (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 25 de janeiro de 2018)*

As narrativas trazem à memória como conviviam os senhores de escravos em relação aos seus escravos, de forma imaginativa como uma forma de expurgar os castigos inexplicáveis que eram aplicados ao negro escravizado nos rincões do Maranhão. Um monumento em homenagem a São Bento (foto 01-A) foi contruído na praça pública na cidade de Pastos Bons-MA, localizado nas proximidades da fonte de água (foto 2-A) que também leva o nome do santo.

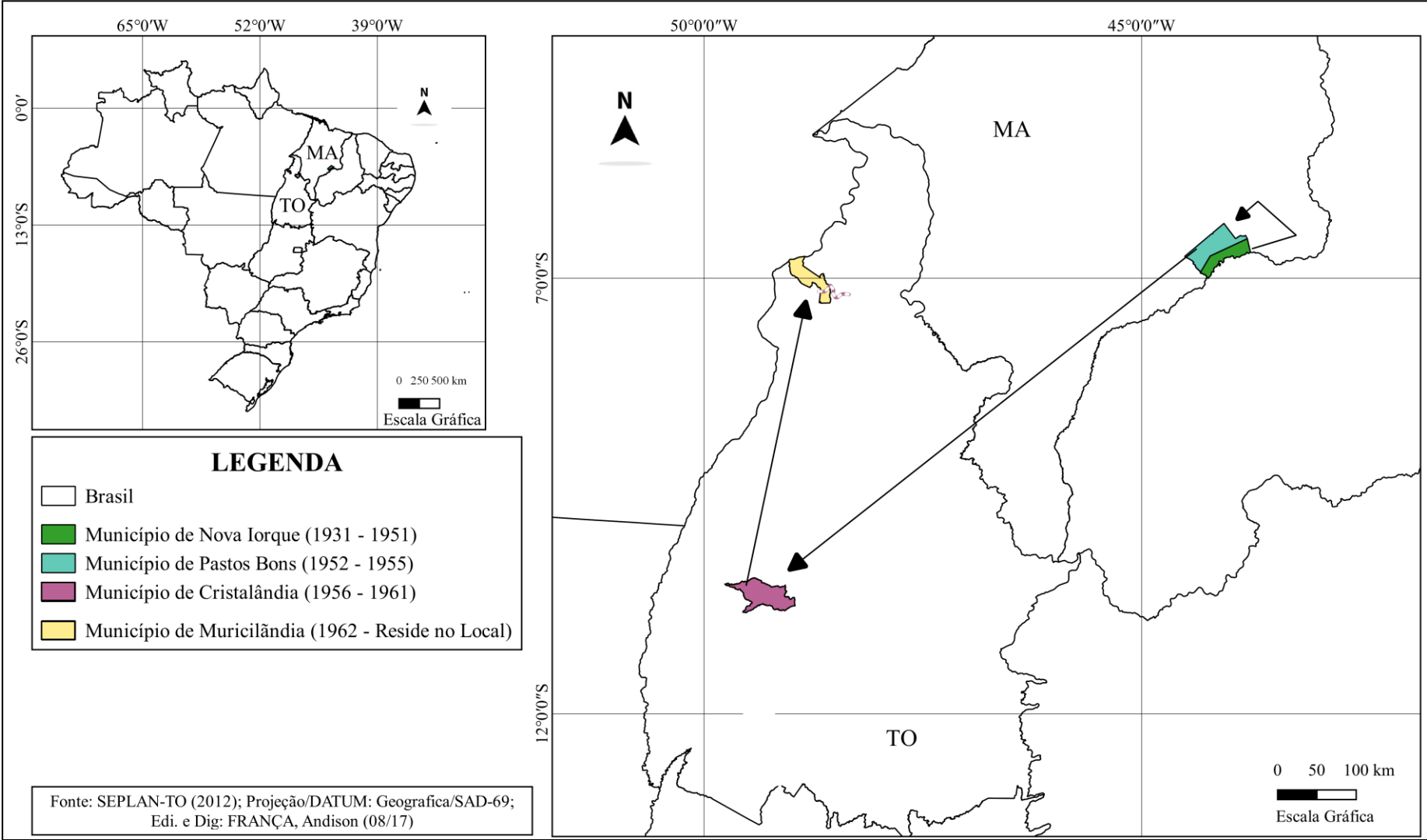
**FOTO 01-A:** Monumento em praça pública em homenagem a São Bento.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

Conforme nas narrativas sobre a origem do padroeiro no lugar onde este santificou-se brotou uma fonte de água mineral pronta para o consumo dos habitantes da cidade. Neste período a praça recebeu manutenção pela gestão pública com roço dos canteiros, pinturas, reposição de lâmpadas na iluminação pública, substituição de bancos quebrados em função dos festejo do padroeiro, que ocorreu entre os dias 21 a 30 do mês de julho.

**MAPA 02:** Trajetória Espacial e Migratória da Matriarca Dona Juscelina.



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Dados Organizados pela Pesquisadora)

Notável que a estrutura do monumento mantém a mão direita estendida podendo ser interpretado como uma bênção e proteção aos habitantes da cidade e todos os visitantes, devotos e turistas que visitam a praça para admirar, registrar e perceber o quão este é importante na história da cidade.

**FOTO 01-B:** Escultura do Padroeiro de Pastos Bons na Catedral de São Bento.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

Esta escultura (foto 1-B) no altar da Igreja de São Bento e os relatos de devotos e moradores da cidade, narram que a igreja foi construída no fim do séc. XVIII por negros escravizados e muitos destes morreram durante o período da construção. Morriam de exaustão. O festejo que homenageia o padroeiro de Pastos Bons atrai devotos e turistas de várias regiões do Brasil. As devoções são fervorosas no decorrer do festejo que acontece sempre na última semana do mês de julho. Neste período muitos devotos veem para pagar promessas e firmar sua fé em São Bento, o Santo.

Como narra a matriarca,

*[...]P – E o Bento? (FOTO 01-B)*

*Matriarca Dona Juscelina – E o Bento santificado! Santificou e que morei lá na terra dele mermo, e tá lá pra todo mundo vê: o oi d'água (foto 02-A). O oi d'água lá*

*sustenta a cidade, que é grande! O oi d'água encima do toco de aroeira! A igreja lá foi feita só pelos cativos! Era só de lage, lá tem tanto, foi aterrado muitos cativos, morriam provocando sangue a redor, coitado. A igreja foi feita só de lage! [...]* (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 25 de janeiro de 2018)

Assim, Thompsom (1992, p. 195) “[...] nossas vidas são a acumulação de nossos passados pessoais, contínuos e indivísiveis.” E a acumulação dessas narrativas enriquecem a visão de mundo que a matriarca tem e o sentido que a vida tem para si.

**FOTO 02-A:** Olho d’água de São Bento.



Fonte: Oliveira, 2017. (Acervo da Pesquisa)

Excepcionalmente, “[...] o estudo da memória nos ensina que todas as fontes históricas estão impregnadas de subjetividade desde o início, a presença viva das vozes subjetivas do passado também nos limitam em nossas interpretações.” (Thompsom, 1992, p. 195) O negro escravizado que santificou provavelmente uma maneira de amenizar a dor e a certeza da redenção com a morte, e libertação de todo sofrimento.

Também foi construída uma bica no local da fonte de água mineral (foto 2-B), com duas esculturas de anjos portando jarro por onde jorra água potável para ser consumida

pelos visitantes. Sob a sombra das copas das árvores bancos estão disponíveis oportunizando acomodar-se e observar o lugar, num contato simbiótico com a natureza.

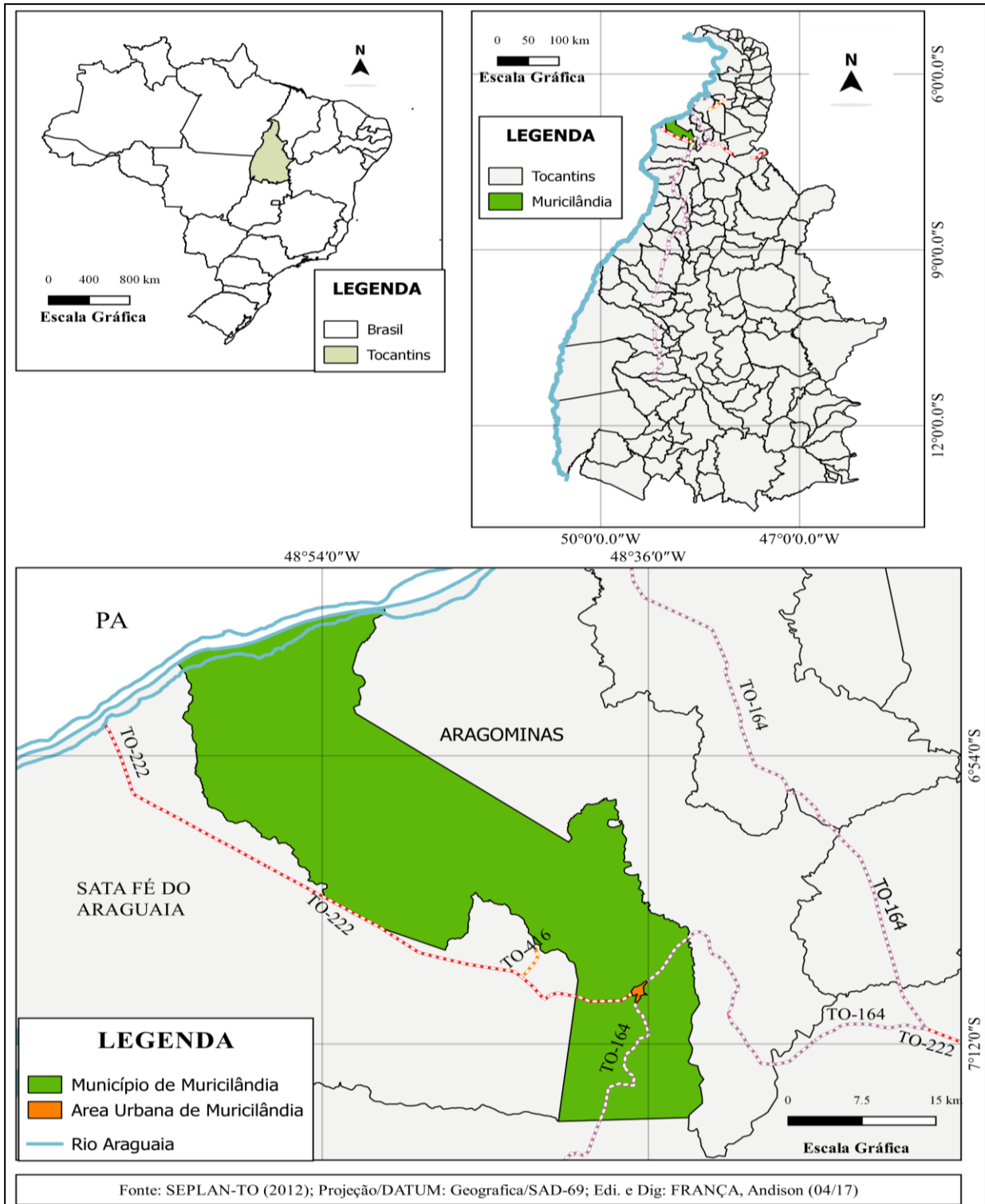
**FOTO 02-B:** Fonte de Água Mineral de São Bento.



Fonte: Oliveira, 2017. (Acervo da Pesquisa)

As narrativas fazem parte do contexto histórico da comunidade quilombola representado pela matriarca e suas memórias. Esta comunidade quilombola encontra-se na área urbana do município de Muricilândia (mapa 03 na página 43) - (como condição, por não ter sido ainda definido o território de direito), vem se estruturando e se organizando, sem perder o vínculo com o rural devido ainda a prática da agricultura de subsistência.

**MAPA 03:** Localização Geográfica da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Dados Organizados pela Pesquisadora).

No seu passado histórico os ancestrais dos quilombolas foram obrigados a saírem ou expulsos das terras que ocupavam, conforme informações obtidas *a priori* com a



matriarca e outros quilombolas, houve perda do território. Categoria esta que passa por ressignificações e utilizada para esclarecer as ações que muitas vezes são fenomenológicas. E cada grupo social atua em seu espaço conforme a necessidade faz os ajustes precisos que podem ser de cunho territorial ou geográfico, étnico-racial ou socioeconômico. Mediam os conflitos por meio de políticas locais ou externas, através da interlocução buscam solucionar os problemas que se apresentam.

Há um conflito territorial embasado na ancestralidade dos quilombolas que ocuparam esta área que vem passando pela elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID sob a responsabilidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, ainda não concluído. Evidenciando que os quilombolas hoje vivem na zona urbana com práticas sociais que metamorfoseia com a zona rural.

Deste modo, apresenta-se o principal desafio o da sobreposição desta comunidade quilombola entre o urbano e o rural ou vice-versa, ao se localizar nas franjas da cidade às margens do Rio Muricizal. Fato que o viver destes quilombolas é clivado pelo hibridismo cultural da vida urbana. Contudo mantendo suas singularidades numa dinâmica de trocas. Desta maneira hibridismo cultural pode ser entendido como um fenômeno que é tanto histórico como cultural. Pois, quando a matriarca e tantos outros quilombolas migraram de seu lugar de origem para a atual comunidade quilombola, esta fez contatos com outras culturas, intervindo na cultura do Outro. Fazendo com que as tradições adequam ao tempo e ao espaço que se faz uso.

Tal antagonismo entre o campo e a cidade se reflete também em dificuldades para apreensão da dinâmica social de grupos que vivenciam a relação urbano-rural diariamente, e possivelmente pode dificultar ainda o processo de reconhecimento e reafirmação cultural de comunidades tradicionais. Especialmente as comunidades de remanescentes de quilombolas que sofrem pela falta de reconhecimento social amplo de sua condição.

Uma tentativa de compreender a formação socioterritorial suas demandas, enquanto caracterização, organização econômica, étnico-raciais no âmbito dos quilombos do Tocantins. Evidencia-se sua relevância diante de uma análise da comunidade nos seus aspectos socioculturais e territoriais, além da perspectiva de territorialização dos quilombolas.

É uma comunidade quilombola que se autodefine como remanescentes de quilombos, uma comunidade negra com ancestralidade de ex-cativo com elementos que os mesmos se autodefinem, tais: a música com cânticos que fazem parte das práticas sociais: os cânticos da alvorada, do grupo de dança as Mariamas, da comemoração da abolição, na arte produzida por quilombolas em especial os Griôs, na música, no artesanato, na oralidade e na escrita. Destacamos os desenhos (foto 03-A) feitos pela griô quilombola Dona Cícera. Este desenho segundo explicações da autora, este reproduz o sofrimento vivido pelo negro escravizado, as mão estendidas com a palma pra cima retrata o apelo de misericórdia ao senhor de escravos, como também o pedido em oração a Deus para findar todo sofrimento.

**FOTO 03-A:** Os grilhões rememoram os castigos aplicados ao negro escravizado.



Fonte: OLIVEIRA, 2017 (Acervo pessoal da Griô Dona Cícera)

A matriarca nos primeiros anos na realização das comemorações desta data,

*[...] tinha que falar umas palavras e ela discursava também, explicando pro povo como é que era, como é que num era, o que significava a Princesa Izabel, os escravos, os meus senhores, o que que [...] eu cunheci escravos, tudo! Então aquilo ali me fortificou! Aí foi o tempo que escrevi um pouquinho pra ela, pra mostrar pro povo! Que tem gente aqui que ainda está dormindo! (Griô Dona Cícera, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)*

O dia 13 de Maio sempre foi tido como um dia para ecoar pela matriarca aos quilombolas desta comunidade, o ato que foi realizado pela Princesa Izabel no passado. Data que marca os anseios dos negros escravizados e relutavam pela liberdade. Contudo, compreende-se que no relato ainda há quilombolas dormindo, que ainda não se conscientizaram da importância desta luta. Também pelo desenho evidencia o viés religioso da romaria e da penitência (foto 03-B) como parte do modo de vida quilombola e de sua história na comunidade.

**FOTO 03-B:** romeira negra e as práticas das penitências na comunidade quilombola.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo pessoal da Griô Dona Cícera)

Por meio do desenho Dona Cícera retrata-se o cotidiano quilombola, um complemento das suas histórias de vida e do lugar contido em um acervo pessoal. Escrito em um livro feito à mão enfatizam que escreve a história da comunidade e sua gente, pois, como griô tem uma representatividade de guardar e repassar as memórias. Fato que

lhe dá valor e relevância na reprodução do conhecimento tradicional. A dança lindô<sup>9</sup>, antes fora bastante praticado nos primórdios na comunidade e já não o é mais. Contudo, há outras representações de danças, como os grupos organizados por mulheres quilombolas - As Mariamas e Grupo de Dança Afro-Kizomba. Assim como os pratos da culinária que são servidos durante as festividades no dia 13 de Maio, na cozinha (foto 04) da casa da matriarca Dona Juscelina, cozidos em fogão a lenha (na hora do registro, o fogo estava aceso, exalando um cheiro de lenha queimando), como: beiju, carne com mandioca, galinha caipira, café e etc.

**FOTO 04:** cozinha na casa da matriarca: fogão a gás, a lenha e um forno de barro.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

No fundo da imagem no canto esquerdo, estão os instrumentos utilizados nos cortejos realizados pelos quilombolas, da abolição e após a realização do teatro da abolição a céu aberto. No centro da cozinha estão duas mesas expostas onde são colocadas as refeições durante as festividades. Nesta cozinha são preparadas as refeições servidas na festa 13 de Maio, assim como em todos os momentos que ocorrem comemorações. Durante as rezas, penitências, reuniões e eventos dos quilombolas. Encontra-se nesta cozinha um fogão a gás, um fogão de lenha no fundo da imagem, no

<sup>9</sup> Segundo as narrativas locais não se pratica mais esta dança devido, “agora depois o povo foi modificando, as moças num gosta daquele tipo de dança, né! Só os idoso que gosta, eu dancei muito mais depois eu lairguei nem acerto mais dançar aquele tipo! (risos)”(BURITI, entrevista cedida dia 31 de agosto de 2017).

canto direito, pintado com tinta de cor branca e logo após o forno de barro. A técnica utilizada na construção tanto do fogão a lenha e do forno de barro, é parecida com a técnica de construção das casas de pau a pique: barro molhado e amassado, moldado com as mãos sem uso de ferramentas.

A religiosidade é marcada pela presença do catolicismo com os festejos: do Divino Espírito Santo, de Santo Reis e da padroeira que ocorre em agosto Nossa Senhora das Graças, na realização do culto ecumênico no dia 13 de Maio, nas penitências que ainda são realizadas com a presença de romeiros da comunidade Pé do Morro, tanto na casa de quilombolas ou na casa da matriarca, que permanentemente mantém um altar (foto 05) sempre posto para contemplação por todos que vão a sua casa.

**FOTO 05:** Altar na Casa da Matriarca: Espaço de Devção e Fé.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

Ressaltamos que o Dia do Evangelho dia 06 de junho, é um feriado municipal e atende a demanda de quilombolas que congregam a religião na Igreja Protestante, a exemplo da Assembléia de Deus CIADSETA e Deus é Amor. E convivem num ambiente de respeito e tolerância religiosa. Pontuando mesmo sendo uma comunidade negra, não é visível a prática de religião de matriz africana.

O modo de viver com destaque (foto 06–A) os pássaros que são alimentados em quintal de griô. Esta nos explica que os alimenta porque não tem matas como

antigamente para se alimentarem. Então, silenciosamente todas as manhãs num ritual harmônico como os voos dos passarinhos, ela os alimenta com frutas, sementes e cereais triturados.

**FOTO 06 – A:** Momento de Alimentar os Pássaros com Mamão e Farelos de Cereias



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Acervo da Pesquisa – créditos: Ludimila C. Santos)

Com esta prática é possível ver a presença de pássaros diversos como: pardal, canários, chico preto, azulão, curiós, rolinhas, guriatãs, galo de campina, viuvinha, bem-ti-vis e tantos outros, com cores e cantos diversos. No fio (foto 06-B pág 50) estão: canários e galo de campina.

Por meio da sensibilidade percebemos a preocupação desta quilombola em cuidar e manter as espécies de pássaros preservadas no quintal, como resquícios do que foi vivido no passado, quando a paisagem era composta por densas florestas, e paulatinamente foram transformadas pela efetivação da territorialidade.

A existência de fragmento de floresta com características de floresta tropical preservadas em quintais de quilombolas nas imediações às margens do rio Muricizal. Uma fonte de alimentos para animais silvestres, como as guaribas, que comumente se alimentam no topo das árvores nos fins de tarde. E cotias, que se sustentam de cocos babaçu, livremente.

Ainda pela prática de agricultura de subsistência, as festividades pautadas na ancestralidade e primórdios da comunidade, na preocupação quanto à preservação da natureza e a relação com o rio Muricizal. A prática de cultivos de frutas diversificadas nos quintais e ervas medicinais é utilizada para tratar enfermidades.

**FOTO 06 – B:** Pássaros no Fio: Canários e Galo de Campina.



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Acervo da pesquisa – créditos: Ludimila C. Santos)

É possível devido à principal rodovia, a TO-222 com acessibilidade à comunidade não passar no centro urbano da cidade de Muricilândia, garante a conservação desta relação simbiótica com a natureza. Um modo de vida característicos da prática do bem viver, próprio de comunidades tradicionais, cada vez mais raro devido à força do agronegócio sobre o uso da terra.

### **1.3. MEMÓRIA DAS TERRITORIALIDADES NO CONTEXTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA**

É preciso enfatizar que a comunidade quilombola Dona Juscelina não possui o território instituído, mas vem passando pelo processo de identificação, delimitação e demarcação. Enquanto para HAESBAERT (2004), “[...] a territorialidade além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar.

[...]” (HAESBAERT, 2004, p.03). Esboçar uma discussão sobre territorialidade, Saquet (2007) traz uma definição aprofundada,

[...] a territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade. (SAQUET, 2007.p.115)

Deste modo, a territorialidade dos quilombolas está constituída nas interações que as primeiras famílias chegaram ao local e entrelaçaram relações diversas com o lugar, principalmente na forma como a terra foi distribuída, os denominados centros, ou roças. Como assevera a narrativa deste quilombola,

*[...] nós morava ali no Murici e aí depois fiquemo assim cuma que fazia um centro aqui, fazia outro aculá. Ninguém firmou. Aí quando chegou a medição nós não tinha nada. Nós fiquemos, todos nós que morava aqui fiquemo sem terra. Porque quando veio de lá pra cá, as terras já vinham marcados os donos. Que ia ficar com as terras nossas aqui! Vinham fazendeiros, muié! (exalta a voz) Tinha aqui na beira do Rio Murici, tinha o Miranda que comprou 02 mil alqueire de terra! Lá lá no Cocalinho, virava lá, passava por Santa Fé e ia sair do Rio Preto, as terras do Miranda. Aí veio o Dr. Gerson Mineiro, veio tanta gente aí comprar as terras. As terras tava tudo mansa, né? Inda hoje esse povo tão aí [...]* (BABAÇU, entrevista cedida em abril de 2018).

Como foi apropriada a terra pelos fazendeiros nos primórdios desta comunidade por meio da expulsão dos antepassados dos quilombolas, se assemelha quando ocorreu a aprovação da Lei de Terras em 1850. Como assevera Almeida (2011) “[...] foram menosprezados deste modo às situações de ocupação efetiva e de posse consolidada internamente a estes domínios [...]” (ALMEIDA, 2011, p. 67), neste caso especificamente, foi desconsiderada a existência dos ancestrais quilombolas. Contudo identifica sua territorialidade e ecoa sua revolta devido à demarcação de terras de forma cumulativa nas mãos de fazendeiros, e mais, após esta já ter sido amansada por este quilombola e tantos outros que ocuparam por serem terras devolutas, portanto da União.

Vale considerar que a cidade de Muricilândia deve ser concebida como a maior expressão de territorialidade e neste lugar que eles expresam suas crenças e suas memórias. Segundo as memórias coletivas deste quilombo, os quilombolas sofreram perseguições, estas que ainda continuam em algumas regiões do país. No caso desta comunidade, perdeu muito devido à falta de recurso para que cada um pudesse manter seu pedaço de terra.



Quanto à cultura e às práticas sociais do povo quilombola desta comunidade, estas são latentes e impulsiona a mobilizarem em prol de um objetivo comum, onde vivências e valores são compartilhados, o que lhes atribuem à identidade, o sentimento de pertencimento. Para Bauman (1980, p.75), “sabe se que a cultura é o produto das experiências vitais acumuladas de muitas gerações, e toma atenção também a estes processos vitais” o que nos permite visualizar a importância da preservação e garantias de que a cultura seja repassada, internalizada e praticada pelas novas gerações, garantindo que esta não se perca no tempo e no espaço, mantendo-se assim, a comunidade e suas peculiaridades ao longo da história.

E a história da comunidade está entremeada de conflitos de terras. Dentre estes está a terra “*laçada*” que é a posse a força. Quando esta é laçada, famílias são expulsas e deixam tudo que construiu suas roças, as sevas às margens do rio, as esperas em locais de caça, os canteiros, seus animais domésticos, as histórias e suas raízes. Expulsos,

*[...] como tem! Aí a pessoa ia saindo e pegava gurjeta, eu mermo abandonei a minha do outro lado ali que hoje ainda tem as mangueiras lá, tem aquele ipê que tem aquelas flor bunita amarela, eu conservei ele desde este tamanho, hoje tá uma árvore mais bonita do mundo lá! (com ar de tristeza e saudades, baixa o tom da voz) (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em agosto de 2017)*

Assim, no neste panorama a estrutura fundiária da comunidade quilombola foi sendo tecida, como base conflito territorial, nas desigualdades de posse da terra pela imposição, sob jugo do grande capital que coaduna com o Estado, representado pelo órgão: Instituto do Desenvolvimento Agrário do Goiás – IDAGO.

Fato que mesmo temporalidades diferentes a ação se repete, quando na história da comunidade os quilombolas que ocupavam as terras tidas como devolutas, foram obrigados a saírem da terra, sendo expropriados a partir de uma documentação apresentada, ou seja, um título de terra emitido pelo IDAGO, a partir da década de 1970.

O ato de expulsão gera uma desagregação da vizinhança e de grupos de constituição antiga formado por laços de parentescos ou similares. Assim, para Raffestin (1993, p.62) “a troca desigual ou a comunicação desigual determinam transformações destrutivas ao longo das estruturas. Nitidamente as relações de poder se fazem presente no território, afinal, o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. Neste caso o poder do grande capital sobre os antepassados dos quilombolas.

Atualmente vem sendo reivindicado o território dos antepassados após o reconhecimento como comunidade tradicional quilombola, por meio do relatório

antropológico. Território que fora usado pelos ancestrais. Ou saíam ou corriam risco de morte, saíam sob ameaças e violência, perdiam a terra que foi amansada<sup>10</sup> sem direito a indenização. E a terra amansada era justamente por existir,

*[...] uma mata fechada [...] quando nós chegamos pra cá, era só as mata! (exalta a voz) A nossa moradia, nós morava nas casas de palha, não existia teia e nem casa de tijolo, as paredes era de pau, pau a pique, era de pau a pique com medo da onça, dos bichos do mato, né? (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em agosto de 2017)*

E o povo foi ficando fora da terra, sem a terra se viram obrigados a viver,

*[...] trabaivando pra subriver nas fazendas, com as foicinha nas costas, trabaivava com aqueles gatos. Unas vez ricibia, otras veiz não [...] enrolava e ricibia em mercadoria, e assim [...] as vez recebia dinheiro [...] as veiz não ricibia [...] aí ia passando, né? Pra criar os fios. (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em agosto de 2017)*

Desta forma, engrossando a mão de obra barata e dependente das grandes fazendas, propriedades que aos poucos ampliavam suas fronteiras e expulsando o ancestral que vive do que produz na terra. “[...] Os mais endinheirados chegavam e aí, no primeiro momento comprava uma terrinha ali perto e você passava um cabra trabalhando pra ele, mas na tua terra de origem. Em pouco tempo você ficava “bonzin”[...] e ele: pagava ninharia!” (CASTANHEIRA, entrevista cedida em julho de 2016) e a desocupação da terra foi ocorrendo gradualmente.

Segundo este quilombola, todo território até às proximidades de Aragominas era habitado pelos antepassados, sendo organizado em áreas denominadas de “centros<sup>11</sup>”. Ao reconhecer as fronteiras da ocupação e as relações construídas entre os centros ou roças, evidencia-se a territorialidade construída. Territorialidades estas tão importantes e alimentam as lutas em prol do território quilombola.

Estes centros eram doados a cada família de romeiro que chegava ao lugar pelo líder da comunidade, Sr. João Paulino (*in memoriam*). Parte do que era produzido era comumente transportado da roça até o porto para ser vendido na cidade de Xambioá, por via do rio Muricizal (mapa 05 p. 59) em canoas ou nos batelões. Fazendo o roteiro Muricilândia, Araganã e Xambioá. Quando se questiona como era aqui na comunidade

<sup>10</sup> Amansar: “[...] é uma palavra de uso quase cotidiano para designar o ato de derrubar a mata, fazer a coivara, limpar o terreno e prepará-lo para a agricultura, para o trabalho humano.” (MARTINS, 2010. P.43).

<sup>11</sup> Centros: “[...] lugares de moradia concentrados na sede do povoado e as antigas fazendas de escravos, incorporados como centros de roçados [...]” O’Dwyer (2002, p.31)

quilombola, como é que era o modo de vida aqui nos primórdios, como era organizado o local, a paisagem que se apresentava,

*[...] Naquele tempo, era só a mata fechada [...] aí inventaro fazer um sote, aí inventaro fazer aquele sote, nós subia quando era cinco horas da tarde, nós subia naquele sóte, e aí nós pegava [...] era amarrada a iscada com o cipó, né? Não tinha corda naquele tempo, a corda que o povo fazia era daquelas imbira de jangada. A siora sabe o que é jangada? É um pau que dar “imbira”. Aí, nois fazia aquelas cordas, aí nois amarrava na iscada subia lá pra cima e puxava a escada e de manhã que descia. Nós já jantava lá em cima com medo dos bichos e da praga, que a muriçoca e o pium atentava demais [...] aquele pium que hoje chama aquele de borrachudo! Daonde ele murdia ficava uma “pereba” e aquelas pessoas do sangue mais fraco, ficava a pereba, adoecia a pessoa, né? (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)*

Este descreve como era a paisagem, esta constituída de mata fechada, com possíveis perigos devido à existência de animais silvestres, como onça, gato do mato ou maracajá. Além de insetos, possivelmente apresentava um tempo quente e úmido, devido à densidade da floresta. Fato que contribuía para a existência de pernilongos e outros animais peçonhentos. Assim, “[...] o fogo, era acesso uma vez, aí de noite colocava o durador<sup>12</sup>!” (Griô Dona Cícera, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017).

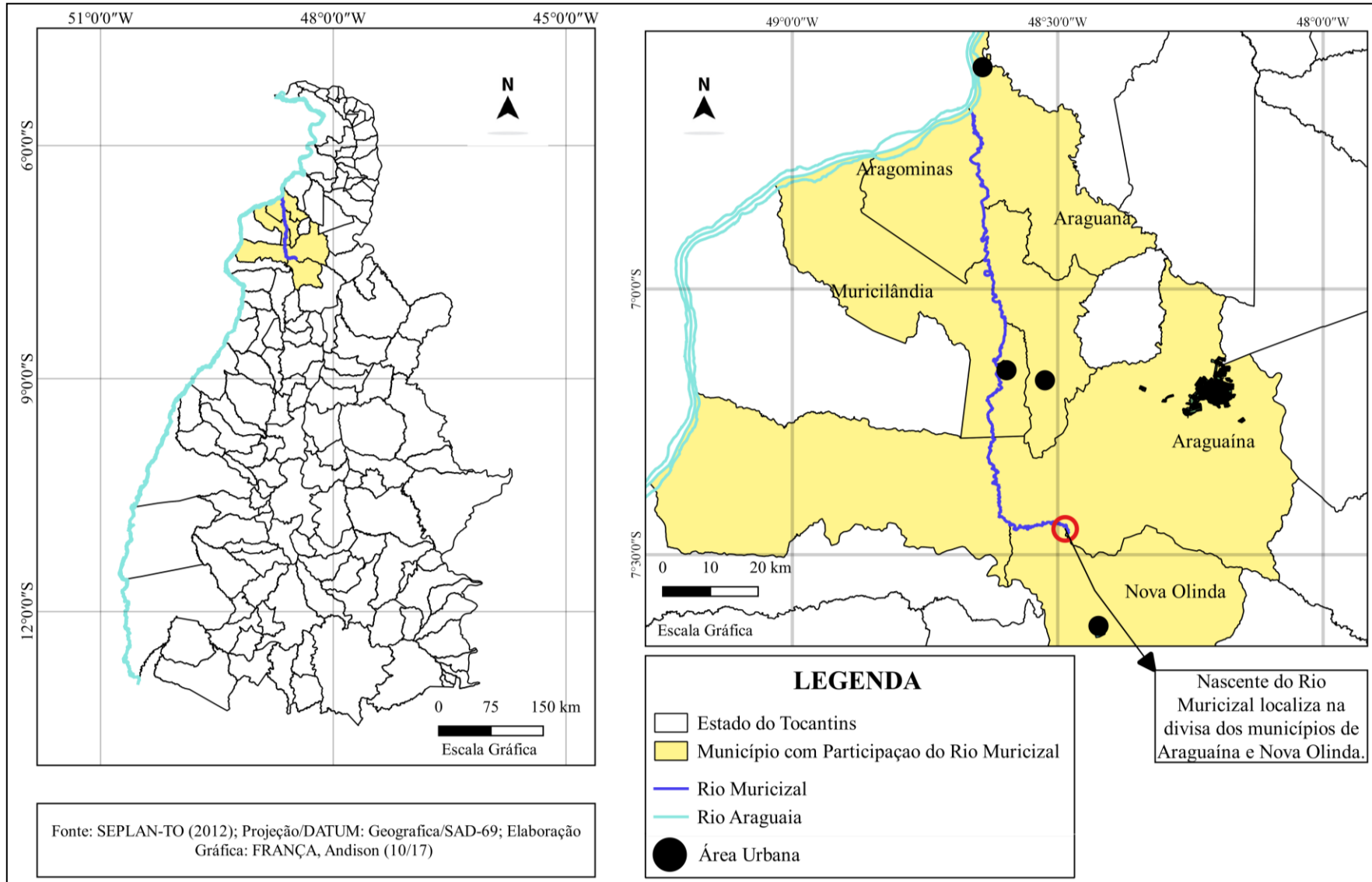
O fogo permanecia o tempo todo acesso, uma forma de espantar os animais e insetos. Nestas circunstâncias deveria adaptar-se ao meio, e um modo seria a construção de casas suspensas, utilizando a palha de coco babaçu e madeira. Quanto á convivência com os outros moradores que viviam ali, uma relação denominada de vizinhar ou regime de troca. Desta forma, compartilhavam mutuamente parte do que era produzido, o fruto da atividade do extrativismo, da caça ou da pesca. Uma relação de irmandade pautada na amistosidade. Observando a narrativa,

*[...] Eles fizeram assim: o povo da nossa região, nós vivíamos num regime de troca, tá? Eu e meus irmãos mais velhos [...] aqui era assim: quando meu pai matava um gado ou quando, nesse tempo era permitido caçar. Então todo mundo caçava, esperava. Eu mesmo esperei em cima de pau no meio da mata, né? Com espingarda e tudo. Matava-se uma anta, uma coisa era você “vizinhava”<sup>13</sup>. Moço! Eu me lembro como se fosse hoje! Assim: pegava os quilim, amarrava naquelas imbirinhas de malva, aí botava nós pra ir [...] Moço era a coisa mais interessante! Tu tava na tua casa sem nadinha, aparecia um quilo! (Francisco de Paula Paulino, entrevista cedida em julho de 2016, **grifo nosso**)*

<sup>12</sup> Durador: “É um pau de lenha muito grande e grosso, botava aquilo ali queimava a noite todinha, de manhã tirava aquela brasinha, botava uns pauzim, aí ela pagava o durador e guardava ali. Era para o fogo num apagar. Nós não ficava sem fogo! Direto!” (Dona Cícera, entrevista cedida dia 31 de agosto de 2017).

<sup>13</sup> Vizinhar: modo de vida onde se compartilhava alimentos, desde caça a produtos da roça, vivência como uma irmandade, independente do grau de parentesco.

MAPA 04: Rio Muricizal: da Nascente ao Araguaia



Fonte: OLIVEIRA, 2017.(Dados Organizados pela Pesquisadora)

As relações eram fortalecidas pela prática do vizinhar, do multirão, de cuidar um do outro quando houvesse precisão. Outro quilombola faz a seguinte narrativa em relação a sua chegada à comunidade, descreve como viviam, tendo a roça como uma mina de alimentos. Ainda reforça que a quebra do coco babaçu tido como uma atividade de sobrevivência, o caminho que faziam até outras localidades, quando não era pelas picadinhas era pelo rio Muricizal.

*P - Em 1961[...] quando o senhor chegou aqui em Muricilandia, aqui na comunidade quilombola, como é que era o modo de vida aqui?*

*Conceição Viana: [...] o modo de vida aqui, o nosso trabalho era só quebrar coco, trabaíava de roça e quebrando coco, pra sobreviver. O nosso movimento aqui era a quebra de coco, o garimpo nosso pra sobreviver, era a roça. E a nossa estrada era pra Araguaína, a picadinha, só andava o jumento, só andava os animaizin jumento! (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017).*

Esta outra narrativa também deixa evidente que a prática de quebrar coco era comum a todos nesta época, fonte de renda e identidade, como podemos observar a seguir,

*[...] eu moro dentro do cocal! Eu sou quebrador de côco! Eu mais essa véia nós quebrava 20 quilos de côco por dia! (risos) Não era todo dia porque o côco é como o garimpo, tem dia que você pega e tem dia que num pega. No dia que nós achava muito côco bom, nós fazia 20 quilos e levava daqui para Araguaína nas costas de animal! Três dias pra chegar lá e três dias pra chegar aqui! (exalta a voz) Isso nós sofremos demais. Hoje nós tamo indo lá com trinta minutos! Agora tempo difícil nós sofremos aqui. Aqui não tinha nada! [...] (João Pereira, entrevista cedida em 15 de abril de 2018).*

Era tempos difíceis, com a inexistência praticamente de estradas para se deslocarem. Mesmo assim mantinha relações comerciais com a cidade de Araguaína, o coco babaçu a moeda de troca. Este traz sua percepção que à medida que o tempo passava que as relações se estendiam e a territorialidade ia sendo construída, contatos eram feitos e produtos e técnicas mais modernos eram conhecidos.

*[...] Aí, quando amiorô mais um pôco, pegou a subi os barcos no murici, aí nossa estrada ficou pelo rio pra Xambioá. Andando pra Xambioá pra comprar as mercadorias, naquele tempo era o sal, querosena, e os comestives que pertencia a base, o querosene o sal, e o óleo de temperar nós usava o óleo do coco, o óleo de coco, o leite, é o que nós usava pra temperar. (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)*

Mesmo já estabelecido às relações comerciais de troca, de compra e venda, mesmo consumindo produtos já passados pelo processo de industrialização como, por exemplo, o querosene, este afirma que ainda utilizavam como fonte de alimento os subprodutos do coco babaçu, o óleo e o leite de coco.

As trajetórias destes também eram realizadas por terra, através das picadinhas ou por água, através do rio principal, o Muricizal. Que levava às comunidade que ficava às margens do Rio Araguaia: Araguanã e Xambioá. O Rio Muricizal contribuiu para o crescimento e fortalecimento da comunidade. Principalmente na sua territorialidade a exemplo das relações diversas tecidas com Xambioá. Segundo um antigo barqueiro não somente ele, mas, tantos outros que faziam “linha” deste município até o porto de Muricilândia, [...] *E tinha outras pessoas, que fazia linha daqui pra Araguanã e de Araguanã pra Muricilândia, Muricizal. Outros faziam para o garimpo lá do Correinha, outro garimpo que teve. E eu conseguia meu trabalho até Conceição, Ilha do Bananal e retornava a Xambioá.* (Edson Costa, entrevista cedida em 20 de dezembro de 2017).

A historicidade da comunidade quilombola evidencia fortemente a relação da comunidade com o Rio Muricizal. Até hoje é um local de práticas sociais dos quilombolas. Numa das narrativas traz descrições sobre quando o rio tinha intensos movimentos de barcos,

*[...] É, vou contar a história do Rio Murici! O Rio Murici ele é um fluente do rio muito bom, tinha muito pêxe, muita caça, um meio ambiente muito conservado, (a medida que vai falando, vai baixando o tom da voz, com ar de tristeza e saudosismo), e agora tá destruído por causa dos fazendeiros [...] iguale eu falei da primeira vez. Então, os primeiros barcos que entrou aqui no Rio Murici que dava um socorro pra nós (dar a entender que eram isolados, e o rio era a única via de contato com outras regiões) a senhora vai anotar, vem aí, chamava: Diolino, primeiro barqueiro que entrou aqui, segundo (eleva a voz), Mundico Lemo, terceiro, Mané Lope, quarto, Antô Pinheiro, o quinto, Seu Dos Santos, e teve seu Lotero também, e o Adolfo do Avilásio, os barcos que andou aqui no Murici. O Rio Murici tem quarenta e duas cachoeiras, (orgulho de falar sobre o rio). A senhora pode notar aí e gravar que ele tem quarenta e duas cachoeiras! (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)”*

E continua a narrar sobre o rio com subjetividade que nos faz sentir o cheiro das águas, a força da correnteza nas cachoeiras presentes em seu percurso, a felicidade de fisgar um peixe, de quem domina as embarcações para circular pelas águas deste rio, com destreza. Precisa conhecer cada movimento, observar cada som, a vegetação, a profundidade e possuir destreza, desafio ao barqueiro e pescador. Deste modo, Thompson “[...] a mesma subjetividade que alguns vêem como uma fraqueza das fontes orais pode também fazê-la singularmente valiosa.” (1992, p.183). Tem mais,

*[...] Vamo começar por aí, o Rio Murici [...] (esposa ri, observando a fala do depoente, o esposo) ele é um rio muito bom! Muito importante pra nós aqui, os moradores, aliás pra todos, que mora na bêra do rio, prus morador da cidade, charqueiro, os fazendêros, tudo! Preservar mais a natureza, o meio ambiente, eu sou contra a pessoa roçar a bêra do rio, cortar os paus da bêra d’água, ainda mais*

*as àrves que tem fruta, né? Quê nós num pode cortar as àrves que tem fruta que faz falta prus passáros e pru pêxe, né? No meu pouco estudo! os rios tá secando, o Araguaia tá secando, o Murici tá secando! Todos os rios do Tocantin, tá tudo secando! (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)*

E continua a narrar sobre a realidade como se encontra o rio hoje, sobre o problema do desmatamento, o assoreamento e o desaparecimento dos peixes. Um impacto ambiental observado pelo narrador em passeios no leito do rio. Situação que o entristece porque conhece o rio desde a constituição deste lugar. Assim,

*[...] o Murici, ele não [...] cê solta uma canoa bem ali, ela incaia no cascaio [...] Então os homes os próprios homes é que destruiu a natureza, da beira d'água o meio ambiente, os próprios fazendeiro foi que distruiu! Iguale estudei na Agroquima com a professora lá, e ela falou: oia daqui a vinte anos, quem for vivo, os idosos que for vivo vai ver o Murici secar, incaiano canoa, e tamo vendo! (entristece ao falar) (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)*

O porto dos homens (foto 07 página 59) como é chamado pelos quilombolas pescadores e usado para deixarem as canoas, em sua maioria prontas para a prática da pesca artesanal. E continua a narrativa sobre a paisagem e a situação do rio, demonstrando preocupação sobre a indiferença da juventude quanto ao futuro deste lugar,

*[...] cê solta uma canoa ali e ela incaia, ela sequinha sem ter nada dento, ela inganxa no caiscaio bem aí no porto, eu fiz agora meio dia só pra mim ver, uma experiência! Eu sozin, subir, fui lá perto da cachoeira, descí e oiano o meio ambiente, as barrancas, as coisas, mei mundo de aluno banhano, os jovens banhano e eu prestando atenção, oiano tudo aquilo ali...(tristeza) Muitos num presta atenção, num oia, né?(BURITI, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)*

Um espaço significativo para a história da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, localizada no perímetro urbano do município de Muricilândia. Para apresentar a territorialidade presente nestas outras comunidades quilombolas da região e para demonstrar a ligação espacial que se formula e constitui por relações culturais religiosas e sociais. Interligando com outras comunidades quilombolas neste percurso, principalmente com a comunidade quilombola Pé do Morro em Aragominas com laços: histórico e religioso (as penitências realizadas pelos romeiros) e o Cocalinho em Santa Fé, com laços de ancestralidade. No decorrer do início desta rodovia (mapa 05 pág.60) do município de Filadélfia-TO, às margens do Rio Tocantins até o distrito de Porto Lemos-TO às margens do Rio Araguaia, no sentido leste a oeste, encontram-se as comunidades quilombolas: Grotão (Filadélfia), Pé do Morro e PA – Projeto de Assentamento Baviera (Aragominas), Dona Juscelina (Muricilândia) e por último Cocalinho, no município de Santa Fé do Araguaia.

**FOTO 07:** Porto dos homens: às margens do Rio Muricizal próximo ao Balneário Água Viva.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

O quadro 02 apresenta um contingente populacional referente ao resultado censitário de 2017, com aproximadamente 3.507 habitantes, desse total aproximadamente 900 habitantes se autodefinem quilombolas. Com um total de 236 famílias quilombolas cadastrado na Associação Quilombola Dona Juscelina.

**QUADRO 02** - Dados Gerais do Município de Muricilândia–Tocantins.

População estimada 2017	3.507
População 2010	3.152
Área da unidade territorial 2016 (km <sup>2</sup> )	1.186,670
Densidade demográfica 2010 (hab/km <sup>2</sup> )	2,66
Código do Município	1713957
Gentílico	Muricilandense
IDH <sup>14</sup>	0,596
Prefeito 2017	ALESSANDRO GONÇALVES BORGES

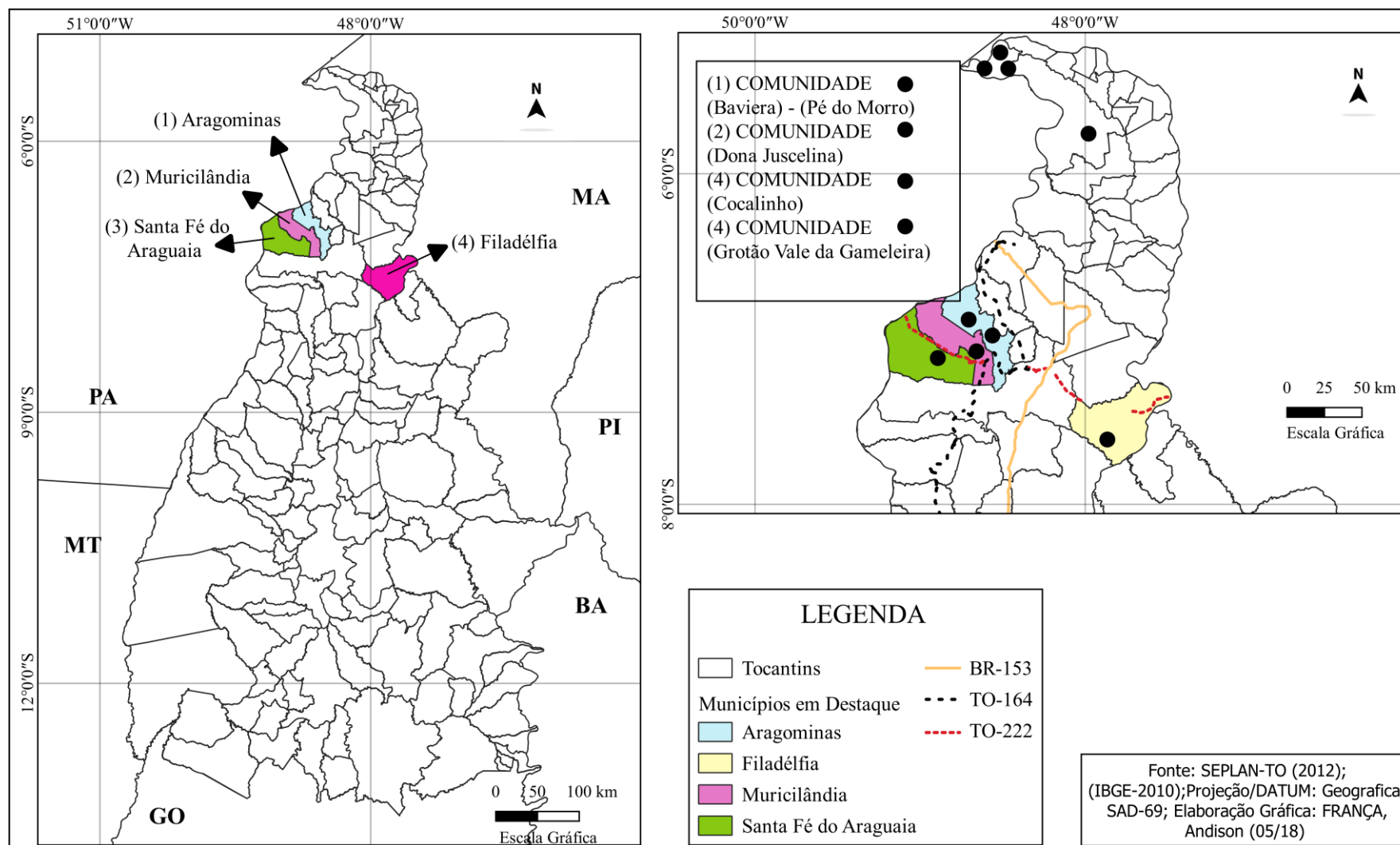
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/muricilandia/panorama>. Acessado em 06 de março de 2018.

Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Dados organizados pela Pesquisadora)

<sup>14</sup> Dos 139 municípios que compõem o Estado do Tocantins, Muricilândia está no 113º lugar segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no ano de 2010. IBGE, Cadastro Central de Empresas 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017



**MAPA 05:** Mapa Das Comunidades Certificadas no Norte do Tocantins e Percurso da Rodovia TO – 222.



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Dados Organizados pela Pesquisadora)

Possivelmente a ideia que se possa ter da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, de modo geral quando se diz que vai visitar esta comunidade quilombola, é que esta esteja lá no meio do mato. Não, esta localiza-se no perímetro urbano da cidade de Muricilândia. O que a torna diferente das demais, encontrando-se basicamente nas proximidades do Rio Muricizal no perímetro próximo a Igreja Católica, que tem como padroeira Nossa Senhora das Graças.

É salutar saber que os quilombolas desta comunidade quando tinha um pedacinho de terra nos primórdios, para eles às margens do Rio Muricizal era tido como o ponto fixo mantinha-se a convivência o mais próximo possível uns dos outros, no entorno da Igreja Católica Nossa Senhora das Graças. Por outros motivos tais: este servia como fonte de alimento e por ter água abundante, como via de transporte através da interação com outras comunidades no percurso do Rio Muricizal ao Rio Araguaia.

Lugar também de devoção, o que deixa evidente a cosmovisão que este povo quilombola tem em relação ao rio e as práticas religiosas relacionadas à romaria e penitências. Decerto que a Igreja Católica nunca mudou de lugar, com um detalhe, num determinado período da história esta tinha sua frente virada para o rio. E com as transformações do lugar esta hoje está com a frente oposta de quando fora construída.

Segundo narradores quilombolas locais a comunidade inicia-se no dia 20 de agosto de 1952, com a chegada dos primeiros migrantes, oriundos do Nordeste brasileiro, liderados pelo Sr. João Paulino, composto de oito homens e que vinha em busca de terras para constituir o seu novo lugar. Neste grupo tinha um homem branco, mas se autodefinia negro. Segundo as narrativas, os primórdios desta comunidade sucedem desta maneira:

*[...] eles saem de lá grupo de oito pessoas, saem do Pé do Morro e entram na mata e de lá de cima eles viu que aqui nessa região tinha muita mata fechada, e cedinho eles viam uma faixa de nuvem por cima da mata né que isso é uma evidencia de que tem agua em baixo né [...] É, ai eles vão, vem seguindo isso e acham eles chegam aqui na tarde de 1952 de agosto já né. Dia 20 de agosto de 1952, a tardinha eles chegam aqui. Então assim, Muricilândia fundada a partir dai né, mais sabendo que a origem é nordestina! Ah, se falar da comunidade, há, um detalhe apesar de ser oito negros um grupo formado por oito homem, desses homens tinha apenas um branco os outro eram tudo negro, mais esse branco era negro também né. É eles não traziam um arcabouço cultural de origem negra não, o que eles traziam era a romaria aqui o que se aceitava era a romaria!...] (Manoel Filho Borges dos Santos, entrevista cedida em agosto de 2017)*

Vinham com a missão de formar na região a “terceira Juazeiro<sup>15</sup>”, certo que já existia no Brasil duas outras cidades denominadas assim: Juazeiro do Norte – CE e Juazeiro no Estado da Bahia. Ao buscar saber sobre a história da formação da comunidade local, podemos dizer que tudo começa,

*[...] quando surge uma mulher lá [...] no Goiás ali próximo à Filadélfia que surge uma mulher chamada Antônia Barros de Sousa e aí ela pega e, ela se considera uma [...] ela é beata do padre Cícero<sup>16</sup> é romeira do padre Cícero e recebe uma missão uma visão que dá a ela a obrigação de [...] a incumbência de descobrir aqui nessa região um morro e em torno desse morro criar uma comum [...] um núcleo populacional que seria a “terceira Juazeiro” né, uma comunidade altamente religiosa e com vínculo forte com Juazeiro do norte lá no Ceará [...] (Manoel Filho Borges, entrevista cedida dia 13 de novembro de 2017 – grifo nosso).*

Para que se compreenda minimamente como ocorreu o processo de formação socioterritorial da comunidade em estudo, é preciso conhecer os primórdios da história do lugar, esta que é contada pelos pioneiros quilombolas através da oralidade.

E deste grupo de romeiros, um grupo de oito homens seguiram à frente, chegando até às margens de um rio que batizaram de Rio Muricizal devido à existência de uma fruta silvestre de cor vermelha como o nome murici. Como descreve a narrativa a seguir,

*[...] bom, quando eles chegaram em Aragonimas (Pé do Morro), que houve essa descida pra cá, eles rezavam muito e de lá eles viam uma nuvem parada encima do rio Murici, mas eles não sabia o que era, eles não entendia nada de Química e Física, mas era condensação do rio na mata, quando a gente tá de aviação você vê [...] foi que descobriu o Murici. Aí no dia 20, eles vieram, ele mais sete aí descobriram o rio perto da casa de Dona Ilda, ali embaixo. [...] (Francisco Paulino, entrevista cedida em julho de 2016)*

A vinda dos romeiros para esta região Norte do Brasil denominado bandeiras verdes originou outras comunidades nas proximidades desta comunidade quilombola. Localizados também grupos de camponeses no curso do Rio Araguaia guiado também por estas profecias, em Martins (2016, p. 164),

*[...] sobre a existência de um lugar mítico depois da travessia do grande rio... Esse lugar mítico é reconhecido como o lugar das Bandeiras verdes, que ninguém sabe*

<sup>15</sup> Juazeiro do Norte - CE: “[...] a cidade foi fundada pelo Padre Cícero depois da criação do município em 22 de julho de 1911”. Disponível em: [http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=11\\_03221](http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=11_03221). Acessado em 12 de abril de 2018. Juazeiro – BA: “transforma-se pela Lei n.º 1.814 de 15 de julho de 1878, em cidade”. Disponível em: <http://www.encontrajuazeiro.com.br/juazei-ro/>. Acessado em 12 de abril de 2018. Enquanto a “terceira Juazeiro”: expressão conforme entrevista cedida em novembro de 2017.

<sup>16</sup> Padre Cícero Romão Batista: nasceu em 24 de março de 1844 na cidade de Crato–CE, filho de Dona Quinô e Joaquim Romão. E aos 28 anos de idade fora nomeado capelão oficial da capela Nossa Senhora das Dores no povoado Juazeiro. O nome do povoado “conforme a memória dos antigos, viera de três velhos pés de juá – árvore espinhenta e resistente à seca, típica da caatinga – que emprestavam a sombra de suas copas ancestrais a tropeiros e mercadores.” (NETO, 2009, p. 47-48)

dizer exatamente o que é nem onde é. Mas seria reconhecido quando fosse encontrado, por ser um lugar de refrigério, de águas abundantes, de terras livres.

Então pode se dizer que seria a terra prometida, um paraíso que viria amenizar o problema das desigualdades sociais, fixar o homem na terra e este viver dos frutos que a terra fornece. Continua no depoimento de outro quilombola,

*[...] uma nova região que ia nascer daí ele chamava as Bandeira Verde, que seria uma região em que aqueles nordestinos sofredores viriam prá cá teriam terra em abundância, teriam como produzir, teriam lavoura. (Francisco Paulino, entrevista cedida em dezembro de 2016)*

Deveras, a terra prometida ainda continua. Para Vieira (2001) faz referência às bandeiras verdes como sendo,

*[...] este lugar, que fica para oeste, parece estar referindo ao mundo natural, expresso na mata, no verde. É possível destacar duas características da mata: ser um lugar fértil. A mata é um espaço que ainda não foi amansado: é virgem, brava, não foi tocada pelo homem, ou melhor, por cristão [...]. (VIEIRA, 2001, p.146).*

Não há um lugar bem definido na sua localização geográfica, não é fixo, contudo é orientado através do fator mítico, e místico também, se deslocavam geralmente em grupos, preferencialmente composto de parentes, vizinhos, compadrios. Que compartilham da mesma crença. Assim expressa Dona Cícera (2017),

*[...] eu quando cheguei aqui em Muricilândia com meu avô, meu pai [...] meu avô trabaivava com o Padim Ciço, num povoado negro! Um dia ele chegou de manhã aí foi e disse que foi [...] ficou encima de um rebanco e mostrou pro rumo de cá. Disse que tava assim uma neve, aquela fumaça, aí falou assim: Francisco vá pra terra da Bandeira Verde e leve sua família! Vai haver uma grande seca e lá é onde vai achar um poço d'água! E aí meu avô arrumou a família dele toda! Filho, neto, e aí nós chegamos! Tava com dois mês que Seu João Paulino tinha chegado aqui! (Dona Cícera, entrevista cedida em agosto de 2017)*

A narrativa traz o contexto dos primórdios da comunidade, assim como a discussão de como foi o processo do movimento migratório impulsionado pelo discurso das bandeiras verdes, guiado pela fé, de tal forma que contribuiu para o nascimento de Muricilândia como de tantas outras cidades no Brasil. Assim,

*[...] E aí eles vinheram, esses oito homens e descobriram aqui o Rio Muricizal, retornaram, isso no dia 20 de agosto de 1952, retornaram a Aragominas e como era naquele tempo o desbravamento, no período das roça vinheram aqui e plantaram as primeiras roça e na colheita dessas roça trouxeram as suas famílias. Assim nasceu Muricilândia! [...] (Francisco Paulino, entrevista cedida em julho de 2016)*

O líder Sr. João Paulino tinha um lado religioso muito forte no entendimento como romeiro, não como praticante de manifestações culturais e matriz africana, e era seguido

por muitos e admirado. O que provoca uma comparação com a ideologia de Padre Cícero, que também não aceitava manifestações que lembrasse a cultura do povo negro na cidade de Juazeiro, hoje lugar de forte manifestação de fé através da romaria, podemos observar a narrativa a seguir:

*[...] aí uma coisa que me chama atenção, que os próprios filhos do João Paulino eles confirmam isso até hoje se você conversar com eles, eles confirmam isso: é de que qualquer manifestação de religiosidade de matriz africana era proibido na comunidade. Olha só, apesar de serem negros, mais eles não aceitavam nem um tipo de manifestação alusiva à religião de matriz africana, isso era proibido, era proibido se persistir a ponto de ser expulso da comunidade [...] (Entrevistado não identificado, s.d.)*

E ao se tratar das práticas culturais que se aproximavam das práticas de religião de matriz africana, que utilizava o tambor como instrumento musical e ao mesmo tempo como resistência negra, nas narrativas pontua-se que somente a matriarca teve uma postura de enfrentamento quanto a esta imposição, como narra o quilombola,

*[...] era uns negros exaltando a princesa Isabel, a matriarca na comunidade ela teve coragem e foi contra [...], inclusive assim que ela bate de frente inclusive ao líder da comunidade né. Que ela ao invés de rezar, vim dançar ela tava meio na contramão [...] (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017).*

Até os dias atuais é perceptível a não aceitação da prática de religião de matriz africana, algo que foi mesa de debate na realização do Fórum do Dia da Consciência Negra no ano de 2017, oportunizando a reflexão pautada no Estatuto da Igualdade Racial e a própria Constituição Federal, quanto ao direito de prática cultos e credo. Louvável a proposta de diálogo quanto a este tema, pois, conforme informações de quilombolas ainda não tinha havido um debate sobre esta questão.

Quanto a esta postura na comunidade, Neto (2009) corrobora quando aborda sobre Padre Cícero, sobre suas profecias, contextualizando com a oralidade local em relação à postura da liderança local sobre as manifestações culturais desta comunidade em pesquisa, segundo este,.

*[...] muita gente se admirou quando Cícero, aquele padre vindo do Crato, apareceu por lá exortando o povaréu a se arrepender de seus muitos e notórios pecados. Apesar de medir apenas 1,60 metro, o novo sacerdote, se preciso, virava um gigante. Acabava pessoalmente com folguedos e sambas, pois acreditava que os batuques herdados dos negros deviam ter parte com Satanás. Até os mais ardorosos entusiastas de Cícero Romão Batista jamais esconderam que nem só de sermões vivia o padre recém-chegado. Para fazer valer sua autoridade de zelador das almas e dos bons costumes [...] (NETO, 2009, p.50).*

É preciso refletir sobre a atitude da liderança o Sr. João Paulino que também era um líder religioso. Nos primórdios da comunidade este não aceitava qualquer demonstração de manifestações de cultura de matriz africana, era proibido e sujeito até ser expulso da comunidade quem não respeitasse as regras para manter a ordem.

Conforme narrativas do conhecimento local e de lideranças locais. Este tinha até o poder de decretar prisão se preciso fosse e acionar a polícia na cidade de Araguaína, localizada a 62 quilômetros da comunidade.

Levando em consideração que uma comunidade quilombola de remanescentes de negros que foram escravizados e tem como forte, mesmo com todo o histórico que impulsionou a formação da mesma, nas romarias de Padim Ciço, esta tem como manifestação de maior relevância a prática do festejo que é denominado como “O 13 de Maio” ou “A Festa do Rebolado”, que são as comemorações realizadas no dia treze de maio como forma de expressar a alegria pelo fim da escravidão a partir da assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Izabel.

Para Portelli (2016, p. 21) [...] a oralidade, então, não é apenas o veículo de informação, mas também um componente de seu significado. [...] A tonalidade e as ênfases do discurso oral carregam a história e a identidade dos falantes, e transmitem significados que vão bem além da intenção consciente deste.

Cabe ao pesquisador através da sensibilidade, perceber que as narrativas estão imbuídas de subjetividade, e que a entrevista como instrumento deve ser pautada num entre olhares, dialogadas, sentidas, presente o respeito pelo entrevistado.

E sentida por todos os participantes, como demonstra nas expressões seguintes “[...] e assim, eu tô contando a história muito satisfeito que vieram aqui me entrevistar e eu tô contando. Gostei de vê a palestra da senhora. Eu tô muito satisfeito! [...]” (ARAGUAIA, entrevista cedida em 20 de dezembro de 2017), esta satisfação deve-se também a abordagem e a clareza quanto ao objetivo da pesquisa. Enquanto outra narradora,

*[...]N – Ainda tem muito?*

*P – Tem, é muito extensa minha pesquisa.*

*N – É bom, pois as pessoas hoje, esses jovens, vem participar da pesquisa, já vem com preguiça. A gente nota, pois já tá avexado pra terminar a pesquisa, porque não sei se é aprovado lá. Fica uma pesquisa não, não fica boa. Eu que não tenho conhecimento, eu vejo, eu noto. Eu tô vendo que sua pesquisa é muito grande. Muito bem organizada [...] (Dona Cícera, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)*

Como adverte Portelli (2016, p. 10) “[...] fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares”. Sem perder o teor político. Troca movida pela subjetividade, respeito, cuidado.

Desta forma, ênfase quando fui fazer a primeira ida à comunidade para fazer contato e construir uma relação amistosa para dar início a obtenção de dados da pesquisa por meio da oralidade, ocorreu um fato inesperado.

Ao ser apresentada por uma liderança quilombola, a matriarca externou a seguinte expressão, “[...] já estou cansada de contar historinhas, vocês vem aqui e vão crescendo que nem galhos de árvores, e não volta nada, não consigo nada [...]” (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 16/06/2015). Não entendemos o motivo da forma da receptividade, contudo logo após ser apresentado o motivo da visita, a matriarca se retrata e deixa evidente uma revolta em relação a garantia dos direitos quilombolas. Estes que pela morosidade com que se efetiva (quando isto acontece), traz desânimo e incerteza,

*[...] Tá difícil, tá difícil demais. Só tem promessa, agora promessa tem demais. Mas, receber, não! Mas, promessa tem! Por isso que tô dizendo pra você: não vão reparar que é uma ignorância da nega veia, viu? Nessa vida, então, o que você não pode, não prometa! Porque aquilo fica, na ideia da gente, toda vida! (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 16 de junho de 2015).*

É compreensível também a reação, é pelo fato da condição que a comunidade se apresenta, apesar de tantas buscas por conhecimento sobre a comunidade ainda não foi dado o retorno esperado pela matriarca e todos os quilombolas, o território, este que ainda é a “terra prometida”. Considerando ainda na fala o seguinte trecho “*crecem que nem galhos de árvores*”, esta provavelmente se reconhece como o tronco da árvore, as raízes que sustenta os galhos do saber. Galhos que possivelmente representados pelos pesquisadores que estudam a comunidade, e crescem, evoluem ao adquirir seus títulos acadêmicos. Um retorno apenas para o pesquisador, não para este povo quilombola.

Deste modo o que foi rememorado, são caracterizadas e mapeadas no decorrer do próximo capítulo, em abordagem as características desta comunidade remanescente de quilombola, suas práticas espaciais e sociais tanto no rural como no urbano.

## **2. AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA NA INTERFACE URBANO/RURAL**

Apresentamos como resultado o mapeamento e a caracterização desta comunidade, com fortes ligações dos espaços urbano e rural com territorialidades que excedem a esta localidade, situação possível devido ao Rio Muricizal ser uma via que permitia interação com outras comunidades distantes.

As narrativas trazem o processo de ocupação a partir do início da década de 1952, e com a expulsão forçada das terras comuns, terras de pretos, a partir da década de 1970, com a chegada de sujeitos se apresentando como proprietários destas terras. Essas pessoas chegavam sujeitando desde os primórdios os ancestrais dos quilombolas a fixarem nas proximidades do Rio Muricizal, dando origem à área urbana que existe hoje com fortes características do rural.

Após o mapeamento, foi possível identificar aproximadamente as últimas terras ancestrais que ainda são de remanescentes de quilombolas, que foram adquiridas por compra de título ou herança de família. Essas terras permanecem na área urbanizada e vivem práticas sociais com resquícios do modo de vida rural, como podemos exemplificar com a produção de quintais verdes na área rural e o projeto Cinturão Verde que contempla quilombolas.

### **2.1 – MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO URBANO/RURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA**

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina, de acordo com dados levantados por esta pesquisa vem buscando em sua memória coletiva, nas práticas espaciais e nos elementos identitários o elo que constitui a relação com seu território que seja simbólico, físico, político e ambiental, quando se referem ao rio Muricizal e às matas nos primórdios, como os espaços eram organizados em forma de centros onde produziam as roças, além de outros espaços significativos para este povo quilombola.

Esses espaços eram vividos pela pesquisadora para aplicar os instrumentos na construção da pesquisa. Sempre foi muito bem recebida pelo (a) narrador (a), fato que viabilizou a realização de cada etapa e sua permanência entre estes. Para (FLICK, 2009, p.25) “[...] os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo



como parte explícita da produção do conhecimento”. Comunicação esta que vai além da comunicação verbal.

Invariavelmente a forma como se portar diante do narrador será definidor para o contato e construção de novos conhecimentos. Para Portelli (2016, p.11), “[...] a arte da escuta envolve respeito”. E ainda, “[...] o diálogo [...] na verdade, uma troca de conhecimento só tem significado se esse conhecimento não estiver previamente compartilhado – isto é, se entre os sujeitos envolvidos existe uma diferença significativa e um deles está na situação de aprendizagem (PORTELLI, 2016, p.13)”. Neste caso, a pesquisadora.

A história da comunidade é marcada pela questão das terras devolutas, quando foram ocupadas ainda pelos primeiros habitantes. Com densas formações de matas fechadas, terra em abundância, muita caça e muito coco babaçu, forneceram, em parte, fonte de alimento e renda para todos que iam ocupando estas terras, no início da década de 1950 e final da década de 1960. Essa situação pode ser observada pelo relato a seguir,

*[...] É quando eles chegam aqui esse primeiro grupo vem e acham a margem do rio. Então eles já criam aqui na beira do rio, faz ali uma abertura e vão chegando outros e vão fazendo as aberturas que eles vão chamando de centro: o centro dos Paulinos o centro dos Borges, o centro do Domingos Pedro, entendeu? O que eram as roças deles. Isso aqui era terra devoluta, então cada um tinha... era pingado né? Uma faixa de área grande, mas, assim dentro da sua terra cada um fazia sua rocinha e um ano ele tava aqui outro ano em outro lugar. Eles demarcavam uma área mesmo sem ser uma coisa topograficamente delimitada. Mas, eles marcaram uma área, cada um respeitava a área do outro né. Mas o lugar de devoção deles era aqui na beira do rio, então eles vinham pra cá tinham a casinha deles aqui, a igreja era aqui e trabalhavam nos seus centros. [...]* (Manoel Filho Borges, entrevista cedida dia 13 de novembro de 2017)

Assim, quando abordamos sobre as terras ocupadas no passado por ancestrais quilombolas e que passou e passa por um processo de expulsão, percebemos que elas foram laçadas, encurraladas, abafadas ou abandonadas, conceituações dadas pelos quilombolas, e, por último, apoderadas ou compradas pelo grande empresário por um valor minguado.

Segundo Martins (2010, p.141), “[...] em vez de a terra se tornar livre, tornou-se renda capitalizada nas mãos de fazendeiro e capitalista. [...] a terra se tornou condição da exploração que se realizava na acumulação de capital”. Esse processo acabou empurrando os ancestrais deste povo quilombola para a fronteira, massificando uma mão

de obra a baixo custo para o serviço braçal nas fazendas em formação. Esse processo está contido na narrativa seguinte:

*[...] P - O senhor me falou que no início quando o senhor trabalhava na fazenda acontecia de trabalhar em alguma fazenda e vim embora e não receber!  
N - Aconteceu! Bom, nós ia de carro e voltava de a pé pedindo carona [...] (tristeza) Eu tinha medo [...] Por exemplo tinha uma fazenda que eu trabaei no Pará, que num lembro o nome do fazendeiro [...] aí o gato não veio atrás de nós. Pidimo dinheiro pra nós pagar a pasage, mas [...] naquele tempo o ônibus rodava daqui até a Xinguara, e nós pidimo dinheiro a ele pra nós pagar a passagem ele num deu o dinheiro, disse que num tinha dinheiro. Viemos de a pé pedindo carona! E o home que deu carona cunheço ele até hoje! Que ele foi prefeito de Aragominas, foi seu Tatico! Nós era três trabaiaador com o saco nas costas e a foicinha do lado [...] (tristeza na voz) Nós vinha pidino carona [...] teve dó de nós, pagou lanche no pontão pra nós, nós vinha cum fome, ele pagou (tristeza na expressão) Lembro de tudin! Isso aí eu gravei! Aí naquele tempo o oito, o Exército, a Polícia Federal tinha tomado de conta desses pobremas cuma dos fazenderos judiava dos trabaiaador. Que hoje eles chamam trabaiaador, naquele tempo chamava era pião! Hoje eles chama trabaiaador, é cumpanhero, mas naquele tempo ainda destrataava os trabaiaador chamava era pião! Quando começou as lei da federal aí começaram pagar. Aí hoje, tem o alojamento, tem o filtro, tem a geladeira, tem o televison, pro trabaiaador assistir na casa, que hoje chama alojamento. Hoje tá tudo modificado, purcausa das lei, né?[...] (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)*

Em alguns casos, as relações de trabalho que podemos perceber na fala do narrador caracterizam-se como trabalho análogo a trabalho escravo por dívida. Esse é um dos reflexos das terras que foram acumuladas na mão do grande fazendeiro, deixando-os vulneráveis às mazelas da força do capitalismo, da degradação humana. Pelo relato acima, percebe-se também que o narrador faz uma análise da evolução das leis trabalhistas e a forma de denominar o trabalhador.

Em nosso percurso de procura em saber de uma narradora se tinha ocupado terra quando chegou aqui na comundiade, no processo de ocupação das terras, se estas tinham donos ou proprietários, esta faz a seguinte afirmação:

*[...] não, aqui não tinha dono! Não [...] eu trabaiaava lá onde é a sede do [...] do Rubão mais meu pai! Botava roça lá! Era comum!<sup>17</sup> Ali não tinha dono. Depois foi que chegou [...] há de saber, o papai soube que o véio João, sogro dele Rubão, tinha comprado as terras [...] (baixa o semblante com tristeza no olhar e fala embargada) [...]” (Entrevistado não identificado, s.d.)*

<sup>17</sup> Comum, aqui refere se a “terra de uso comum” por meio de “[...] laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes”. De maneira genérica estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindeiras sob a acepção corrente de “terra comum” (ALMEIDA, 1989, p.173)

A trajetória deste povo quilombola é marcada pelos conflitos territoriais que são latentes nas memórias até hoje. Como afirma Martins (2010, p.121) “[...] esses lavradores devotados à chamada agricultura de roça (de derrubada da mata, de queimada, de coivara, de plantio de milho e feijão, de deslocamento para a nova terra após alguns anos de cultura), foram sendo expulsos da terra pelos grandes fazendeiros [...]” e perderam os vínculos com aquela terra, as relações sociais, o lugar que lhes foi construído.

*[...] P - E quando produzia, fazia a roça, produzia essa roça na terra de quem?  
N – É, nesse tempo era a voluta, não tinha fazendeiro aqui, não tinha, não tinha cerca, a terra era a voluta aí. Nós achava que nunca vinha igual tá vindo agora a preocupação dos fazendeiro [...] não tinha fazendeiro aqui ao redor em lugar nium. Aí depois foi chegando os fazendeiros e tomando de conta e aí [...] (Griô Conceição Viana, entrevista cedida dia 31 de agosto de 2017)*

Dessa forma, entende-se que a comunidade estava organizada em centros e cada família tinha seu pedaço de terra para produzir e garantir a subsistência, práticas milenares como afirma o narrador do trecho abaixo:

*[...] N – Nós só trabaivava de roça, a produção só era a roça, roça mermo e quebrava o coco, pra vender no Xambioá pra comprar roupa, o sal, o querosene como lhe contei. Comprava aquelas outras coisa, anzol, linha pra pescar, a botina pra calçar, a “pracata” (risos)  
P – E o que o senhor produzia lá na roça?  
N - Era o arroz, o feijão o milho, a fava, e aí, bucado de... abroba, jerimum, um bocado...essas coiseras de roça mermo.  
P – E quando o senhor ia plantar a roça, tinha alguma ciência pra plantar?  
N– Tinha! A ciência nossa da roça era pela luada, a lua crescente e a lua cheia, nós prantava, o milho e o arroz, toda a prantação, é agente o povo antigo, prantava as coisas pelos pranetas da lua, né? Hoje não, o povo leva pro riba de pau e pedra aí, num tá somando com nada. Mas naquele tempo o povo mais véio, prantava era pelos planetas da lua [...] (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)*

Sobre a colheita, esta também respeitava o tempo da natureza, o ciclo. Ela representa saberes que eram passados dos mais velhos aos mais jovens, até a etapa final, o armazenamento de tudo que se produzia num local específico, o paiol, que se adequava conforme os grãos iam chegando. Saberes locais vai definindo o modo de vida do povo quilombola. Podemos verificar isso na fala a seguir:

*[...] N – Não, a colheita era assim, quando fazia um solzinho, nós culhia o arroz, o feijão, culhia a fava o milho, né? Já entrando no verão, no fim de abril pra maio, nós já ia culher a panha do arroz, os trem, culhia e colocava no paiol. Aí era o milho, o feijão e a fava.  
P – E como é que o senhor guardava, como é que o senhor armazenava a produção?  
N – No paiol, fazia aquele chiqueiro de talo de coco, de pau, aí colocava, assoalhava ele, fazia as esteira? A senhora sabe o que é isteira?  
P – Sei.  
N – aí forrava com a isteira, e colocava aquele arroz, separava, o arroz pro lado e o milho pra outro e o feijão pra outro lado, ia separando os ligume, né? Cada*

*paiozin tinha seus lugazim dos trem, de colocar [...] (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)*

Quanto à produção de roças, utilizavam tecnologias muito diferentes das que são utilizadas hoje, desde o plantio ao armazenamento e, quanto à técnica, ainda persiste, em parte, a prática em algumas fases na produção de roças com o uso de ferramentas, como pode ser notado na fala de um entrevistado, transcrita abaixo:

*[...] P - Quais era as ferramentas que o senhor usava pra colher o arroz?  
N – em primeiro lugar pra colher o arroz? Era aquelas faquinha que coloca nos dedos aqui (demonstra como era usada na mão, a esposa que acompanha a entrevista, sorrir). A sinhora conhece? Nós colocava a faquinha aqui e ota aqui ou então nós amolava o cabo da cuié, amolava aquele cabo de cuié pra cortar o arroz. Aí depois que os mineros chegara pra cá, que ensinou o povo a colher arroz, era no cutelo, a sinhora conhece, né? (risos) Cortava no cutelo e imbanderava o arroz no mermo toco, aí era no cutelo, cortava no cutelo, aí nós impiava aquele arroz inriba dum pau, deste tipo aqui, tipo uma casinha, né? Impiava ele aí cubria com paia de coco paia de banana. Aí quando batia um bucado, cubria com a mesma palha do arroz, batia ele um bocado, né? Mas premero, cubria com a paia da banana braba ou então com a palha de coco. Aí quando batia o arroz, ia cubri com a merma paia, aí nós ia bater no mês de abribe, maio, já no tempo inxuto. Fazia aqueles terrero, capinava no cabo da inxada, aí colocava o pano, aí bater aquele arroz [...] (Griô Conceição Viana, entrevista cedida dia 31 de agosto de 2017).*

Nota-se pela força da cosmovisão que este povo tem uma ligação intrínseca com a terra. Assim, em Muricilândia a dimensão produtiva ainda é a mais relevante. Em conformidade com Suzuki, Berdoulay. (2016, p.11) “[...] já não estamos mais falando, apenas, da dimensão produtiva dos cultivos [...]”. Mas, da dependência do homem a natureza. Pode ser uma relação utópica ou não, mas, o modo de vida que hoje é vivido é diferente do nos primórdios da comunidade.

Nesta comunidade que cultivava também arroz e outras espécies, não foi diferente a perda da terra, da própria fonte de subsistência. Percebe-se que parte da vida de homens e mulheres humildes e detentores de saberes que lhes são próprios foram cerceados pela força do capital, como nos ensina este narrador:

*[...] P - E assim, poderia falar quais foram os seus motivos que parou de plantar roça? O que lhe impediu de plantar roça?  
N – É, o entendimento foi assim, quando nós trabaivava de roça, o povo tomaram as terras, né? Eu tinha uma terrinha do lado aqui, o fazendeiro tomô! Aí, fumo indo, fumo indo! Cuma é que as premeras roças que nós coloquemos aqui, quem era os donos das premeras roças, quem era os velhos que já morreu, os novos que ficou? As terras que nós trabaitemo, quem é dono hoje, tudo isso.  
P - E quem são esses donos dessas terras hoje?  
N – É os grande fazendeiro! (entona a voz)  
P – E esses fazendeiros, qual os nomes deles? Você sabe?  
N – Bem, o premero tem o Seu Rubens, Rubens Aguiar! Tem Seu Romeu (baixa o tom da voz, olhando bem no meu rosto), tem Seu Valdivino no pé da Serra, aqui*

*do outro lado, tem o Seu Pernambuco, tem o Valdivino aqui do outro lado do rio, tem o Paulo Boroca, que é fazendeiro! E aí vai tendo mundo abaixo aí! Aí **laçaram** tudo, as terras dos pobres, hoje um pobre num pode fazer um canteiro porque a terra do patrimônio tá tomado! Que o Murici tem 40 e tantos alqueires de patrimônio, eu sou sabedor disso! (impõe o tom de voz) Lá naquela grota que hoje tem o trevo ali, pra cá do corgo, que tem aquela ponte de cimento, adiante do posto de gasolina, o pique passa dentro daquele corgo, e sai no rio aqui. Então, essa lateral aí todinha é do patrimônio! Rudeia e aí sai no rio lá encima, é o quadro, e corta e aqui sai lá embaixo! (Entrevistado não identificado, s.d.)*

Como certifica Martins (2010, p.76) “[...] num país em que o poder pessoal do grande proprietário rural é ainda hoje um poder emblemático, um poder de vida e de morte [...]” Cabe aqui enfatizar que durante o processo de desocupação compulsória das terras, um número irrisório de quilombola pôde através de o pagamento ter o direito de propriedade da terra que já fazia uso comum.

*[...] mais aí depois no final da década de sessenta, já meados da década de setenta, começa a vir a aparecer [...] na década de sessenta até a década de setenta começa a aparecer os goianos e paulistas, que vão chegando pra cá com o documento, que é justamente aquele período da construção da Belém-Brasília, daquele avanço do governo do presidente incentivando as entradas<sup>18</sup>, quem tivesse interesse de pegar um pedaço de terra, pra empreender ali um negocio de expansão, que a gente sabia que era mais interesse de alimentar a capital, o grande capital, mas tudo bem [...] (Manoel Filho Borges, entrevista cedida dia 13 de novembro de 2017).*

A linguagem aqui tem a função de inferir como os quilombolas percebem o mundo e evidencia como ocorreu a sua marginalização, não tendo onde produzir suas roças e garantir o sustento da família, agora envoltos em medo, ameaça e violência. Essa situação que começa com a chegada de pessoas com títulos dizendo serem proprietários das terras e, por isso elas deveriam ser desocupadas,

*[...] esse povo vem, e começa chegar e mostrando os títulos né? Essa área é minha você tá dentro da minha área. E aí a principio eles vão resistindo, assim não na briga, mas, dizer é minha. Aí ganha mais um tempo, mais um tempo, mais no final é que eles não conseguiram né, e como, ai também eles começam a buscar os direitos deles. Então nessa região aqui pra baixo, é aí onde entra a família de Seu Dadá e outros mais, de Seu Geraldo da Mônica, que tavam lá em frente à Mata Azul por ali, e uns estavam do lado de lá e uns do lado de cá. Lá eles foram despejados, eles estavam lá e o fazendeiro, na época o Benedito Boa Sorte, não tem? E aí colocou sei que botou a polícia, despejou todo mundo. A Dona Helena também, o Seu Antônio da Helena. Chegaram lá e pegaram as coisas deles, queimaram o barraco, derrubaram o barraco, jogaram dentro de um caminhão véio, chegaram e jogaram tudo aqui. (tristeza na voz) Então, estes foram despejados. Porque os próprios ocupantes da área não reagiram, eles não resistiram [...] Eles não relutaram em permanecer lá! Vieram embora [...]* (Entrevistado não identificado, s.d.)

<sup>18</sup> Entradas: refere-se ao movimento de mapeamento organizado pelo governo brasileiro em direção do interior do Brasil.

O relato acima leva-nos a refletir com MARTINS (2010) sobre a Lei de Terras em 1850, e correlacionar com este panorama tão atual as inquietações sociais e os conflitos em terras de comunidades tradicionais. A lei à qual nos referimos cerceou o acesso à terra, principalmente, para aqueles que vivem da terra. A posse da terra ocorreu como até hoje, de forma não democrática, estando sujeita à legitimação somente a partir da compra.

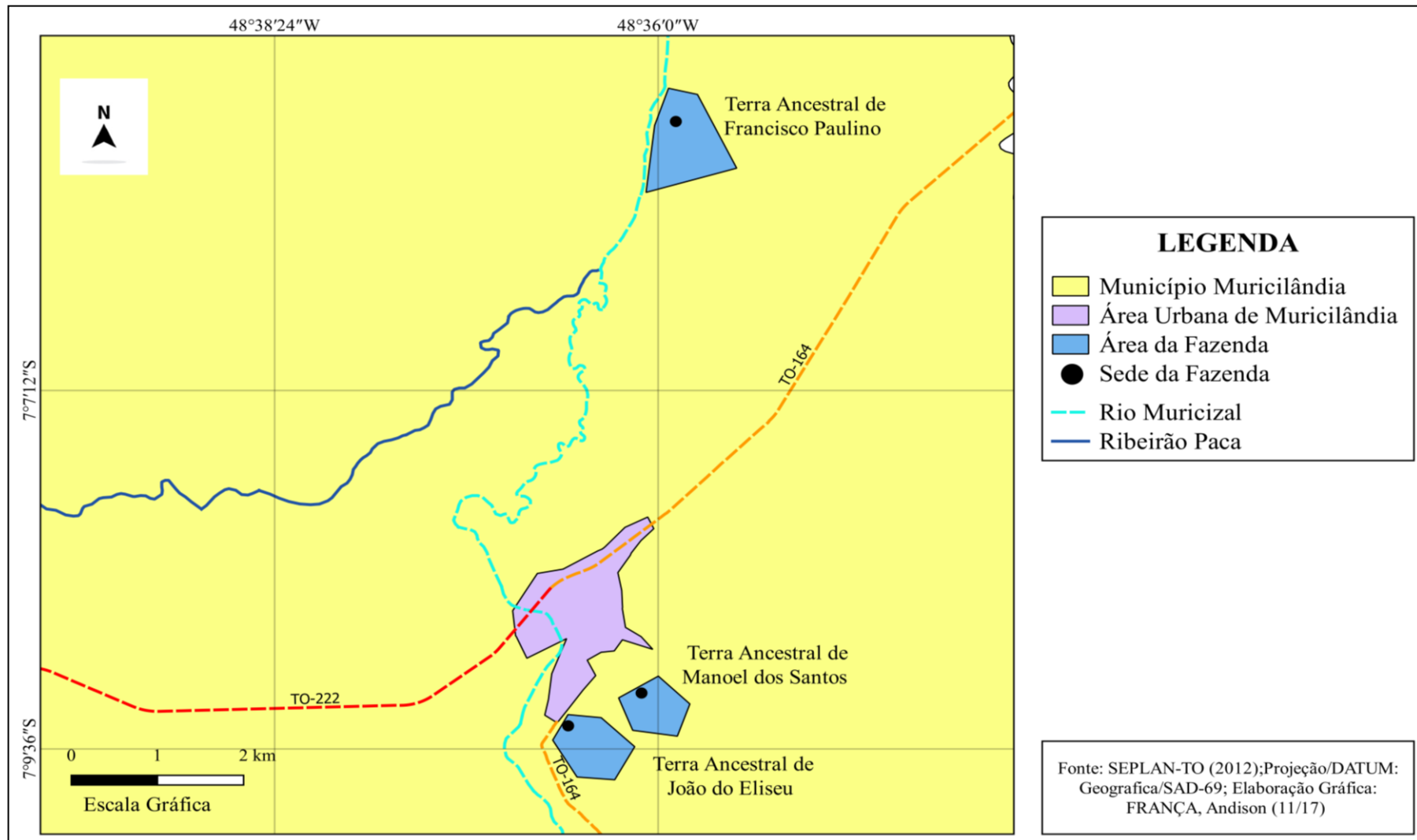
Mapeamos aproximadamente a localização das três propriedades rurais ancestrais (mapa 06 página 75) com origem ainda nas terras nos primórdios da comunidade, e constatamos, pela oralidade local, que uma terra é de propriedade de um patriarca de uma grande família na atualidade, veio no início da ocupação e adquiriu o título pela compra. Outra propriedade foi adquirida também pela compra do título e é, hoje, dos descendentes do líder que guiou o primeiro grupo de negros e romeiros até este lugar. Por último, um patriarca quilombola, com família de descendentes numerosos, permaneceram na terra que é herança do pai, contudo, não possui o título da terra.

Quando questionamos um dos quilombolas sobre este fato, ele nos faz a seguinte narrativa, revelando que não é somente esta terra que não possui título. Veja o que ele nos fala:

*[...] hoje nós tem essa terrinha aqui. É nossa! Eu mais ele nós num tinha separação de paiol. Foi uma coisa que nós fizemos, nunca tivemos uma desavença. Ele saiu e eu fiquei. Tô **ocupando** este lugar ainda! [...] nós fizemos foi comprar este direito aqui de um Senhor Zé Piqueno. Eu não tenho lembrança isso aqui foi em 65, 68. Foi numa data dessas assim que nós compramos e fechemo tudo. A gente esquece, eu era muito jovem não imaginava nada se preciso se alestrar [...] Vamos botar, marcar que o Veio morou, fundou isso aí em 68 [...] Meu pai faleceu em 2004. Todo desapropriamento tem o título. Mas esse aqui [...] o Antônio Bueno não tem! O Rumeu tem um pouco, só um pequeno título de terra! O mais é só direito! Nós somos bem uns 10 que não tem título da terra! Nós paga os impostos, podia mostrar a quantidade de imposto que pago por ano. Mas, não tenho o título! E aí a gente tá aqui, né? Mas, ninguém nunca mexeu com nós, sabe que nós fumo os fundador, somos dono, só não tem o título, mas é **ocupante!** [...] (Entrevistado não identificado, s. d. **grifo nosso**).*

Quando o narrador afirma como permaneceu na terra evidencia que ela é herança de família. Notamos que o pai da família é caracterizado como um homem trabalhador na roça produzindo muita fartura. Após o seu falecimento, a terra ficou para seus descendentes. Reconhecemos por meio da narrativa, como aquele que ocupou e ocupa a terra tem o direito sobre a mesma. Para Tuan (1983, p. 03) “[...],o lugar é segurança [...]” Assim, ela traz a ideia de como o proprietário se reconhece e sente-se parte desta terra e esta, o seu lugar seguro.

**MAPA 06:** Localização das Três Terras Ancestrais dos Primórdios aos Dias Atuais



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Dados organizados Pela Pesquisadora)

Deste modo, nos assevera Portelli (2016, p. 64): “[...] a memória seria parte de uma consciência social democrática, ela não deveria ser elogiada acriticamente [...] deveria ser pesquisada, coligida e analisada como fonte histórica [...] compartilhada como um capital cultural público [...]”. E, estas memórias que fazem parte das memórias coletivas estão sendo evidenciadas, ouvidas e registradas para que se possa ter acesso e conhecer a historicidade desta comunidade.

Neste caso, compreende – se que o acesso à terra nos primórdios da comunidade, subjugou este povo apenas à condição de trabalhador nas grandes propriedades, terras que foram terra de uso comum. Estas terras que fazem parte do território do município que anteriormente eram terras devolutas, hoje constituíram-se em grandes fazendas onde é desenvolvida a pecuária. É o que externa o narrador do trecho abaixo:

*[...] Infelizmente aquela visão, do nosso tempo era desenvolvimentista. Então era a ideia de trazer o desenvolvimento, abrir estradas [...] e aí nós temos aí a vertente dos nordestinos, depois temos a vertente dos mineiros e paulistas, principalmente os mineiros da região de Uberlândia, Uberaba, (sabiá cantando) e os paulistas, também daquela região do interior, de São Paulo que foi o advento das grandes fazendas e, os americanos que vieram diretamente dos EUA. O advento das grandes fazendas que na estrutura das pontes como aquela e outras já beneficiando.” (Francisco Paulino, entrevista cedida em 01 de julho de 2016)*

Observamos visões antagônicas quando analisamos as falas dos primeiros quilombolas e esta última fala que definiu como seria a organização territorial deste município, delimitando a fronteira e a dicotomia entre uma comunidade de povo negro, com remanescente de cativos, e o grande latifundiário que ignora a existência deste povo negro que faz uso comum da terra.

Esse proprietário capitaliza essas terras com investimentos em infraestrutura como estradas e pontes com o objetivo, especificamente, de beneficiar as grandes fazendas. Quando foram retirados os ancestrais dos remanescentes quilombolas da terra por aqueles que se diziam donos das terras houve conflito que traz reflexos até hoje na economia local e está entremeado na memória social da comunidade, como pode ser percebido na narrativa seguinte:

*[...] eles lançaram o povo assim, dizendo que a terra era deles que era naquele tempo era o IDAGO de Araguaína, hoje chama INCRA. Eles falaram que a terra eles tinham comprado lá, a terra de lá, e era pro povo sair, se retirando. Idenizava com pouca besteira, outros ameaçavam polícia. O povo tinha medo ainda hoje como tem. Aí a pessoa ia saindo e pegava gurjeta [...] (com ar de tristeza e saudades, baixa o tom da voz) [...] (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017).*



Sujeitos presentes nesta configuração sobre a presença do povo negro e sua família lutando pra permanecer na terra contra a força do pistoleiro sob a proteção do fazendeiro. Novamente uma gama de lavradores com a retirada de seu meio de produção, um exército rural de reserva de produtores despossuídos, disponíveis para o trabalho nos latifúndios. Desse modo, o acesso à terra ficou restrito ao trabalhador que não tivesse poder de capital, aprisionando assim a terra ao grande empresário por via da legalidade. Para Martins,

[...] a Lei de Terras de 1850, e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso [...] De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumental legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado dos interesses econômicos do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso.” (MARTINS, 2016, p.50-51)

Nitidamente, observamos a desigualdade de acesso à terra com a garantia do Estado, mesmo agarrando-se às forças militares representadas pelo Exército, na época como uma esperança de permanecer no lugar, na terra. Essa situação fica clara na narrativa a seguir:

*[...] e ali foi um fazendeiro ele pegando o nome, pegando o nosso nome pra dá pro pistoleiro pra tirar nós de lá (suspira profundamente) [...] silencia demoradamente, baixa a cabeça [...] Aí cuma eu fui toda vida, fui um homem meio esperto, quando ele tava pegando o nosso nome assim. Eu falei pra ele, respondi pra ele: mas por quale é o motivo que o senhor tá pegando o nosso nome, é pra tirar nós dali do outro lado? É por que a terra é minha, a terra me pertence e vocês invadiram! Eu digo: nós num ivadimo, quando o senhor chegou aqui no Murici, o senhor já encontrou nós trabaiano ali do outro lado, aí ele disse que ia tirar nós de qualquer jeito! Aí eu falei: pego o nome do senhor e vou levar lá no “oito do Marabá”<sup>19</sup> no Exército! Pa vê qualé que tira partido! Quero vê se o senhor vai contra a autoridade! Aí ele muchou, né? Muchou marraí o seu João Paulino pegou a me dar conseio e pros que morava e trabaiava do otro lado, eu e o Toin da Nena, ele já faleceu, aí metade sairo com medo do véio, né? Ele era fazendero forte, né? E aí nós tinha medo, aí saímos! (tristeza no olhar) (Entrevistado não identificado, s.d.)*

Indiscutivelmente a memória filtra os acontecimentos do passado, seleciona e se deixa levar pelo esquecimento das lembranças dolorosas. Certamente nesta situação o homem simples, nesta condição termina “[...] fazendo política com uma liguagem própria, ou com a linguagem do branco **opressor** filtrada por seus interesses [...]” (MUNANGA, 1996, p.35. **grifo nosso**). Notadamente esta memória é suprimida de forma

<sup>19</sup> 8ª Região Militar localizada na cidade Marabá com sede em Belém-PA.

consciente e inconscientemente, pois pode vir à tona quando o passado é evocado, os conflitos vividos e que se fazem tão vivos na memória individual e coletiva.

Certamente, Lima (2003, p.42) “[...] seja para mostrar como a estrutura social se realiza, seja para revelar suas fissuras e conflitos, os textos orais não passam de meros reflexos dessa ordenação / desordenação da vida social.” São mais significativos por se tratar de questões sociais de cunho étnico e luta de classe.

O Estado como mediador neste conflito, a partir do momento que emite títulos de terras para o grande empresário, não garante o direito à vida de centenas de famílias que estavam embrenhadas na mata e fazendo uso desta para a própria sobrevivência. Hoje, os quilombolas estão dispersos no perímetro urbano, pois as casas não estão de maneira contínuas pela cidade, e já ocuparam as terras delimitadas pelo relatório. Leia o exemplo produzido na roça de toco:

*[...] a roça era roça de toco mesmo, roçar, queimar, plantar, e o que produziam? Produziam basicamente o arroz pra subsistência, e algumas terras melhores as vezes sobrava ate um excedente pra vender, o milho, ai vem o feijão também que, essas três coisa tinha que ter, o milho, o arroz, o feijão, ai vinha os outro complemento, vinha a abóbora que geralmente não era planta em grande escala era mais plantada em quantidade menor, mais pra ser usada como alimento. A batata, a fava né que vem ai pra tá junto com o feijão pra tá servindo na alimentação, e vem o que mais? Vem as fruta que sempre na roça também se planta, cana,mamão, abobora eu já falei! E também verduras e hortaliça, em menor escala a gente sabe, mais tudo plantado. Eu não conheço nenhum aqui durante todo tempo que a gente trabalhou mexendo com roça, que botasse a roça única, exclusivamente pra vender a produção, vendia o que sobrava da produção , mas o que produzia era pra alimentação mesmo. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)*

Produzia-se praticamente de tudo nos centros de roçado, praticava-se a policultura que abastecia o paiol, trocava-se com a vizinhança, num sistema de troca em comunidade, trocava-se dia e fazia-se multirão da derrubada ou brocagem, a queima da roça. Observe como era o tempo da produção do roçado pode ser observado na narrativa abaixo:

*[...] meu pai era um Véio trabaiaador. E nós enchia aquele paiol de arroz. Roça de mandioca só a terra dava fim, porque fazer farinha pra despesa e o resto ficava aí. E os paiol de arroz ficava de [...] nós enchia esse ano, no outro ano botava outra roça, fazia outro paiol 2, 3 anos ficava arroz, virava [...] nós num tinha como sair nada [...] nós tivemos fartura aqui demais! Porque meu pai era muito trabaiaador! (João Pereira, entrevista cedida em 15 de abril de 2018).*

Ao descrever como era a produção de roças reforça a presença do pai como um trabalhador que fazia uso da terra com intensidade, gerando-se um grande volume de cereais, além de deixar claro a sua permanência desde o princípio da comunidade.

Dentre as etapas da formação das roças tem a queima da derrubada. Esta etapa respeitava o horário e acontecia normalmente à noite com o cuidado de fazer o acero nos quatro cantos da roça para o fogo não adentrar a floresta. Depois desta etapa acontecia a coivara. E o narrador externa o seguinte questionamento:

*[...] o que é encoivarar a roça? Sair pegando aquele [...] olha rapaz que o pai botava as roça num lugar molhado que não queimava não! Só queimava as folha, só queimava as foias do mato. Aí nois saía juntando aqueles paus tudinho de novo, minino saía pra roça, os cabelos parecendo um arapuaá<sup>20</sup>, espetado [...] porque a madeira estava queimada, os graveto estava queimado e aí fazia aquele feche de pau, quando era de noite ninguém enxergava o minino, numa escuridão só! (risos)[...] (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)*

Notamos que há toda uma preocupação e cuidado entre manusear a terra e conservar áreas livres da abertura de área pra roça, um saber local e tradicional que se mantém. Uma clara dependência dos recursos naturais, dentre eles o que a floresta em pé pode fornecer para o homem e para os outros seres vivos. Enquanto isso, outro quilombola nos detalha os usos que faz de sua terra:

*[...] eu mesmo assim, aí dentro planto mandioca, planto feijão, milho. Agora mesmo vim lá da beira do rio, uma terra que eu plantava muito milho. Enchia uma **despensa** que eu tenho aí. Cheia de milho pra dar de cumer as galinha, livrar do compra. Eu tiro muita coisa daqui de dentro. Tinha uma bolandeira, motor de fazer farinha. Tinha uma casinha bem ali onde era a oficina de fazer farinha. Só que hoje a gente num acha pessoa de fazer farinha [...] (João Pereira, entrevista cedida em 15 de abril de 2018)*

Há uma ressematização do termo *paiol* para *despensa*, um deslocamento que não perde a funcionalidade de ser o local de guardar a produção, assim como para guardar as ferramentas e outros utensílios usados no modo de vida deste quilombola que demonstra um saudosismo no falar.

Nos momentos de lazer da comunidade, acontecia na área da igreja onde existiam algumas casas feitas de palha. Tinha quitandas e salão de festas tocadas a sanfona. O salão mais movimentado era o do Raimundo Rodrigues, que o povo chamava “Raimundo dos Pretos”. Da Barraria vinham, às vezes, sanfoneiros, das Cordilheiras região próximo de Filadélfia, não existia teclado naquele tempo. Nas festas eram servidas bebidas quentes, como pingas, a Tatuzinho, São João da Barra, Cortezano e Martin doce, bebidas que vinham por meio dos barcos, de Xambioá ou vinham de Araguaína. Não havia

---

<sup>20</sup> Arapuaá: um tipo de abelha, encontrado na vegetação mais esparsa.

energia elétrica e antigamente não tinha cerveja. Existia engenho de fabricação de pinga artesanal de alambique ou pinga sertaneja. Em determinada narrativa quando se busca saber sobre as tecnologias, temos as seguintes informações:

*[...] P – E a energia como chegou aqui?*

*N – Era lamparina, e aquele pavio feito no algodão no pires, na tigelinha de esmalte, colocava aquele azeite de momona, e colocava aquele pavio e acindia e aquele pavio alumia a noite todinha, antes de chegar a lamparina! Depois foi que foi chegado lamparina, e a querosena foi que foi modificando [...]*

*P – Então primeiro era [...]*

*N – Azeite de momona! O óleo do azeite de momona! Depois a lamparina, depois o lampião e por último o motor do gerador de energia! Aí começou o progresso! [...]* (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017)

Já não era mais o tempo do atraso, deu-se início ao progresso. Contudo este progresso não veio acompanhado com a justiça e o tal desenvolvimento que contemplasse a todos. Por meio de documentos das terras que deixavam dúvidas quanto a sua legalidade, as terras ocupadas foram esvaziadas, dando lugar à pecuária, uma nova diáspora, a terra passando a ser cativa, antes livre, devoluta.

A terra que antes alimentava humanos, agora bovinos e a fome do capital. O povo expulso de mãos vazias se aglomerou na região que margeia o Rio Muricizal, passando a ser uma fonte de alimento, complementada com o peixe e diárias nas fazendas, o que foi crucial para definir as características socioeconômicas da comunidade.

## **2.2 – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E TERRITORIAIS DA COMUNIDADE EM PESQUISA**

Quanto às situações ocupacionais numa tentativa de visualizar, os quilombolas desta comunidade hoje, estão em muitas funções e lugares distintos. Além de outras funções não citadas (quadro 03 página 63) todas estas ocupações são importantes na dinâmica da cidade em situação de fronteiras com atividades ligadas ao meio rural, quanto social, cultural, política, ideológica e principalmente econômica.

Para Martins (2016), “[...] é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentidos.” (MARTINS, 2016, p.10). Deste modo, os quilombolas desempenham funções econômicas

diversificadas no mercado de trabalho tanto local como em outros lugares, constituindo suas territorialidades, suas fronteiras.

**QUADRO 03:** Funções Ocupacionais dos Quilombolas na Comunidade Quilombola Dona Juscelina

Funções Urbanas	Funções Rurais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• em escolas, enquanto direção, secretária, auxiliar de secretaria, professores, merendeiras, guarda escolar, alunos e pais de alunos;</li> <li>• em posto de saúde da família – PSF, na recepção, auxiliar de enfermeira, auxiliar de serviços gerais, dentre outras funções;</li> <li>• na prefeitura na gestão como vice-prefeito, secretário educação, vereador, secretário de meio ambiente, motoristas e outras funções no serviço público;</li> <li>• vendedores autônomos que vendem: dimdim, churrasquinho e outros;</li> <li>• balconistas no comércio local;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• serviços domésticos;                   <ul style="list-style-type: none"> <li>• costureira;</li> <li>• fotógrafos;</li> <li>• pedreiros;</li> <li>• artesão;</li> </ul> </li> <li>• boleira e confeitadeira;</li> </ul> </li> <li>• micro empresários no ramo de prestação de serviços;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• manicure e pedicure;                   <ul style="list-style-type: none"> <li>• babás;</li> <li>• aposentados.</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• quebradeira de coco que produz óleo de coco babaçu e outros produtos oleaginosos;</li> <li>• produzem hortas: vendem cheiro verde, alface, couve e outros;</li> <li>• lavradores que ainda plantam a roça de toco de milho, arroz, feijão, abóbora e mandioca, para a subsistência;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• caseiro em chácaras e pequenas propriedades: onde podem criar pequenas quantidades de galinhas, criam gado para a produção de leite que são vendidos para o laticínio e produção de doce de leite e queijos, criam também, porcos para consumo de subsistência;</li> </ul> </li> <li>• trabalhadores braçais em fazendas que realizam o trabalho de roço e manutenção do pasto, cuidam do gado desde a alimentação, vacinação e outras necessidades;</li> <li>• pescadores artesanais: que usam técnicas que não degradam o rio e pescam respeitando o período da piracema e em pequena quantidade;               <ul style="list-style-type: none"> <li>• vaqueiros: que cuidam dos animais e responsável por reparos na propriedade, com serviço de roço e cercas, além da tiragem do leite;</li> </ul> </li> </ul>

FONTE: OLIVEIRA, 2017. (Organizada pela pesquisadora, informações obtidas no campo da pesquisa.)

O ser quilombola e o viver quilombola movimentam o comércio e fazem circular o capital, dinamiza a produção e explicita outras facetas que se fazem presentes na

fronteira entre ser quilombola e não quilombola, e que possivelmente gera atrito nos espaços que ocupam. Como reflexo da desocupação das terras, os quilombolas estão em muitas frentes de trabalho.

É nesta fronteira étnica, social, cultural e principalmente econômica, que se percebe a situação de conflito, alteridade, confronto, de luta. Mas, também é lugar de possibilidades para a justiça, a conquista da terra, esta que faz a mediação de todo sentido para que o Outro seja visibilizado na dualidade material e simbólico. Podemos exemplificar como, na comunidade ainda há mulheres que quebram coco babaçu para a produção de azeite, além de outras oleaginosas.

Para entender é preciso conhecer, analisar e refletir sobre as políticas públicas e sua existência quanto às comunidades quilombolas, ou seja: por quem e para quem são elaboradas os agentes e mediadores que atuam na tessitura do território. Neste contexto, é essencial o planejamento, para que as execuções de algumas ações no território não venham desencadear conflitos, um autêntico ato de exercício de poder de agentes sociais, no qual é possível perceber que:

[...] as políticas públicas, compreendidas como 'públicas' em sua gênese, não apenas se realizam no território como receptáculo de intervenção. Podem e devem ir mais além, ao propor ações que direcionam e redirecionam os usos do território nacional pelos agentes atores sociais que medem os conflitos entre eles. Quer dizer, ações que incidam não só sobre o território em si, mas sobre como o território é usado [...] (STEINBERGER, 2013, p. 23).

Cabe ressaltar que as políticas públicas asseguram direitos constitucionalizados, que para sua afirmação deve partir do seio da sociedade ou parte desta, em consonância com as diferentes esferas dos poderes públicos, que se configuram como direitos das pessoas, das diferentes facetas da sociedade.

Para Steinberger (2013) “[...], na prática, toda política pública concretiza-se no território, ou seja, o território está sempre presente, explícita ou implicitamente, nas ações de políticas públicas. Assim, admite-se que todas as políticas públicas têm uma dimensão territorial.” (STEINBERGER, 2013, p. 63). Cabe nesta análise focar a relação de afeto com os espaços onde estão as memórias ancestrais, principalmente, a partir dos mais velhos que se fazem presente na comunidade em sua dimensão territorial.

Estes poderes configurados em conjunto, ou isoladamente, dependendo da demanda e necessidade apontadas pela sociedade, que deve ser participativa, (mas que em muitos casos deixa a desejar), deve também acompanhar a aplicabilidade e avaliar se

as políticas públicas são efetivadas, caso não estejam sendo aplicadas, devem acionar e exigir tais cumprimentos dentro da lei que as institui.

Assim, como dispositivos para atender a tais demandas, pauta-se nas Políticas Públicas que, em sua maioria, são formuladas partindo da iniciativa dos poderes públicos: legislativo, executivo ou judiciário, componentes essenciais na formação do Estado, cumprindo suas funções dentre estes, “[...] um dos principais papéis do Estado é mediar conflitos de interesse entre agentes-atores que expressam seu poder no território.” (Steinberger, 2013, p. 89).

Dentre estas políticas públicas que contemplam esta comunidade quilombola está a produção do quintal verde. Uma alternativa que possibilita a manutenção da prática da lavoura, sem deixar de citar que melhora a qualidade de vida dos quilombolas que fazem esta prática, pois, mantém o quintal limpo e ainda aumenta o valor nutritivo das refeições consumidas, além de gerar renda. O projeto quintal verde foi desenvolvido a partir de um curso que foi direcionado especificamente para contemplar os quilombolas, uma política pública efetivada, como narra o quilombola a seguir:

*[...] nós tivemos em 2013, em abril de 2013, um curso de agricultura, de horticultura orgânica, só pra quilombolas. Mas, porque que nós tivemos? Nós tivemos através do IFTO<sup>21</sup>, entendeu? Através do PRONATEC<sup>22</sup>. Nós corremos atrás, entendeu? Nós corremos atrás. Justamente pensando nisto! Pensando nas pessoas produzirem nos seus próprios lotes e poder comercializar. Então conseguimos, a comunidade correu atrás, conseguiu o curso, veio foi dado em abril, os certificados até hoje não entregaram, tá lá no IFTO. Disse que quem quiser buscar seu certificado vai lá buscar. Agora, acabou o curso e ele não tem mais interesse de vir aqui entregar os certificados, fica nessa. E, teria uma segunda etapa, pois a demanda foi grande. Nós formamos uma turma com 40 alunos, e ficou outro tanto querendo entrar também. Então nós tínhamos uma segunda etapa em agosto, nunca mais conseguimos [...] (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017).*

A comunidade, por meio de representantes políticos quilombolas, lideranças se organizam, busca e consegue acesso aos conhecimentos acadêmicos desenvolvidos por instituição de ensino técnico e superior com o objetivo de trazer melhorias para a comunidade quilombola, mesmo explorando uma pequena área de terra disponível, o próprio quintal. Assim, se fazem presente as políticas públicas federais que unem os conhecimentos tradicionais e os acadêmicos, ainda que de forma insuficiente para

<sup>21</sup> Instituto Feeral do Tocantins - IFTO.

<sup>22</sup> Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

atender às demandas dos quilombolas, e os resultados é a multiplicação do uso dos quintais para produzir alimentos, mesmo que em pequena escala.

Segundo Santos (2006), “[...] através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa [...]” (SANTOS, 2006, p.50). Desta forma, modifica-se a paisagem no perímetro urbano. Nos quintais, são desenvolvidas práticas de produção agrícola com uso de horticultura (foto 08), cultivam-se hortaliças como: cheiro verde, alface, couve e outras espécies, que são vendidos no comércio local ou na própria horta. É possível encontrar também o cultivo de hortaliças em áreas húmidas, às margens do Rio Muricizal, onde o solo dá condições para tal atividade.

**FOTO 08:** Preparo de Canteiro de Hortas em Quintal Urbano na Rua 05.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

A terra não deve ser vista como impecilho para superação das dificuldades de cada um, mas, como uma parceira, ao preparar o solo para agricultura orgânica, não se utilizar o agrotóxico. Na imagem podem ser vistas diferentes etapas na produção da horta, no canto inferior direito à terra de um canteiro que ainda está sendo preparada, com a utilização de adubo orgânico, o esterco de gado. Debaxo da cobertura de tela, são



canteiros de alface, como são mais sensíveis à luz direta do sol, exigem uma proteção que amenize esta exposição direta. Os canteiros estão demarcados com uma linha de anzol, formando um quadrado. Todos eles têm diâmetros praticamente iguais sempre com um espaço entre um e outro para permitir a circulação do horticultor.

Ressaltamos que para realizar os registros do uso dos quintais foi necessário adentrá-los, considerando o que, segundo Martins (2017), “[...] a pesquisa não tem que ser necessariamente invasiva, mas não há pesquisa sociológica nem antropológica sem interação entre o pesquisador e as populações que estuda e às quais recorre para obter de viva voz respostas, depoimentos e narrativas [...]” (MARTINS, 2017, p.12). Vale ressaltar que entre os canteiros também tem um varal, evidenciando que o espaço também é utilizado possivelmente pelas mulheres da família como local para secar roupa. Um espaço com múltiplas utilidades.

Essas práticas atendem à necessidade da comunidade e fortalece o laço que o quilombola tem com a terra, um contato que é vital para sua autoafirmação e manter a certeza de que lutar pelo território é um objetivo comum e um direito que ainda está só no papel. Assim como vislumbrou a abolição, muito há de ser feito enquanto consciência do movimento, ato e participação política.

Assim, os quilombolas narram como são os processos de construção dos canteiros, os cuidados, a cosmovisão quando ainda observam a fase da lua para a plantação das sementes e mudas, e denominam “luada”. Na comunidade tem quilombola que pratica agricultura familiar para complementar a base de sustentação da família, como complemento financeiro e alimentar, comercializando o excedente dentro dos quintais, quando estes se apresentam com tamanho que permita tal produção.

Nestes canteiros (foto 09) mostrados, é cultivado couve, cebolinha ou cheiro verde, pimenteiros da espécie malagueta e outras. É feita uma armação utilizando o bambu ou taboca, que garante serem colocadas as palhas de coco babaçu, presente no canto superior direito. São colocadas sem tocar nas hortaliças. Dessa forma, as mudas ficam debaixo da tenda coberta com uma lona para proteger de intempéries e evitar prejuízos. Tudo deve respeitar o ciclo de todas as etapas.

Não é permitida a criação de animais independente do porte, como: porco, bode, pato e até mesmo galinhas. Contudo é possível encontrar criação de galinhas em pequenos números associado à plantação. Um dos motivos do impedimento da criação

destas espécies na área urbana é o risco de surgimento de endemias, expondo a população, sendo fiscalizado pela vigilância sanitária.

**FOTO 09:** Canteiros de Hortaliças com Cobertura de bambu, palha de coco babaçu e tela de plástico.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

No canto inferior direito vê-se um canteiro com mudas ainda pequenas protegidas, cobertas com palhas de coco babaçu, e logo no canto superior direito, dois canteiros prontos, mas não estão com tamanho pronto para o consumo. No canteiro do canto direito inferior nota-se o cultivo de mostarda, que pode ser utilizada na alimentação ou como erva medicinal. As folhas são usadas em saladas e a semente tanto para o replantio, como para remédio, segundo o conhecimento popular local.

Em alguns casos, quando há dois quintais, o espaço é aproveitado, mesmo sendo limitado os moradores conseguem produzir produtos de origem da agricultura familiar (foto 10) e comercializam no próprio local direto para o consumidor, como mandioca, banana e abóbora. Como mostra (foto 10 página 87) há plantações de bananas, inhames, mandioca, abacate, manga, goiaba e outras espécies.

É visível a prática da agroecologia, e, dessa forma, cultiva-se a policultura, uma prática que se preocupa com a questão do solo, sua aeração com a presença de raízes diversas, o que irá implicar também na permanência dos microorganismos no subsolo, refletindo no equilíbrio do ecossistema em uma área de pequena extensão.

**FOTO 10:** Cultivo de Bananas em Quintal na Rua 03, nas Proximidades do Rio Muricizal.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

A tradição de plantar nos quintais (foto 10) frutas e espécies específicas de produção nas roças de tocos, a exemplo a mandioca, evidencia a relação simbiótica entre o quilombola e a terra, a energia vital que esta fornece através do alimento cumprindo sua função social. Produzem-se alimentos, fortalece-se a identidade quilombola ofertando possibilidades de sobrevivências, resulta-se assim na higienização dos quintais e conseqüentemente na melhoria de vida.

Nas duas fotos (11 e 12) a técnica milenar utilizada na construção das casas de pau a pique mostradas é passada de uma geração a outra como legado. Assim como a de uma ferramenta de uso manual para fazer buracos no solo, a cavadeira. Este mesmo tipo de ferramenta evidencia as práticas sociais tanto na zona rural quanto na zona urbana.

Considerando o material da cobertura, a casinha no fundo (foto 11), com outras funções não para morar, é de telha. Enquanto a da casa (foto 12), com a função de ser o lar, a moradia é feita de palha de babaçu. Utiliza-se o barro ou argila, acrescenta água e com uso da força braçal manuseia-se o material para fazer as paredes, juntamente com talas da palha de coco babaçu e amarra com cipó de escada, como é conhecido em comunidades tradicionais rurais. A cobertura é feita de palha de coco babaçu, esta é selecionada, riscada, batida e colocada empilhada pra poder ser usada.

**FOTO 11:** Cultivo de ervas, hortaliças e frutas em quintal na Rua Murici



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa – créditos: Ludimila C. Santos)

Neste canteiro com ervas medicinal (foto 11 página 88), a exemplo: a mostarda, a alfavaca, a malva do reino, o açafião, o mamão e hortaliças, associados no mesmo espaço. Em destaque um chifre na parte central direita do canteiro, prática usada para espantar mau olhado sobre as hortaliças e canteiros. A taboca serve como armação pra ser colocada às palhas de coco babaçu para proteger do sol. No fundo uma casa construída de pau a pique e coberta de telha, onde são guardadas as ferramentas utilizadas no cultivo dos canteiros.

**FOTO 12:** O moderno e o tradicional: uma relação urbano-rural.



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Acervo da Pesquisa)

Outro detalhe nesta casa da comunidade rural Cocalândia (foto 12) é a presença da antena parabólica, fato que também mostra o modo de vida tradicional rural em contato direto com o moderno, a tecnologia e a informação de massa, o exemplo das telenovelas e informativos vai aos mais longínquos lugares. Um efeito claro da interferência e influência do mundo globalizado no cotidiano, nítida a relação urbano-rural.

Neste contexto, encontramos a associação de frutas silvestres, um exemplo esta espécie de cacau (foto 13) com ervas e hortaliças. Tipo nativo comum em áreas de matas da Amazônia. Por esta contemplação, o cotidiano da comunidade tradicional é inerente à temporalidade. Segundo Suzuki (2015), “[...] ligado à temporalidade única da natureza e dos costumes religiosos e festivos, fica apagado esquecido, engavetado na memória dos sujeitos mais velhos da comunidade”. (SUZUKI, 2015, p.209).

**FOTO 13:** Árvore frutífera de espécie nativa de cacau.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da pesquisa – créditos: Ludimila C. Santos)

Aqui se demonstra quão grande é o rol de conhecimentos ligados à produção de alimentos, numa visão holística, nos quintais é encontrada cultivo de ervas medicinal, como: gervão, babosa, jurubeba, nim, malva do reino, mostarda, pariri, trevo, hortelã, insulina, manjeriço de cachorro, taioba, sabugueira, capim santo, mastruz, folha santa, erva cidreira, sete dor, alfavaca, vassourinha, fedegoso e tipi.

É possível identificar nesta (foto 14) pelo menos 04 espécies cultivadas, o abacaxi no canto inferior direito, no canto inferior esquerdo a malva do reino, na parte central da foto o trevo e por fim, no canto superior esquerdo, o pariri.

**FOTO 14:** Cultivo de frutas associados com ervas medicinal em quintal na Rua Murici.








FONTE: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa – créditos: Ludimila C. Santos)

Cada espécie com uma utilidade (quadro 04 página 94). Encontra-se também a produção de horticultura acompanhando o leito do rio Muricizal, da margem esquerda da TO-222 até o Setor Peixes, neste perímetro os quintais de famílias quilombolas ou não, são contempladas com o programa quintal verde, fomentado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, uma política pública que conciliou os conhecimentos tanto local quanto do curso de horticultura.

Assim, para que não se perca este saber, por meio das narrativas de uma griô quilombola cita as ervas medicinal (quadro 04) que é utilizada na cura de enfermidades, cultivadas e dada a devida importância para sua conservação, denominação e como é utilizado pelos quilombolas e os mais velhos.

**QUADRO 04: TIPOS DE ERVAS MEDICINAIS CULTIVADAS EM QUINTAIS QUILOMBOLAS**




ESPÉCIES CULTIVADAS	PARA QUE SERVEM CONFORME NARRATIVA DE UMA GRIÔ	ALGUMAS ESPÉCIES IDENTIFICADAS
ABACAXI	“É bom pra asma [...] fazer o suco pra saúde, refrescar. Pessoa faz o doce. Tenho um livro aqui que tem.”	
ACEROLA	“É bom pra anemia, gripe [...] a folha de acerola você faz o chá pra gripe, não tem a fruta, e bebe. Pra anemia, pra febre, é bom pra muitas coisas.”	




ALFAVACA	<p>“É bom pra quem tem problema no coração, ela é calmante. Ela tira o cansaço, se a pessoa tiver muito cansada, fazer o chá o beber. Bom pra gripe, fazer o melado, pra muitas coisas, fazer o chá, o melado.”</p>	
BABOSA	<p>“É bom pra asma, gripe, passar no cabelo, pro estômago. A pessoa que tem úlcera, bater a babosa com mel. E bom também pra izipa, você pega a babosa um pouco de azeite de coco, um pouco de álcool, e pega foia santa, pega um pouco de foia de pimenta malagueta, aí bate tundin enche o vidro, oia e passa na perna. A minha irmã, eu faço pra ela. Ela tá uma belezura agora. (risos)”</p>	
BOM DIA E BOA NOITE E	<p>“É bom pro coração.”</p>	






BATATA DOCE	“A folha da batata doce é boa pra pessoa que tem prisão de ventre e diabete também.”	
CAPIM SANTO	“A raiz dele é bom pra aquelas pessoas que dar aquelas doenças, qual a palavra mermo, “brasileiro”? Epilepsia. Fazer o chá, a pessoa que usa o remédio e faz o chá da raiz e beber. Que para até da pessoa dar crise. E pra pressão alta, calmante.”	
CUENTRO DO PÁRA	“É bom pra ameiba e inchação, pra infecção. O cuentro do Pará tem gente que usa pra anemia também e é bom pra temperar panela, gostoso! Fica boa a comida.”	
ERVA CIDREIRA	“É calmante, bom pra pressão alta, bom pra suar febre.”	




FEDEGOSO	<p>“Para febre braba! É bom pra diabete, é bom pra febre, gripe, várias coisas. Essas febres doidas que anda.”</p>	
GERVÃO	<p>“Para problema de estômago, úlcera e ferimento.”</p>	
HORTELÃ	<p>“É bom pra ameba, faz o chá, o sumo, se tem muito, bate no liquidificador e bebe! Ou então faz o chazin... criancinha, a gente faz o chá! Pra dor de barriga e bom pra gente também. E é bom pra gente se alimentar também, chá com pãozin, né? (risos)”</p>	
INSULINA	<p>“Você fazer o chá pra diabete!”</p>	




JILÓ	“É bom pro estômago, problema de úlcera e diabete.”	
JURUBEBA	“Tem a história da jurubeba: Um tempo houve uma seca muito grande no Ceará, e tinha uns bodes. Os bodes subiu pra cima do alto que tinha uns pés de jurubeba. Então esses bodes cumeram, era as coisas que eles cumiam era essa tal de jurubeba. E aí quando o pessoal descobriram foram lá e mataram um bode. Os bodes tudo sadio, minha fia! Gordo! E a jurubeba é bom pra diabetes. É bom pro estômago e é bom pra muita coisa e pra encher a barriga também! (risos) A pessoa que bem souber usa a jurubeba. A pessoa que é gordo cumer ela, é bom.”	
MALVA DO REINO	“É bom pra pressão alta. Você pega a malva do reino, umas três foias, quatro, cozinha e bebe pra pressão alta. E pra gripe, minha fia não tem um remédio bom!”	

<p>MANJERICÃO DE CACHORRO</p>	<p>“Ele cura problema de gastrite! Você pega a alfavaca, esses remédios do mato assim, e aí você bota pra cozinhar e você esfrega ele, e bem! Coa, bota o açúcar pra queimar e bota aquilo ali, pra beber de colherzinha. Não é pra beber copo cheio. Aqui vem gente da Santa Fé beber meus remédios. É bom pra muita, pra essas gripes doidas que tá dando, tosse, essas coisa.”</p>	
<p>MASTRUZ</p>	<p>“Quem leva uma porrada, cicatrizar as coisas, pra cirurgia, mastruz e foia de algodão. O mastruz é bom também problemas cardíacos.”</p>	
<p>MOSTARDA</p>	<p>“No aguardente, no vinho branco mistura com outras coisas, a pílula contra. E se você não tem essas coisas, não tem acesso, não tem dinheiro, você pega a foia a semente, pisa ela, aí tira o leite e bebe. E a semente você pega, morna ela e faz esfriguição, assim, nas pernas. A pessoa que tem o lado esquicido, não tá andando, passa com álcool. Uma coisa que faz efeito, aí enrola um pano aí a pessoa dorme com aquilo ali, é tão bom.”</p>	

NIM	<p>“Serve pra diabete. É bom pro estômago, uma comida tá fazendo mal, tá cheio por dentro, faça um chazinho de nim e beba. Ele é bom pra diabete comida que faz mal.”</p>	
PARIRI	<p>“É bom pra anemia e para os rins, é bom pro coração e é pra muitas coisas.”</p>	
PIMENTA MALAGUETA	<p>“A pimenta malagueta contém a vitamina C! Se você levar uma furada de prego e se você tiver com febre, pega a pimenta malagueta, o alho, azeite de momona e um pouco de farinha, dessa fininha. Aí você faz aquele mingau. Você mói eles tudim e faz aquele mingualzin e assenta encima e faz um curativo. Limpa primeiro o buraco bem limpo pra colocar aquele remédio. Aí aquele negócio ele chupa. Já teve caso de minha fia que quando furou aquele negócio veio o pedaço de chinelo. Ele chupa, ele aprega que tem vez que você banha e ele não descola. Muito bom a pimenta malagueta, ela é boa pra “izipa”<sup>23</sup>. A pimenta malagueta é boa para muita coisas.”</p>	

<sup>23</sup> Izipa: Disponível em <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/religiosidade-popular-o-exemplo-da-milenar-oracao-para-curar-a-erisipela/>> Acesso em 03 de março de 2018.

PERPÉTUA	“Bom pro coração.”	
SABUGUEIRA	“É bom pra sarampo pras crianças, é bom pra botar a doença pra fora, o sarampo, catapora, faz o chá. É bom pra essas febres loucas, por aí. Você ajuntar a sabugueira, ajuntar essas foias, e faz o chá. É bom.”	
SETE DOR	“É bom, os mais velhos usavam este sete dor para muitas dores. Aquelas dor que dá na gente [...] hoje, a sete dor que falavam aquelas dores que anda no corpo, “a mãe do corpo”. Quando tem assim a mãe do corpo tá andando, faz o chá ou o sumo e bebe, que alivia. A dor, bota uma folha encima da dor. Eu mesmo bebo aqui direto pra diabete também.”	
TAIOBA	“É bom pra gente comer, a batata comer com carne, a foia você faz o refogado. Rica em ferro.”	

TIPI	<p>“É bom pra aquelas febres brabra, de antigamente! (exalta) A febre amarela! O pessoal cozinhava o tipi e fazia, botava na pinga, pra beber. O tipi é bom pra muitas coisas. O pessoal fala que diz que é bom até pra mal oiado! (exalta) Pode a pessoa que bem souber, dia de sexta feira pega uns galhos de tipi bota nos cantos da casa. E aí deixa uma porta, vamos dizer uma porta da sala sem galho que é pro olho ruim sair. Dizem que é muito bom. Você pode observar que muita gente tem um pé de tipi na porta, é numa lata, é no chão, pois é. É bom! (risos) E ele é bom pra remédio. Minha fia pra “intruzidade”<sup>24</sup>, você pode botar no álcool e passar e beber. Só que aquilo ali dar um suor fidido, que entranha na carne da pessoa.”</p>	
TREVO	<p>“É bom pro coração, o trevo é bom pra pressão alta.”</p>	
VASSOURINHA	<p>“Antigamente o pessoal quando estava com asma (demonstra o movimento de respirar cansado), aí tirava o sumo mornava e botava um pouquinho de banha de galinha e dava pra pessoa beber. Quando a mulher tá com tpm, e aquilo ali é bom, quando principalmente vem demais. Fazer o chá e beber. Muita gente já me ensinou fazer o sumo”.</p>	

Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa – créditos: Ludimila C. Santos)

<sup>24</sup> Intruzidade: “[...] N - Minha fia pra “intruzidade”, você pode botar no álcool e passar e beber”. Só que aquilo ali dar um suor fidido, que entranha na carne da pessoa.

P – Como é que é a intruzidade, que tipo de doença é essa?

N – Intruzidade? É o reumatismo, coluna.” (CACAUÍ, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017).

Justificamos citar as ervas e sua utilidades como nos é narrada, de forma que o saber local, refletindo o que evoca Miguel Arroyo quando diz que a história deve ser narrada de baixo pra cima. Que seja marcado na historiografia desta comunidade, como uma das condições para colaborar com a pesquisa. Deste modo, presente estas práticas de cultivos diversos (foto 15 e 16), como: bananas, mamão, manga, amora, goiaba, abacate, acerola, abacaxi, cupuaçu, cacauí, cajá, tangerinas, laranja, coco da praia, cana de açúcar, jambo, limão, caju, jabuticaba, pitangas, maracujá, mandioca, milho, feijão, quiabo, jiló, abóbora, além de pequena criação de galinhas.

**FOTO 15:** Plantação de bananas, cupuaçu e outras espécies: o equilíbrio dos nutrientes do solo com nítida prática da agroecologia, na Rua 03.



FONTE: OLIVEIRA, 2018. (Acervo da Pesquisa).

Os quilombolas produzem nos quintais, enriquecem sua alimentação, faz brotar do chão mesmo de forma precária, uma diversidade de alimentos enquanto esperam o território que lhe é de direito e em processo de delimitação, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Cadastro e Reforma Agrária – INCRA. O feijão (foto 16 página 101) que está plantado por trás da cerca também cresce ao ponto de perpassar esta. Logo, logo cobrirá toda estrutura da mesma. Vemos o mamoeiro, no canto superior à direita, com frutos prontos para o consumo, e outras espécies em quintal na Rua Murici (neste perímetro é considerado o centro cultural da comunidade).



**FOTO 16:** Cultivo de milho, bananas, feijão e outras espécies.



FONTE: OLIVEIRA, 2016. (Acervo da Pesquisa).

Há uma adaptação ou ajustamento destes quilombolas que vivem na zona urbana quando cultivam em um pedaço de terra que lhe toca. Como assevera Suzuki (2007),

[...] no campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, ao se metamorfosearem, encontram maneiras de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas. Vale, aqui, lembrar, no campo a existência dos caiçaras, dos quilombolas, das populações ribeirinhas, dos faxinalenses, dos ocupantes de fundos de pastos, das populações indígenas, dentre múltiplas possibilidades de resistência e de criação de formas sociais que se conformam em territórios que negam o território do capital, marcado pela lógica da modernização, no sentido da constituição de uma nova relação entre o campo e a cidade, no mundo da modernidade e do moderno [...] (SUZUKI, 2007, p.07)

Correlacionando o que vem sendo abordado, o espaço onde está inserida a comunidade quilombola, tanto na zona urbana quanto na zona rural, vem passando por um processo de redefinições socio espacial, o que implica numa avaliação dos potenciais da comunidade quanto à política, econômica e territorial.

O moderno e o tradicional, pois ainda há quilombolas lavradores que desenvolvem a prática do cultivo de roça de subsistência, a exemplo de quilombolas, os que são contemplados com o Projeto Cinturão Verde (mapa 06 página 104) na Comunidade Rural Cocalândia, localizada a 07 quilômetros da cidade de Muricilândia, com acesso pela rodovia TO-169, ligando a cidade de Arapoema e outras. Com subsídio da prefeitura, disponibiliza o maquinário para arar a terra e a semente para o lavrador plantar no solo preparado. Sem uso de agrotóxicos vem sendo produzido roças de quilombolas, com tais

culturas: feijão, milho, mandioca e abóbora, não mais a monocultura da mandioca. Ainda há seleção de sementes crioulas com uso do conhecimento quilombola para a próxima plantação. Da seguinte forma com milho: dispensam-se os grãos das duas extremidades da espiga na medida de dois dedos, guardando os grãos que ficam centralizados no sabugo. Outro exemplo (foto 17) é quanto ao combate dos ataques de pragas e pássaros à produção de grãos: coloca grãos de arroz, milho e feijão triturados entre as áreas plantadas, para atraí-los e mantê-los afastados das plantações que estão em crescimentos.

**FOTO 17:** Técnicas de combate a pragas e pássaros a ataques às plantações de roças



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Acervo da Pesquisa)

Esta técnica que respeita o meio ambiente: o solo, os animais, a água e o ar, ao substituir por agrotóxico ou inseticida, mantém-se assim os microorganismos vivos, garante-se assim a composição da cadeia alimentar nos estratos mais próximos do solo. Desta maneira, preserva as espécies de pássaros de forma saudável, pois, estes consomem grãos livres de venenos. Um conhecimento que só se aprende em contato com as populações tradicionais. O Projeto Cinturão Verde (mapa 07 página 104) possui uma área total de 03 alqueires de extensão, contempla 85 famílias cadastradas, que residem tanto na comunidade rural quanto na área urbana de Muricilândia.

Esta área é dividida em lotes de tamanhos iguais e distribuídos para a produção de policultura. Como nos assevera o quilombola “[...] Na Cocalândia! É do município, é da

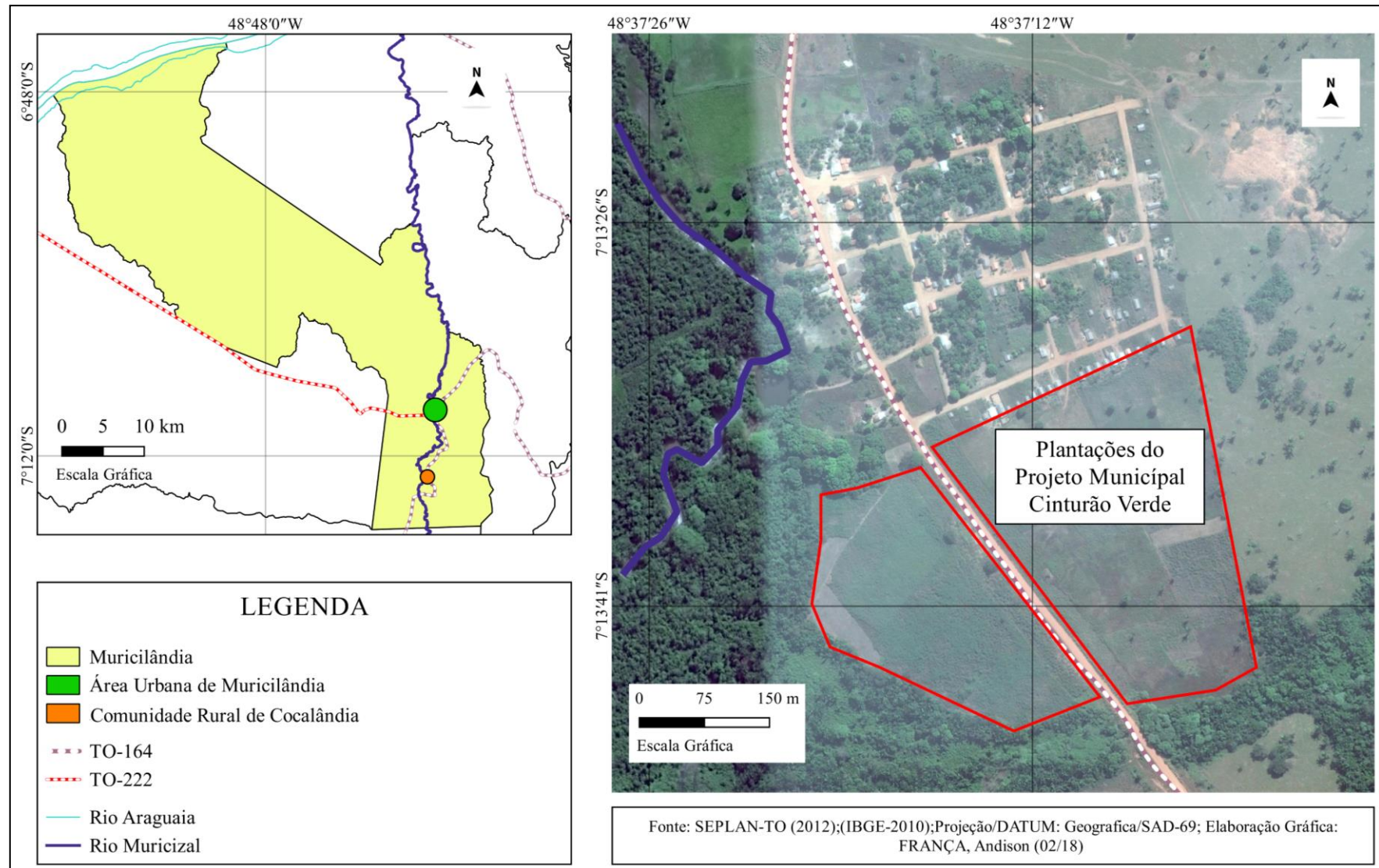
prefeitura, aí eles fizeram este projeto lá, lá tem esta comunidadezinha, estes prantios das coisas. Tem muita fartura!” (Griô Conceição Viana, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017). Este projeto é visto como uma alternativa para os quilombolas contemplados como uma oportunidade de produzir alimentos e viver com modos parecidos como antigamente, o contato com a terra, as ciências da plantação, o selecionar de sementes, a alternância de tipos cultivados, o cuidado com a natureza. Sendo híbrido o uso das técnicas e tecnologias: trator para arar o solo, enxada para limpar o cultivo, sem o uso de agrotóxicos ou qualquer outro tipo de veneno. Evidenciam que o solo é propício para a plantação, com técnica de alternância não há esgotamento de nutrientes.

Quanto a este projeto enfatizamos conforme informações obtidas em campo é um projeto piloto que vem sendo desenvolvido como experiência pela administração municipal. E tem o objetivo de inserção de outras comunidades rurais para incrementar as produções agrícolas, como o P.A. Muricizal e o P.A. Mata Azul, dentro de uma linha de produção voltada a roça comunitária. De certo modo um avanço em fortalecer e incentivar a produção através da agricultura de subsistência com a inserção de famílias que trabalham em comunidade, incentivando e potencializando o uso da terra, neste caso, terras do patrimônio público a partir da correção de solo a etapa final.

Este projeto piloto atende à comunidade, incentivando a prática da policultura, pois, para exemplificar, anteriormente na comunidade rural da Cocalândia plantava-se a monocultura da mandioca apenas. E após a implantação do projeto piloto, incentivou-se o cultivo de outras culturas. Para isto, com o subsídio do município, a exemplo a prestação de serviços do operador de máquina, o maquinário, sementes e implementos agrícolas para o lavrador como suporte na realização do projeto.

Conforme W.S.S. “[...] não há um recurso específico que deve ser aplicado dessa forma, não! [...] com relação ao custeio, todo custeio sai do município!” (W.S.S., entrevista cedida em 10 de abril de 2018). Contudo, não foi possível ter acesso à origem da fonte de recursos que financiam este projeto nem a lista de produtores contemplados com o Projeto Cinturão Verde. Este acesso é restrito à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do município.

**MAPA 07:** Projeto Cinturão Verde na Comunidade Rural Cocalândia.



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Dados Organizados pela Pesquisadora)

A família de quilombola contemplado com uma área para cultivo da roça mostrada (fotos 18 e 19) mora na zona urbana da cidade de Muricilândia contemplados pelo Projeto Cinturão Verde. Porém, não fomos informados os critérios para a contemplação de quilombolas neste projeto. Esta família de quilombolas é dona da roça mostrada e faz o percurso da zona urbana pra zona rural durante todo o processo de produção da roça: do preparo do solo, cultivo das sementes, manutenção e colheita da produção, se deslocando da cidade para a roça, indo a pé, de moto ou de carona para cuidar da lavoura.

Na lateral esquerda (foto 18) pode ser visto: quiabo, feijão e milho. Roça de milho em dois estágios: no primeiro ângulo, milho em crescimento e no fundo da imagem, milho pronto para a colheita. Entre os dois estágios, há plantação de feijão. Para fazer a limpeza na roça, usa-se a força braçal e enxada como ferramenta.

**FOTO 18:** Roça de milho em três etapas, com associação de quiabo e feijão de corda.



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Acervo da Pesquisa)

Podemos identificar que a lavoura de milho (foto 18) foi plantada em três etapas diferentes: assim com estratigrafias diferentes, o milho no plano do fundo foi plantado primeiro, estando pronto para colheita; enquanto na lateral

esquerda, ainda florescendo para “embonecar”, como diz o quilombola, e por último o milho do primeiro plano, ainda em crescimento. No milho em segunda etapa está associada ao cultivo de quiabo e feijão, uma técnica para manter a aeração do solo e seus nutrientes.

Do ponto de vista material e simbólico, os quilombolas estão articulando nas duas dimensões para a formação da identidade territorial por uma necessidade de existência. O uso de conhecimentos ancestrais na construção de casas e no combate a pragas, assim como conectados com o mundo por meio de tecnologias na comunicação e gestão pública municipal.

Estão visíveis inseridos na vegetação as palmeiras de babaçu (foto 19) bem ao longe imersas na mata ciliar, utilizadas em construções de casas, e na produção de objetos de uso costumeiro, como: abanos, cofos e esteiras. Enquanto o feijão de corda está plantado associado ao milho no fundo a mata ciliar que protege um pequeno córrego, sendo respeitada a área de faixa para manter o equilíbrio ecológico.

**FOTO 19:** Roça de lavoura de feijão e milho, alternados. E no fundo, faixa de mata ciliar.



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Acervo da Pesquisa)

As novas identidades sociais principalmente esta, as etnicamente referenciadas mobiliza a construção da autoconsciência cultural, a politização

do tradicional é puramente fundante, envolve a reconstrução da memória. Memórias estas que são legados que devem ser repassados não somente as novas gerações, mas, a todos que buscam estes saberes, garantindo-se assim sua existência. Até mesmo a forma como se distribui as espécies de culturas no solo, para não gerar um esgotamento dos nutrientes do solo, é um conhecimento aplicado nestas lavouras.

E, tanto na zona rural como na zona urbana, são espaços carregados de simbolismo. Assim, “[...] a cidade é um lugar, um centro de significados, por excelência. Possui muitos símbolos bem visíveis. Mas ainda, a própria cidade é um símbolo.” (TUAN, 2013, p.211). Dentre estes significados, é no espaço da cidade também acontecem os ritos que marcam a memória dos quilombolas, memória dos lugares ou das experiências espaciais do grupo que faz a mobilização dessa memória para atender a demanda do presente, neste caso com a realização do principal rito o festejo 13 de maio ou rebolado.

Observando as narrativas locais, é recorrente que estes e seus ancestrais ocuparam as terras devolutas na região que circunda a comunidade quilombola, entre as décadas de 1950 e fim da década de 1960. Enquanto, iniciou-se o processo de expulsão dos quilombolas destas terras, provavelmente no final da década de 1960 e início da década de 1970, por sujeitos oriundos de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e outras regiões de nosso país. Portando a apresentação de um título da terra obrigou aos quilombolas neste período, a se retirarem das terras fato que reflete até as gerações atuais.

Lutar pela terra é um ato de resistência que resulta num reavivamento ou reatualização de práticas tradicionais fundamentais, não só por um processo de afirmação para o Outro. É um processo formativo para dentro da comunidade quilombola Dona Juscelina.

O processo de autoreconhecimento é intrínseco à identidade, uma questão para as novas gerações que não viveram a experiência de expropriação, diferente de quem viveu este processo, que foram expropriados. Fato que justifica a comunidade não possuir o território, mas, fez uso de terras devolutas, o uso de terras comuns, terras de preto.

Neste contexto cabe buscar uma definição para a identidade, para Castells (2001, p. 22) “[...] entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”. Assim, pode se afirmar que identidade está

estritamente forjada no sentimento de pertencimento, de vivência de um povo e suas particularidades de forma coletiva, dinâmicas. Como afirma Hall (2006) “[...] assim a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.” (HALL, 2006, p.38).

Destaca-se que a formação identitária é de fora pra dentro e amalgamada nas relações de poder, neste caso da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, este poder é representado pela matriarca Dona Juscelina e seus enfrentamentos aos que se apropriaram da terra ancestral. Quando o quilombola reconhece a terra ancestral e como era utilizada, recai sobre a territorialidade. O que é válido apontar uma conceituação, sustentando-se no que diz Haesbaert (2004, p. 03) “[...] uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo que as pessoas utilizam a terra [...]”

Assim, tanto território quanto a territorialidade, estão agregados ao poder, um componente que torna se uma estratégia de dominação e afirmação desta, através dos significados que se dá ao mundo. Cujos significados é construído à medida que se faz uso deste território.

Neste caso, o uso da terra, esta que para os quilombolas traz alguns significados de tantos, “[...] a terra em primeiro lugar pra produzir uma horta, uma vazante, uma rocinha, pra pessoa o comestive, aqui tem muita pessoa carente. Que não tem a cesta básica e nem é aposentado, sofre, né? [...] nós precisa da terra e das casas, mas em premero lugar a terra pra nós trabaiá!” (Griô Dona Cícera, entrevista cedida em 31 de agosto de 2017).

Outro quilombola lavrador, expressa sobre a importância da terra para o quilombola,

*[...] muita coisa importante! Muita maravilha! Cê tem uma terra, tem um paraíso ecológico, cê tem uma terra [...] o que nós se alimenta, tudo depende da terra. E a terra é o nosso paraíso! Quê tudo que é bom é só da terra. Se você vê, a horta é tudo da terra! As coisa, você vê as frutas! As verduras! Tudo é da terra! Tudo nós depende da terra, o jardim! Uma coisa no fundo de um lote, ter uma plantação, até uma erva, uma erva pra você fazer um chá, um calmante, tudo nós depende da terra! Então a terra é uma coisa muito importante para nós! (Erotides, entrevista cedida em 15 de junho de 2017)*

A terra é vivida como fonte de alimento uma extensão do ser quilombola, onde se produz o alimento que sustenta a vida, a identidade, lugar que dá



segurança à sua existência. É o espaço onde podem ser perpetuados os saberes tradicionais. Nesta perspectiva, quilombo é lugar que traz uma simbologia, Ratts (2006) nós temos direito ao território, à terra. Conflitos surgem a partir de como é a apropriação que a sociedade faz deste espaço, dando-lhe valor de funcionalidade, cultural, político e econômico.

Desta maneira, pode-se dar uma definição mais aproximada para territorialidade como, o conjunto de todas as relações que são construídas ou surgem num sistema que abrange sociedade, espaço e tempo, numa dinâmica complexa e em constante transformação no cotidiano.

Esta relação foi construída com profunda afetividade e vínculo com o meio, tanto sociocultural e religioso, onde as relações são vivenciadas. Nesta dinâmica são significados dados pelos povos tradicionais, e pode ser explicado pela cosmografia, através da subjetividade e tradições, no modo de repassar para as novas gerações os saberes tradicionais, como legados a serem preservados.

### 2.3. A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA NO CONTEXTO TOCANTINENSE

Analisando a realidade dos dados populacionais do estado do Tocantins quanto às definições étnicas há total de 45 comunidades que se autodefinem remanescentes de quilombolas, e fazemos uma reflexão sobre a efetivação do território a estas comunidades.

Neste contexto, quando se trata da Constituição Estadual que rege o Estado do Tocantins, não consta em toda sua estrutura nenhum artigo que garanta a efetivação do que tange o ADCT 4.887 de 20 de novembro de 2003 apenas no, Art. 2º que determina que sejam princípios fundamentais do Estado no Inciso III que aponta como um desses princípios, “[...] preservar os valores e a cultura dos grupamentos étnicos”. (TOCANTINS, 2003, p. 17). Portanto, percebe-se que a constituição faz apenas uma alusão à questão ética, não deixando claro sobre a garantia de território para comunidades tradicionais quilombolas enquanto unidades federativas.

Ainda da competência do Estado do Tocantins, “[...] *Art. 6º, Inciso VIII: instituir planos de aproveitamento e destinação de terras públicas e devolutas, compatibilizando-os com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária*”. (TOCANTINS, 2003, p. 19). Fica evidente o desinteresse do Estado em realizar uma reforma agrária que atenda às demandas das comunidades quilombolas reconhecidas, neste caso, desta comunidade quilombola em pesquisa. O Estado atende parcialmente ao direito dos quilombolas. Para Santos (2015),

[...] não é suficiente o reconhecimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos por si só, o Estado deve assumir e direcionar um conjunto de políticas públicas para estas coletividades. Iguamente para o caso dos assentamentos da Reforma Agrária, não adianta formalizar um assentamento em terras improdutivas e sem a menor infraestrutura para a sua sobrevivência [...] (SANTOS, 2015, p.70).

Excepcionalmente, para Sundfeld (2002),

[...] Segundo informações obtidas junto à Coordenadoria das Comunidades Remanescentes de Quilombos da FCP, há notícia de casos, nos Estados do Pará e da Bahia, em que se lançou mão do instrumento da desapropriação de terras particulares, para o fim de se atribuir a respectiva titularidade a associações representativas de remanescentes de comunidades quilombolas. Tais desapropriações teriam sido efetuadas pelo INCRA, em parceria com os Governos estaduais. O fundamento jurídico invocado para estas desapropriações, em benefício de comunidades quilombolas, teria sido o interesse social para fins de reforma agrária [...] (SUNDFELD, 2002, p. 47)

Portanto, o ato de emitir a certidão de reconhecimento como comunidade remanescente quilombola não garante o título da terra, entrave contido num longo processo de estudo antropológico que objetiva evidenciar a territorialidade reconhecida pelos remanescentes do quilombo.

Nesta abordagem se faz necessário quando se discute povos e territorialidades tradicionais sob o jugo do Estado, partir-se-á do pressuposto da conceituação dada por Bobbio (1999), onde define Estado como “[...] o conjunto de aparelhos que caracterizam os ordenamentos políticos [...]”. Dentre estes ordenamentos políticos estão poderes que permitem como instituição responsável para resolver conflitos e demandam o surgimento de novos direitos e deveres em seu território, pelo contingente de negros e negras

afrodescendentes e remanescentes de quilombola no Estado do Tocantins. Como discorre Domingues-Lopes (2017),

[...] na região norte do Tocantins há 10 (dez) comunidades remanescentes de quilombo que são: Projeto Baviera e Pé do Morro (município de Aragominas); Cocalinho (município de Santa Fé do Araguaia); Grotão (município de Filadélfia); Dona Juscelina (município de Muricilândia); Ilha de São Vicente (município de Araguatins); Carapiché, Ciriaco e Praxata (município de Esperantina) e a Comunidade Pombo localizada em Axixá do Tocantins, que ainda não foi certificada pela FCP, mas se autoreconhece como remanescente de quilombo segundo informações da Organização Não-Governamental Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins APA-TO, 2012 [...] (DOMINGUES-LOPES, 2017, p.46)

Desta maneira, como é a diversidade populacional brasileira nota-se as vastas comunidades tradicionais, que são os povos tradicionais, indígenas, quilombolas, jangadeiros, açorianos, pescadores artesanais, babaçueiros, caipiras, vargeiros, campeiros, dentre tantos outros que se caracterizam por terem uma relação simbiótica com a natureza, imbuído do sentimento de pertencimento ao lugar e, pautado também na não acumulação de riqueza e o não uso de mão de obra assalariada.

Encontra-se em meio a conflitos territoriais em todo território nacional, lutas seculares como reflexos provocados pela expansão de fronteiras que adentram territórios ancestrais, infringindo o direito de uso destes, na maioria das vezes o Estado coaduna com o grande investimento.

Conhecemos a realidade desta comunidade quilombola nos seus aspectos políticos e jurídicos amparados na Constituição Federal e outros instrumentos legais, assuntos abordados no capítulo a seguir. Compondo esta análise a ressematização de quilombos até a contemporaneidade e os impactos da última fronteira agrícola do Brasil nos territórios das comunidades tradicionais quilombolas.

Uma luta antagônica e desigual entre estas comunidades tradicionais que desenvolvem a agricultura de subsistência e o grande capital que impulsiona o agronegócio, agravando as questões sociais inerentes à terra.

### **3. A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: ASPECTOS POLÍTICO/JURÍDICOS NA LUTA PELA EFETIVAÇÃO DO TERRITÓRIO.**

Neste capítulo visibilizamos os aspectos políticos assegurados na Constituição Federal, abordamos as ressematizações da categoria quilombo até os dias atuais, como comunidade remanescente quilombola resultante de lutas estruturadas e organizadas pelo movimento negro. Organização esta pautada principalmente pelas práticas culturais e o modo de vida, com ênfase nas comemorações da Festa 13 de Maio, o principal rito realizado por esta comunidade quilombola. Abordamos ainda como ocorreu o processo de auto definição desta comunidade em estudo e como esta vem resistindo e organizando as lutas para a efetivação do território ancestral de direito.

#### **3.1 A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: ASSOCIAÇÃO E OUTROS ELEMENTOS INSTITUCIONAIS**

Discutimos sobre a categoria quilombo, partindo do conceito dado por Munanga (1995/96) para quem quilombo (quadro 05 página 113), é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (*kilombo*, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil tem a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Para o autor acima referido,

[...] a palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num registro de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. (MUNANGA, 2001, p. 25)

Quilombo no Brasil é forjado pela resistência à opressão colonial, desejo de liberdade através de lutas, e o aquilombamento foi um meio que possibilitou o enfraquecimento das forças opressoras. Outra ressignificação a que consta nas Diretrizes Curriculares que define quilombo,

[...] como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantém laços de parentescos. A maioria vive de culturas de subsistência em terra doada / comprada / secularmente ocupada. Seus moradores valorizam tradições culturais dos antepassados, religiosa (ou não), recriando-as. Possui história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência de sua identidade étnica. (BRASIL, 2007, p. 10).

**QUADRO 05: QUILOMBOS: MOVIMENTO NEGRO, CONCEITOS E RESSEMATIZAÇÕES.**

Conceituação – Conselho Ultramarinho (1740)	“toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles [...]” (ARRUTI,2008).
Breves conceituações - (1822)	Segundo a legislação colonial e imperial: reunião de cinco escravos fugidos ocupando rancho permanente; três escravos fugidos mesmo que não tivessem rancho permanente.
Ressementizações - (Depois de 1822)	Com a ordem republicana: torna-se metáfora corrente nos discursos políticos, como signo de resistência.
Novas Ressementizações - (Depois de 1905)	<i>Resistência Cultural</i> (persistência ou produção de uma cultura negra no Brasil); <i>Resistência Política</i> : serve para pensar as formas potencialmente revolucionárias de resistência popular; <i>Resistência Política de Classes</i> : apropriado pelo movimento social negro, nasce no protesto político e ganha espaço acadêmico;
Última Ressementização – (Década de 1970)	O Movimento Negro apropria se do termo com a perspectiva cultural ou racial, perspectiva política e elege ainda como ícone da resistência negra; O 20 de novembro é proposto pelo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNU, como Dia Nacional da Consciência Negra;
Fim de 1970 a início de 1980	Primeiros estudos antropológicos sobre Comunidades Negras (quilombos);
1980 – “O Quilombismo” de Abdias do Nascimento	“Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial,”
1981 – Missa dos Quilombos, Recife /PE	Representantes da Igreja Católica pedem perdão pelo posicionamento diante dos negros, da África, dos negros quilombados;
1988 – Criação do Artigo 68 (ADCT/CF)	Tinha o sentido ou objetivo de reparação dos prejuízos trazidos pelo processo de escravidão e que a abolição não trouxe compensação, como o acesso a terra pelos remanescentes de quilombos, onde se reconhece o longo processo histórico de desrespeito;

<p>2018 – Quilombo: por quilombola desta comunidade</p>	<p><i>[...] Para mim, segundo o que já estudei e o que eu vivo: quilombo é resistência, é ancestralidade, é união [...] isso é o quilombo! Olha, não posso falar de forma geral, porque a nossa juventude ela é bem [...] por mais que nós sejamos quilombolas, negros [...] Enfim cada um tem uma perspectiva diferente. Uma que é comum é a de resistência. Que a comunidade tem uma resistência, uma história de luta: que seja pela questão do território seja pela questão do reconhecimento. Para a maioria, esse é o geral. O mais comum da juventude aos que estão mais próximos de mim, principalmente pelo pessoal ligado ao Curso de Humanas eles pesquisam muito, eles têm uma visão mais abrangente: vê como resistência, ancestralidade, vê como um lugar que é teu!...] (Amária Campos, entrevista cedida em 24 de abril de 2018).</i></p>
---	---

Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Dados organizados pela Pesquisadora)

Há conceituações citadas no quadro 05, que não condizem com a realidade desta comunidade quilombola, pois, além de localizada numa área urbanizada, esta vem passando por processo de estruturação, principalmente inerentes ao território. Ressaltando que por meio da oralidade local, os quilombolas não se reconhecem como urbano.

E finalmente, a visão de quilombo de dentro pra fora, tida, expressa, sentida, vivida por uma quilombola em seu cotidiano na comunidade, nas lutas diárias. Em RATTIS (2006, p.59) “[...] quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o território [...]”. Cabe dizer que a comunidade quilombola Dona Juscelina não difere de tantas comunidades quilombolas no Brasil e Tocantins. Por se organizar com resistência, ora interpela, ora negocia, ora se acomoda, ora faz concessões: cristalizando suas ações políticas configurando-se como um local de tensões e conflitos.

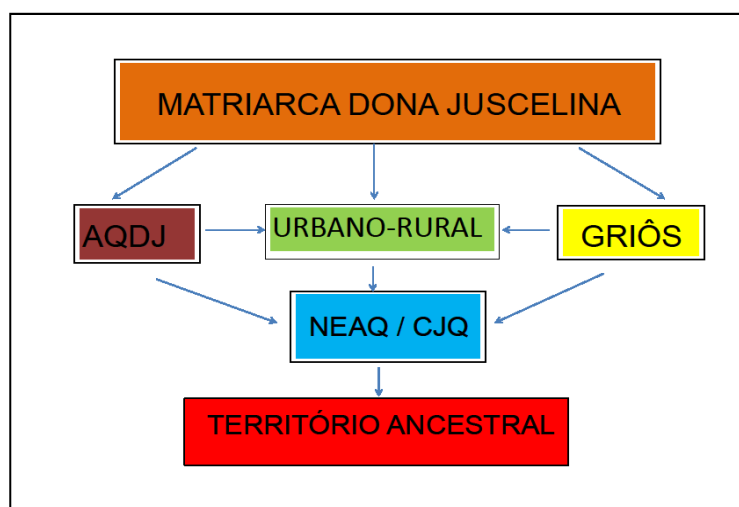
A antropóloga e professora Domingues-Lopes (2018), discute sobre as organizações das comunidades quilombolas e esboça que:

*[...] você tem várias formas, você tem várias realidades! Pra cada comunidade você vai encontrar uma forma de organização diferente. Mas, por exemplo: as comunidades hoje, todas elas, pra serem comunidades quilombolas elas tem que ter associação, isso é um*

*fato. Que pra elas entrarem com o processo na Fundação Cultural Palmares, elas precisam estarem organizadas em associação. Precisam ter um CNPJ. Toda estrutura de uma associação. (DOMINGUES-LOPES, entrevista cedida em 12 de fevereiro de 2018)*

Ressaltamos que esta comunidade pesquisada, primeiro recebeu a Certificação de Comunidade Remanescente de Quilombolas depois organizou se a Associação Quilombola Dona Juscelina. Evidentemente que os povos negro não são passivos nem pacatos, Ratts (2006) “[...] o corpo negro plural constrói e qualifica outros espaços negros [...]”<sup>25</sup>. Todos os direitos para o povo negro foram alcançados através de reivindicações, de lutas engajadas e muito bem organizados pelo movimento negro. Neste contexto, a Comunidade Quilombola Dona Juscelina assim está organizada:

#### **QUADRO 06: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA**



Fonte: OLIVEIRA, 2018.

Assim, a estrutura organizacional da comunidade tem a matriarca como o maior expoente de ancestralidade. Sem ela, sem suas práticas e manifestações, sem a sua resistência, seria impossível reconhecer a comunidade como comunidade de remanescente quilombola. Deste modo, a constituição da Associação Quilombola Dona Juscelina traz todo um aparato jurídico para está garantindo e fortalecendo esta luta, tudo isto acontecendo nesta interface do rural-urbano.

<sup>25</sup> Ver Ratts, 2006;

Nesta luta criou-se o Coletivo de Griôs, os responsáveis pelas memórias locais, tendo a matriarca como a Presidente de Honra, compondo o coletivo sete anciãos com conhecimentos que não devem ser esquecidos e são repassados aos aprendizes de griôs. Há também o Núcleo de Estudos Afro Quilombolas – NEAQ, constituído dentro da Escola Estadual de Muricilândia e é coordenado por uma quilombola adolescente. Esta desempenha com excelência tal função. A coordenadora do NEAQ constrói rodas de conversas e diálogos onde se discute a discriminação o racismo e o preconceito, tão vivenciado hoje no cotidiano do quilombola, do negro em si.

Organiza-se então com um nível mais elevado de discussão a partir do Coletivo de Juventude Quilombola – CJQ composto por acadêmicos, principalmente por acadêmicos quilombolas contemplados com a bolsa permanência, dentro dos espaços da universidade que retorna para comunidade e são construídos discursos e identidades políticas destes jovens quilombolas com maior atuação para fortalecer a luta na busca da conquista do território ancestral.

Neste panorama abordamos sobre a cultura e as práticas sociais que são latentes e impulsionam a mobilizarem em prol de um objetivo comum, vivências e valores são compartilhados, o que lhes atribuem à identidade e o sentimento de pertencimento.

Pontua-se que cada quilombo tem suas peculiaridades e que uma denominação estanque não dá conta desta comunidade quilombola, por sua complexidade. Desta maneira, prefere-se a definição dada por Ratts (2006) por se mostrar tão próxima da realidade que se apresenta. Ainda como define Fiabani (2015),

[...] o significado histórico do quilombo – comunidade autônoma livre formada por trabalhadores escravos fugidos durante o período escravista – transformando-o em sinônimo de comunidade negra contemporânea. [...]. O processo de ressignificação efetiva-se no momento em que o passado é tomado com outra perspectiva e utilizado para a construção da nova realidade – remanescente de quilombo. Em algumas situações, descobriu-se a origem, visto que muitas comunidades não sabiam que seus antepassados eram quilombolas. Em geral, a ressignificação do termo quilombo possibilitou a inclusão de mais comunidades ao preceito constitucional. (FIABANI, 2015, p.21)

Quanto ao termo de quilombos contemporâneos ou remanescentes de quilombos, citado por antropólogos, refere-se à designação das comunidades



negras rurais atuais, que podem ser de origem ou não nos antigos quilombos, o que vale ressaltar a condição desta comunidade quilombola, Dona Juscelina, que se apresenta numa interface que transita do urbano para o rural.

Pela peculiaridade que se apresenta, decerto, que o termo quilombo é de uma conceituação aberta e que se ajusta conforme a época que o fenômeno se manifesta. Como define Brasil (2003):

[...] Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003, p. 01).

Observamos que a conceituação de remanescentes das comunidades dos quilombos, que é uma ressemantização de quilombo, no “[...] decreto número 4.887/2003, como grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida [...]” (BRASIL, 2003).

Certo que estes povos que assim caracterizados e tidos como tradicionais étnico-raciais ainda é subalterno à criação de novas leis para a garantia dos direitos contidos e reconhecidos conforme a Carta Magna, a exemplo este decreto que regulamenta o artigo de número 68 dos atos de disposições constitucionais transitórias da Constituição Federal de 1988.

O sentimento de pertença evidenciado como se sentem enquanto quilombola, ao afirmarem que são felizes por serem respeitados e terem liberdade com lutas políticas étnicas e raciais, contidas em grupo de estudos, realizados em coletivos que se reúnem para discussão de assuntos inerentes aos quilombolas destacando sua importância e fortalecendo a identidade.

O processo de autodefinição inicia no ano de 2006, com a vinda do Prof. Luiz Carlos Benedito<sup>26</sup> a esta comunidade. Este procurou na prefeitura

---

<sup>26</sup> Luiz Carlos Benedito: Professor, Sociólogo, especialista em MBA em Gestão Pública pela Universidade do Tocantins (2012) e especialização em História de África pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2006). Coordenador de Afrodescendentes. Diretor de Promoção da Igualdade Racial e Étnicas da Nova Central Sindical dos Trabalhadores no Tocantins (NCST-TO). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4707781/luiz-carlos-benedito>. Acesso 20 de abril de 2018.

municipal alguma liderança local que pudesse informar se no lugar havia manifestação de cultura negra que fosse resquícios de remanescente da escravidão.

Acompanhado pelo funcionário público municipal Alécio Junior foi apresentado ao Prof. Manoel Filho Borges e este, apresentou então a Dona Juscelina. Negra, matriarca de uma família numerosa, com ancestralidade de ex-cativa, realiza festividade em alusão o 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura. Então, em pesquisa nenhuma outra comunidade no Brasil foi encontrada que comemora esta data tão emblemática. No então ano de 2008 inicia-se a organização da documentação para a certificação, e em 2009 a comunidade é certificada como remanescente de quilombo.

A identidade se consolida quando o quilombola se autodefine como quilombola, este autoreconhecimento contribuiu para a certificação de autodefinição. Conforme consta nos registros oficiais da comunidade quilombola, aos 25 dias do mês março de 2010, às vinte horas realizou-se uma Assembléia Geral na casa da matriarca Dona Juscelina Gomes dos Santos para a criação da Associação Quilombola Dona Juscelina enquanto entidade jurídica.

A matriarca nas assembleias gerais sempre enfatiza o valor que todos os afrodescendentes carregam para a existência da comunidade, da cultura e a garantia de direitos que lhes foi conquistado, claro que cumprindo os deveres de quilombola. Vale lembrar que a presença e o empenho do Professor e Historiador quilombola Manoel Filho Borges, foi fundamental neste momento na rememoração dos primórdios da comunidade e perspectiva para o povo quilombola do lugar.

Nestes espaços de reflexão e interlocução, quando se discute sobre a expansão do grande capital e seus efeitos, nesta comunidade quilombola no momento atual está cercado pela exploração da terra, devido à implantação do MATOPIBA<sup>27</sup> um acrônimo relacionado à região que abrange os Estados:

---

<sup>27</sup> Conforme o site da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa quando refere-se ao MATOPIBA: “a área também é considerada complexa o que torna ainda mais audacioso o desafio de garantir uma agricultura moderna e sustentável. A área reúne 337 municípios e representa um total de cerca de 73 milhões de hectares. Existem na área cerca 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária, segundo levantamento feito pelo Grupo de Inteligência Estratégica (GITE) da Embrapa.” Nota-se que o texto do relatório não aponta ou reconhece,

Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, considerado um celeiro da produção de grãos e outras produções do agronegócio, tida como a última fronteira agrícola do Brasil. Desta forma, a região norte do Tocantins e onde está localizada esta comunidade em estudo, sente os efeitos deste projeto conforme externa o quilombola:

*[...] Olhe, MATOPIBA, nois estamo 100% dentro dele [...] é um dano, a gente tem que olhar com olhar de comunidade tradicional! É terrível o MATOPIBA [...] nois enquanto povos tradicionais, minuria, é um povo que está fadado a ter grandes percas se não total [...] porque as comunidades quilombolas, elas vão ser fortemente atingidas com isso ai, até em questão da[...] ] como vai ficar a regularização dos territórios quilombola diante de um projeto ambicioso como é esse? Do MATOPIBA, né?[...] (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)*

A expansão do agronegócio coloca em risco o direito à terra aos povos quilombolas, acirrando o número de conflitos principalmente da Amazônia Legal, como nos esclarece o representante de instituição que luta na defesa destes povos, especificamente,

*[...] aqui no Tocantins a gente vê que estes conflitos aumentam e não tem uma alternativa por parte tanto do governo estadual como do governo federal de resolver esta situação litigiosa dessas comunidades. E os dados mostram isso. Porque teve 41% de conflitos em relação aos territórios quilombolas, vem uma outra situação por detrás que é a questão do Programa de Desenvolvimento do Matopiba que o governo oficializou ele há três anos atrás. Mas que agora já foi revogado. Mas revogado no papel, porque na prática esse plano de desenvolvimento do Governo Federal ele tá a todo vapor na região do Maranhão, Tocantins, do Piauí e da Bahia e é justamente isto daí que vem fazendo aumentar estes conflitos porque vem às pessoas de fora querem tomar essas terras, esses territórios dessas famílias [...] (COSTA, entrevista cedida em 11 de abril de 2018).*

Deste modo, no Brasil ainda há muito a se fazer para chancelar este direito, “[...] atualmente se conhece a existência de comunidades quilombolas em 24 estados brasileiros. Dezessete desses estados contam com alguma legislação que versa sobre essa população: Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa

Catarina, São Paulo e Sergipe [...]” (COMISSÃO PRÓ-INDIO, 2018)<sup>28</sup>. Notório que o Estado do Tocantins não consta nesta lista, mesmo com o total de comunidades quilombolas certificadas. É questionável, pois, o Estado que faz parte do projeto MATOPIBA não reconhecer o direito de efetivar os territórios ancestrais de comunidades remanescente de quilombo, mesmo possuindo 45 comunidades quilombolas certificadas e reconhecidas localizadas em 23 municípios dos 139 municípios tocaninenses.

Nesta perspectiva, mais uma vez a estrutura fundiária do país aprofunda ainda mais as desigualdades sociais, econômicas e territoriais. Este projeto com esta dimensão ameaça os povos tradicionais, neste caso este povo quilombola vê a terra novamente sendo “*laçada*”, revivendo situações que ainda estão em suas memórias coletivas.

Refletindo em Portelli (2016, p. 47) quando, “[...] a memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade - mas também aquilo que tem significado demais.” Percebendo a força e a entonação, na expressão arraigada de sentidos deste outro quilombola, “*ai laçaram tudo, as terras dos pobres... hoje um pobre num pode fazer um canteiro porque a terra do patrimônio tá tomado!*” (Griô Conceição Viana, entrevista cedida no dia 31 de agosto de 2017). Pode-se perceber que assim nos primórdios desta comunidade a terra fora laçada pelo fazendeiro latifundiário, hoje vem sendo laçada pelo agronegócio, colocando em risco o direito a vida e o modo de viver destes povos tradicionais.

Para Almeida (2011), “[...] esta pressão sobre as terras tradicionalmente ocupadas contribui para reforçar a interpretação sobre o quanto as práticas de uso comum dos recursos naturais acham-se disseminadas na vida social brasileira e tem efeitos pertinentes sobre a estrutura agrária [...]” (ALMEIDA, 2011, p.176). Pressão esta principalmente por investidores nos grandes empreendimentos de exploração do solo e ampliação da fronteira agroexportadora.

Existe um ciclo conflitante de imposição do poder econômico sobre a terra, o que torna evidente o uso multifuncional do território, ou, uso da terra,

---

<sup>28</sup> Legislação Estadual. Disponível em: [http://www.cpisp.org.br/htm/leis/conheca\\_quilombos\\_estadual.htm](http://www.cpisp.org.br/htm/leis/conheca_quilombos_estadual.htm). Acessado em 02 de maio de 2018.

pautado com forte presença no subjetivo da identidade territorial. Para Haesbaert (2014, p.63), “[...] muitos desses grupos sociais, em suas mobilizações políticas, buscam a construção de territorialidades alternativas em que a concepção de território é reelaborada a partir de suas próprias experiências vividas”. Cabe ressaltar sob esta perspectiva que o território é: material, funcional e simbólico quanto ao vivido e concebido, assim imbrincada numa multiplicidade de significado.

Esta comunidade não possui território efetivado isto torna a luta quilombola cada vez mais relevante e arrojada, estes se identificam com o território quilombola almejado por os ancestrais já terem ocupados no passado e feito uso deste. Este sentimento caracteriza a territorialidade, num contexto onde a identidade é amalgamada no material e imaterial, sem deixar de mencionar a ancestralidade como um dos elementos fundantes, fortalecendo este movimento, resultando num acirramento do conflito.

A territorialidade para Saquet (2007, p.115) “[...] é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território”; mediações que mudam no tempo e no espaço [...]. É preciso enfatizar que a comunidade, observando tal conceituação citada anteriormente, não possui território instituído, mas vem passando pelo processo de identificação, delimitação e demarcação da área, nem por isto não exerça sua territorialidade. Assim o agir social é local, territorial e significa territorialidade.

Não se pode dizer que a estrutura fundiária brasileira é pautada na mobilidade e fluidez, principalmente no que referimos ao direito quilombola quanto ao território, vivemos numa sociedade dita de insegurança, marcada pela desigualdade e pelas diferenças, estas que são gritantes num contexto histórico brasileiro, desde a formalização da Lei de Terras de 1850.

Observando em Martins (2010. p. 40), se na vigência do trabalho escravo, a terra era praticamente destituída de valor. Então, se a terra não tinha valor no período da escravidão, porque esta não foi dividida e entregue aos ex-escravos, depois da abolição? E nesta inquietação, no quesito acirramento do conflito que tem a terra como dispositivo deste, é importante ter uma percepção da historicidade que marca o território da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Uma comunidade possuidora de uma compreensão de mundo através das narrativas, das oralidades ancestrais que comandam a organização de mundo que a rodeia, de suas vivências. É imprescindível perceber em que medida as tradições ancestrais estão colocadas ou o uso que se faz como instrumento de luta. Para intensificar a discussão sobre território, Haesbaert (2014) traz um debate interdisciplinar, a Geografia enfatiza quanto à dimensão espacial e sua multiplicidade.

A crítica deve vir à tona ao guiar-se por pontos relevantes:

- ✓ às relações de poder instituídas desde o político ou estatal, assim como a multiplicidade de sujeitos que também representa o poder de resistência, **a exemplo as lideranças na Comunidade Quilombola Dona Juscelina (*grifo nosso*)**;
- ✓ o trinômio material-econômico-natural que está justaposto com o simbólico-cultural, tão relevante para a constituição da identidade territorial;
- ✓ e finalmente, a territorialidade que não é determinada por uma fronteira estanque, mas por uma rede de relações que ultrapassa os limites físicos territoriais, parte da cosmovisão do povo deste quilombo.

O território quilombola é o lugar de pertença deste povo. Observado através dos códigos de linguagens, os quais nos apresentam que “[...] o lugar é um mundo de significado organizado” (Tuan, 1983, p.198). O conceito de lugar de Tuan (1983) se encontra com os centros da comunidade.

O conceito de lugares surge a partir das necessidades biológicas em natureza e natureza humana, “[...] Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação” (Tuan, 1983, p.4). Neste viés, são os lugares inseridos no território com espaços de relações.

Em grande parte tais territórios encontram-se a margem e discriminadas socialmente por não se inserirem no contexto mais amplo das localidades em que se encontram espacialmente. Inúmeros problemas surgem diante disso,

como por exemplo, a dificuldade desses grupos em terem acessos aos benefícios advindos do reconhecimento de seu território.

Duplamente discriminadas, econômica e socialmente, essas comunidades vivem o drama da falta de reconhecimento de sua condição como povos remanescentes quilombolas por parte da sociedade e que se agrava frente o processo moderno de urbanização desses territórios, onde muitos em virtude do crescimento das cidades atualmente se encontram em áreas urbanas. Fato que reflete profundamente na sua dinâmica social, cultural e territorial.

Desta forma, no início desta pesquisa na casa (foto 20) mora sozinho um quilombola Sr. Erotides, aposentado, contemplado com as políticas públicas do Programa de Governo “Minha casa, minha vida!”. Localizada na Rua 10, centro urbano, não possuía um sistema de saneamento básico eficiente, ou seja, não existia banheiro sanitário construído com uso de descarga, o chão apenas no piso grosso, sem cerâmica, demonstrando que a construção da casa ficou incompleta e o quilombola ainda utilizava um sanitário fora da casa sem descarga, como o mesmo informa: a privada.

**FOTO 20:** Casa do quilombola: “Minha casa, minha vida!”<sup>29</sup>



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

---

<sup>29</sup> Um programa do governo federal criado em 2009 e que tem permitido que diversas famílias de vários estados e regiões possam ter acesso a moradias. Disponível em : <https://minhacasaminhavidame/minha-casa-minha-vida-caixa-economica.html>. Acessado em 03 de maio de 2018.

Muitos não sabem de seus direitos e vivem em condições de quase miséria que envolve a falta de escolas, infraestrutura precária de habitação casa (foto 20) entre outros – alguns enfrentam assédios de fazendeiros por conta da terra. Assim, cabe afirmar que esta comunidade quilombola ainda vive em processo de fazer valer as políticas públicas que lhe garantem o direito a terra, visando assentar as famílias que se auto define como remanescentes de quilombolas. A atribuição de tal identidade trouxe à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombola, o qual tem na terra o alicerçamento dos seus sentimentos e segurança no que tange a continuidade de seu povo nas territorialidades que são vividas todas suas relações.

Deste modo esboçamos uma discussão sobre territorialidade, que para Haesbaert (2004) “[...] a territorialidade além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significados ao lugar.” (Haesbaert, 2004, p.3). Como narra este quilombola,

*[...] Eu planto direto! Planto todos os anos, milho, mandioca, feijão. Só não planto arroz! Eu deixei uma “tarefa” de feijão trepa-pau já amadurecendo aqui quando eu sair (saiu em viagem pra tratamento de saúde). Agora mesmo eu plantei mandioca. O caitutu comeu tudim (risos). Mas plantei! mandei “lêrar”, fazer uma “lêras” de feijão, mandioca pão, uma macaxera boa pra enxugar! [...] (João Pereira, entrevista cedida em 15 de abril de 2018).*

As expressões ditas por este evidencia que o uso da terra cumpre sua função social. Este ainda separa alguma parte da terra para produzir roças, em quantidade pequena enquanto o território não sai. Dividindo os espaços em parte que chama de “enlerar”, para o cultivo de culturas diversas.

Deste modo, a territorialidade desta comunidade quilombola está constituída nas interações que as primeiras famílias chegaram ao local e entrelaçaram relações diversas com o lugar, principalmente na forma como a terra foi distribuída, os denominados centros, ou roças.

Vale considerar que a cidade de Muricilândia (mapa 08 página 126) deve ser concebida como a maior expressão de territorialidade quanto quantitativamente e qualitativamente. É neste lugar que eles expressam suas crenças e suas memórias, na interface rural-urbano.



Descrevemos abaixo exemplos de práticas sociais vividas pelos quilombolas desta comunidade dentro do território urbano / rural:

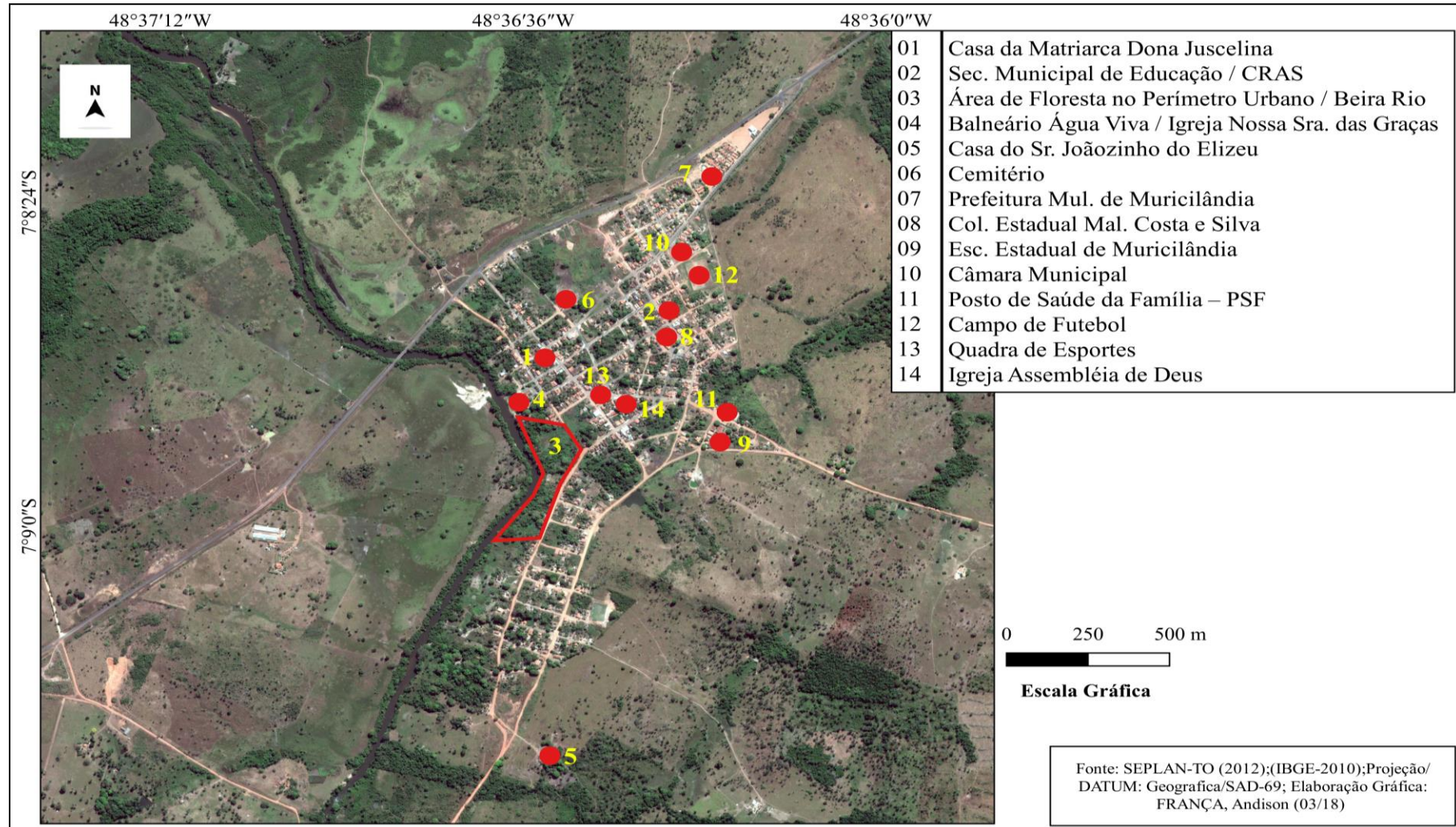
- ✓ A casa da matriarca, na Rua 03 esquina com a Carneiro Dourado o espaço que rodeia da casa de Dona Juscelina onde ocorrem as festividades;
- ✓ As ruas por onde passa o cortejo da alvorada e pós festejo da Abolição;
- ✓ O salão da Igreja Católica onde acontecem as reuniões e a quadra do Balneário Água Viva onde são realizadas as confraternizações e encontros das coletividades;
- ✓ As ecolas onde estão os quilombolas e nas igrejas, onde congregam seus cultos;
- ✓ No porto do Rio Muricizal e nos quintais onde a terra é cultivada;
- ✓ O cemitério onde é usado pelos quilombolas, o campo santo onde estão os ancestrais enterrados;
- ✓ A terra do Sr. Joãozinho do Elizeu: terra que é herança de família;
- ✓ Nas praças públicas dentre outros espaços.

Segundo as memórias coletivas desta comunidade quilombola, estes sofreram perseguições que ainda continuam em algumas regiões do país. No caso desta comunidade, a mesma perdeu muito devido à falta de recurso para que cada um pudesse manter seu pedaço de terra.

A casa da matriarca é a sede da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, local onde ocorrem as reuniões, os eventos sociais, religiosos e políticos. Para os momentos religiosos a matriarca mantém o altar sempre organizado.

Ressaltamos que quando pontuamos a casa da matriarca e seus arredores como maior expressão de territorialidade ou até mesmo o centro do território desta comunidade quilombola encontra-se o tronco ou pelourinho a frente da casa da matriarca (foto 21 página 126), um símbolo emblemático com forte presença da história dos castigos que o povo negro escravizado sofreu.

**MAPA 08:** Espaços de Práticas Sociais dos Quilombolas



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Dados Organizados pela Pesquisadora)

Neste mapa 08 evidenciamos alguns dos pontos de territorialidades com fortes práticas sociais dos quilombolas, por meio das narrativas nos propiciaram ter uma visão desses usos mais evidentes. Considerando assim como o ponto principal de extrema relevância para a existência da comunidade quilombola Dona Juscelina, a casa da matriarca. Lugar onde está presente toda historicidade e ancestralidade negra, principalmente por se encontrar o pelourinho instalado na frente da casa de Dona Juscelina.

Temos na Secretaria Municipal de Educação no ponto 02, um quilombola desempenhando a função de Secretário Municipal de Educação. Ressalta-se o desenvolvimento de ações que se aproxima da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 quanto a valorizando a cultura local, dentro das salas de aula desde a educação infantil ao ensino superior. A exemplificar com mais evidência as políticas públicas com o acesso a bolsa quilombola permanente que contempla aproximadamente 50 acadêmicos. Além de propiciar o traslado dos acadêmicos, garante-se a permanência dos jovens quilombolas na comunidade. Não havendo necessidade de migrarem para outras cidades, não rompendo os laços com suas famílias e sua vida cotidiana.

Ainda neste ponto, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS espaço de vivências que atende principalmente os anciãos quilombolas em atividades de lazer e ocupacionais para desenvolver principalmente a saúde mental. Previne-se as reincidências ou aparecimento de doenças e fortalece os laços da comunidade principalmente com o ancião, este que passa a praticar atividades sociais fortalecendo sua saúde física e social.

Enquanto no ponto 03 uma faixa de mata com característica de mata tropical com a presença de animais silvestres, uma extensão do quintal da casa de quilombolas descendentes dos primeiros que chegaram neste lugar. A mata mantida de pé fornece alimento para os pássaros e animais silvestres como guaribas e cotias, além de outros que costumam aparecer nos finais da tarde ou no amanhecer. Analisando a forma como este espaço é produzidos foi possível observar que recentemente uma casa de um quilombola foi construída e ela não adentrou a floresta, ela se afastou. Fato que deixa bem claro as práticas do bem viver abordado em Acosta. Portanto são todas as práticas entrelaçadas e imbricadas caracterizando esta comunidade quilombola.

Assim como a beira do rio está o Balneário Água Viva, se estendendo a Igreja Nossa Senhora das Graças, local onde acontecem os encontros do coletivo da juventude quilombola com discussões políticas e vem fortalecer a identidade quilombola na faixa etária da juventude. Dentre estas territorialidades encontramos a casa do Senhor Joãzinho do Elizeu na zona rural, nítido o uso da terra para produção de agricultura de subsistência, sendo possível ver, plantações de bananas, plantação de mandioca e uma pequena plantação de abóbora. Como ele diz: “minha filha terra é sagrada!”, tudo que se planta na terra dar. Então tudo isto mostra o modo de vida dos quilombolas.

Deste modo, no Colégio Estadual Costa e Silva onde se realiza o Fórum da Consciência Negra, com o Projeto Negritude com temas afrodescendentes onde se discute e abre os espaços para a comunidade tendo participação principalmente acadêmica e dos jovens locais para construir uma postura e identidade política fortalecida por meio deste fórum. E nesse fórum a realização do Projeto Qual a Minha Cor? Desenvolvido pela Escola Estadual de Muricilândia são territorialidades que permitem reflexão sobre a importância do combate ao racismo, a discriminação e ao preconceito valorizando os conhecimentos locais e agregando a juventude nessa luta pela conquista do território.

Dentre tantos outros pontos, neste contexto, ainda é nos quintais com práticas agricultura de subsistência por meio da relação intrínseca dos quilombolas com a terra, indicando a urgência na efetivação do território para continuar com as práticas de agricultura de subsistência.

Ainda como parte do ponto 01 apontado no mapa 08, o marco emblemático (foto 21) da presença de povo remanescente de quilombola na Comunidade Quilombola Dona Juscelina. O Pelourinho, “[...] era um instrumento de punição legal utilizado pelos portugueses em todas as cidades do Brasil. Era um poste de madeira ou de pedra, com argolas de ferro, erguido em praça pública, onde os infratores da lei eram amarrados e chicoteados [...]” (Largo do Pelourinho<sup>30</sup>, 2003, p. 01).

---

<sup>30</sup> **Largo do Pelourinho.** Disponível em: [http://www.bahia-turismo.com/salvador/centro-historico/pelourinho .htm](http://www.bahia-turismo.com/salvador/centro-historico/pelourinho.htm). Acessado em 25 de abril de 2018.

**FOTO 21:** O Pelourinho: marco da chegada da matriarca no ano de 1962 nesta comunidade.



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

O pelourinho na comunidade foi fixado na entrada da casa da matriarca, uma exposição permanente com o objetivo de lembrar o fundamento da comemoração da Festa O 13 de Maio realizado pela matriarca, sua família e todos os quilombolas desta comunidade. Talhado no tronco a data a chegada da matriarca nesta comunidade com toda sua cultura de matriz africana, à tona o sofrimento vivido pelos negros escravizados na história do Brasil, na própria história desta comunidade quilombola.

A principal manifestação cultural possui três momentos bem definidos: a Alvorada que acontece às 04 horas da madrugada, a organização do espaço

do teatro a céu aberto, e finalmente o ápice do dia: a realização do Teatro da Abolição onde é retratado o momento em que a princesa Izabel assina a Lei Áurea e declara (foto 22) o fim da escravidão do povo negro.

**FOTO 22:** Teatro da Abolição: momento de declaração da Lei Áurea



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Acervo da Pesquisa)

Certamente esta manifestação tem uma função política, justamente pelo local onde ocorre: no perímetro urbano. Usando linguagem verbal e visual, que promove consciência. Deste modo, a consciência que é movida pelas memórias coletivas e individuais do povo quilombola da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

O teatro é uma parte do principal rito manifestado na comunidade que reforça o laço social local. Para Segalen (2002, p. 31), “[...] rito ou ritual é um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica [...]”. Neste caso, do teatro da abolição é mais que simbolismo, pois, traz à tona as memórias dos sofrimentos aos qual o povo negro africano foram submetidos.

Principalmente a consciência quanto aos usos das terras devolutas feito no passado pelos ancestrais e que foram laçadas. Desta forma as terras eram *laçadas* juntamente com o povo que faziam uso desta, eram cercadas e o antepassado dos quilombolas era expulso de suas terras.

A chegada do latifundiário trouxe mudanças desde o momento em que as primeiras e até as últimas famílias tiveram suas terras expropriadas. O que marcou a desigualdade fundiária no lugar e fatores que aprofundou tal situação, e nem todos que tinham a terra tinham condição de pagar pelo título da terra, oportunidade para quem tinha o incentivo do governo para a compra destas terras. E após lutas e conquistas de dispositivos legais estas terras são reivindicadas.

### 3.2 ASPECTOS LEGAIS DA CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA

Reportamos-nos ao panorama jurídico que preconiza a efetivação da gama de direitos a serem efetivados aos povos quilombolas, ao considerar que a velocidade com que os programas, projetos, ações, medidas provisórias, as propostas de emendas constitucionais, burocratizando estes direitos, desaparecem da agenda social brasileira em constante movimento, tende a dificultar a emissão de um ponto de vista sobre o processo que demanda a comunidade em estudo.

Vive-se na incerteza, diante da forma como está sendo direcionadas as políticas públicas para as comunidades quilombolas. O conflito territorial prioritariamente fica mais visível no processo de elaboração do relatório antropológico pelo INCRA.

Deste modo, quando se trata da educação quilombola, observa-se o que garante o Decreto Legislativo nº 143/2002, que preconiza e “[...] aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes [...]” (BRASIL, 2002) e do Decreto nº 6.040/2007, que “[...] institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais [...]” (BRASIL, 2007). Conforme art. 3º para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

[...] I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; [...] (BRASIL, 2007, p. 01).

Assim, a educação quilombola é fortalecida como garante as Diretrizes Curriculares da Educação Básica – DCNEB (BRASIL, 2013):

[...] V – fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na oferta da Educação Escolar Quilombola;  
 VI – zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;  
 VII – subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileiras [...] Brasil (2013, p. 428)

Portanto, o direito ao acesso a uma educação pautada no reconhecimento e respeito à história, territórios, memória, acesso às tecnologias e conhecimentos, são históricas estas reivindicações presentes nas realidades destas comunidades e dos que lutam e defendem estes direitos, representados pelo movimento quilombola e suas organizações. Neste contexto aguardando o território quilombola, como uma liderança quilombola local externa,

*[...] é demorado talvez essa parte aqui seja rápida que a parte política. O trâmite político gabinete em gabinete, porque vai pro gabinete do superintendente estadual do Incra, vai pro Nacional, e vai muito a vontade política. O próprio antropólogo diz: [...] é o seguinte, nosso trabalho nós estamos fazendo, agora vocês tem que ter atrelados políticos! Que ali infelizmente depois que sair da nossa ossada, se não tiver amarração política aí pra agilizar [...] sabe lá quando! Entendeu? Então tá nesse pé! (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)*

Toda esta discussão levadas pra dentro da sala de aula tem a missão de combater a invisibilidade destas comunidades, irá contribuir para o fortalecimento de educação tocantinense e valorização da cultura. Ações estas que são realizadas na comunidade com o intuito de fortalecer a luta pelo território, com participação das escolas e inseridas no Projeto Político



Pedagógico – PPP, como assevera (BRASIL, 2013, p. 48): “[...] na elaboração do projeto político-pedagógico, a concepção de currículo e de conhecimento escolar deve ser enriquecida pela compreensão de como lidar com temas significativos que se relacionem com problemas e fatos culturais relevantes da realidade em que a escola se inscreve [...]”. Esta pesquisa leva em consideração o cumprimento da aplicação da lei 10.639 / 2003 (BRASIL, 2003), conforme a citação abaixo:

[...] que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências.  
 Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:  
 Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.  
 § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.  
 § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.  
 Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra [...] (BRASIL, 2003)

Deste modo, todos estes instrumentos legais normatizam a educação resultante de lutas engajadas nos movimentos sociais, principalmente os movimentos: negro e quilombola. Concomitadamente nas seguintes instituições:

- a) Escola Estadual de Muricilânida com o desenvolvimento do Projeto Qual a minha cor?
- b) Colégio Estadual Costa e Silva desenvolvendo o Projeto Negritude;
- c) Realização do Fórum da Consciência Negra dia 20 de Novembro, um feriado municipal que permite acontecer à culminância dos projetos escolares com realização de mesas redondas onde são debatidos assuntos condizentes a realidade local e do povo negro brasileiro. Aberto a comunidade em geral.

Pela efetivação de uma ação do Projeto Político Pedagógico – PPP de uma das escolas, criou-se o Núcleo de Estudos Afro Quilombolas – NEAQ com o objetivo de fortalecer a identidade quilombola entre as crianças e jovens.

No dia 20 de Novembro de dois mil e dezessete, apresentamos como devolutiva a comunidade na pessoa da Matriarca Dona Juscelina, um abaixo assinado organizado pela mestranda e pesquisadora Izarete da Silva de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Territórios – PPGCULT da Universidade Federal do Tocantins – UFT, orientado pelo Prof. Dr. Elias Silva. O documento foi inserido na proposta do mestrado com a intenção de inserção nas lutas da comunidade, quanto instigar a agilidade no processo de acesso ao território.

O referido documento foi fundamentado pela Advogada e Professora Mestra Lilian Fonseca Fernandes, que disponibilizou voluntariamente assessoria jurídica. Objetivando também dar celeridade ao processo de elaboração e divulgação do relatório antropológico do território ancestral a esta comunidade quilombola. Sob a responsabilidade de lideranças quilombolas os prosseguimentos de efetivação deste documento até chegar à instância superior da justiça brasileira em nosso Estado.

Na atualidade quando se trata de território quilombola é como política pública, o acesso a terra como um direito instituído. Uma problemática que faz parte dos embates entre o grande capital e o movimento quilombola no Brasil. Especificamente no Tocantins é uma questão que está no centro das discussões.

Para Saquet (2007, p.34) “[...] o território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social”. Dominação esta que se concretiza principalmente pela expansão do agronegócio intensificando o conflito entre o latifúndio e os povos tradicionais.

Quando vemos dispositivos criados sob o domínio do Estado, neste caso o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT garante “[...] aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir - lhes títulos respectivos” [...] (BRASIL, 2013, p. 78). Ao analisar o

que está precedido no artigo, fica evidente que é determinado ao Estado responsabilidade para criar os mecanismos que assegurem que seja conquistado este direito: a propriedade da terra, a titularidade as comunidades reconhecidas. Mas, pelos entraves, é duvidoso em qual lado o Estado está.

E quando se questiona os entraves neste processo, ressalta-se a questão da proposta legislativa que considera inconstitucional art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e o Decreto 4.887/2003, que regulamenta tal artigo. Ameaçando o direito a terra pelos quilombolas e remanescentes.

O processo de emissão do título da terra passa por várias etapas, tais: que seja identificado, reconhecido, delimitado, feito à demarcação e por último, titulação do território, este que será definido de forma coletiva, para todos que se auto definem quilombola, o que irá garantir que este não seja dividido, loteado, negociado, vendido, penhorado ou arrendado, não havendo perda de território, numa dinâmica que irá cristalizar a identidade de um povo.

No escopo da Legislação Brasileira constam os instrumentos que garantem o direito de que se tenha a auto identificação, contudo, é preciso evidenciar que este é fundamental para a acessibilidade de políticas públicas que abrangem a educação, moradia digna, saúde, conquista da regularidade fundiária, acesso a bolsa em instituição de nível superior, dentre tantos outros direitos.

Para que o Estado emita a certificação de que é realmente comunidade quilombola, todo o processo fica sob a responsabilidade exclusiva da Fundação Cultural Palmares, via Certidão de Identificação de Comunidade Quilombola. Ressaltando que, o órgão competente para a emissão de títulos de propriedade, é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, com esses direitos a referida comunidade já está assegurada, dependendo apenas do que compete ao INCRA, que é a delimitação da área territorial.

O decreto federal 6.040/2007 define Brasil (2007),

“[...] povos tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhece como tal, que possui formas de organização social, que ocupa e usam territórios e recursos naturais como condição para

reprodução cultural, social e religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição [...]”. (BRASIL, 2007, p. 01)

Assim, toda população tradicional com características peculiares deve ter o direito de uso da terra garantido. É sabido que indígenas, quilombolas, seringueiros e tantos outros povos, ditos tradicionais, travam disputas de territórios com agentes sociais até os dias, e nestes conflitos ocorrem atos de violência contra lideranças que defendem a devastação ambiental do combate das desigualdades quanto ao uso da terra. Podendo ser citado Chico Mendes no Acre, Padre Josimo no Maranhão e Irmã Doroty no Pará, acirrando mais ainda as lutas para a permanência da territorialidade.

Por vezes a permanência destes conflitos deve-se a falta de celeridade do Estado que termina por deixar tais populações desassistidas, a exemplo Almeida (2011, p. 185) “[...] a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 3239/2003 que foi apresentada pelo Partido Frente Liberal – PFL, e hoje é Democratas – DEM, que questiona a validade do decreto 4.887/03 [...]” Assim, alvos de investidores que veem uma oportunidade para gerar capital através da exploração dos recursos naturais e da terra não levando em conta os territórios tradicionais.

A participação dos povos tradicionais nas decisões que lhes garantam permanência em seus territórios evidencia que a territorialidade tanto é uma ação política como também empírica. Little (2002, p. 251- 252) “[...] afirma que a diversidade sociocultural brasileira é vasta tanto quanto a diversidade fundiária, e esta complexidade faz com que o próprio Estado no seu papel, tem dificuldades de identificar para as devidas garantias de direitos”.

Pontuamos que a territorialidade também se configura nos territórios sagrados, onde acontecem os rituais religiosos que são inerentes e necessários para a construção da identidade e da cultura das populações tradicionais. Desta maneira, todas as ações voltadas para a garantia, perpetuação das culturas e dando lhes condições para que esta permaneça é fundamental para a que se continue a existir como um legado, a riqueza cultural de um povo e de sua identidade.

A certeza da existência de uma comunidade remanescente quilombola é chancelada com a vinda do Prof. Luiz Benedito, e acompanhado pelo

funcionário público municipal Alécio Junior foi apresentado ao Prof. Manoel Filho Borges e este, apresentou então a Dona Juscelina, matriarca de uma família numerosa, com ancestralidade de ex-cativa.

Uma comunidade negra sob a liderança de uma matriarca realiza a manifestação em alusão ao 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura. Que pela Lei nº 255 de 15 de abril de 2004 (vide anexos) é declarado feriado municipal. Que homenageia “o Dia da Folia Negra”, devendo planejar, realizar passeios festivos e culturais. Assim como, apresentações e encenações nas diversas ruas da cidade, enquanto acontecer a “folia negra”.

Folia Negra é uma referência a Festa do 13 de Maio. Nítido a neutralidade (ou não) quanto às manifestações inerentes a ancestralidade e a cultura negra desta comunidade. Uma forma de ecoar o conflito latente, o antagonismo presente: o latifundiário e o povo negro que tiveram suas terras engolidas pelo “tubarão<sup>31</sup>”. Em pesquisa somente no Rio de Janeiro e Salvador tem o dia 13 de maio como um feriado estadual comemora esta data tão emblemática.

O então Coordenador dos Afrodescendentes Quilombolas do Estado do Tocantins Prof. Luiz Carlos Benedito evidencia a singularidade desta manifestação e afirma está ali para que a comunidade seja reconhecida como remanescente de quilombo. Dado o início do processo, este realiza três reuniões, em datas e locais diferentes na comunidade. Uma reunião na casa da matriarca, outra no setor nas proximidades onde ocorreu a primeira, e por último no setor Nova Canaã.

O motivo das reuniões seria para divulgação do conclave para que todos se unissem e lutassem pelo direito à terra, principalmente. E para que isto pudesse acontecer todos e todas que se autoreconhecesse quilombola deveria preencher um cadastro.

Fato que no início do cadastramento houve resistência deste povo negro, necessário ocorrer várias reuniões para ser explicado o que é serem quilombolas. Porque são quilombolas, rememorando as práticas sociais que fazem parte do cotidiano.

Nos arquivos hitoriográficos da comunidade que do ano de 2008 até dezembro de 2016, conforme os registros no Livro Ata ocorreram vinte

---

<sup>31</sup> Tubarão: como a matriarca refere ao latifundiário quando engoliu as terras, metaforicamente dos peixes pequenos;

reuniões em espaços sociais diversos, como: a casa da Matriarca Dona Juscelina, que é reconhecida como a sede do quilombo também por não haver uma sede própria, nas proximidades da residência da matriarca, em espaço aberto no cruzamento da Av. Carneiro Dourado com a Rua 03, na Praça da Igreja Católica, no salão paroquial e no salão do Balneário Água Viva.

Espaços de interlocuções sobre assuntos inerentes as questões dos quilombolas, são debatidos, informados de forma democrática a participação de todos os quilombolas associados. Nestes registros é possível obter quando foi informado aos quilombolas sobre a entrada na documentação do quilombo na Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça em Palmas e na Fundação Palmares em Brasília, para recebimento da Certidão de Autodefinição como Comunidade Remanescente de Quilombola.

Após quatro anos do início da busca de direitos quilombolas, em 25 do mês de março do ano de 2010, houve uma Assembleia Geral na casa da matriarca para a criação da Associação Quilombola Dona Juscelina, tendo como objetivo no capítulo um (01), da Denominação, sede e fins, como preconize o Art. 1º:

[...] A Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, também designada pela sigla, ACQDJ, fundada aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e oito (25/03/2008). É uma Associação, sem fins econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados, com sede em Muricilândia, na Avenida Antonio Carneiro Dourado, s/n, centro e foro na cidade de Araguaína-TO[...] (Estatuto da ASQDJ . Muricilândia-TO., 13/04/2013)

Assim, por meio de votação foi criada a primeira associação, constando na presidência: Juscelina Gomes dos Santos e os seguintes conselhos: Fiscal, Cultural, Comunitário, Departamento de Radiofusão Comunitário. As funções deverão ser exercidas no biênio 2010-2011. Um marco importante para a organização jurídica da comunidade.

Durante o ano de 2010, importantes decisões foram deliberadas na comunidade, tais como: criação da associação com eleição da primeira diretoria, participação da comunidade no Edital Mais Cultura da FUNARTE do Ministério da Cultura com o Projeto Música de Quilombo, houve a primeira entrega de carteirinhas de associados quilombolas, protocolo de ofícios no

INCRA solicitando um representante para iniciar as demarcações das terras ancestrais, outro ofício solicitando cestas básicas para a comunidade.

Ainda neste mesmo ano, a comunidade participou do concurso Mais Cultura para a Amazônia Legal no valor de 17.000,00 para aquisição de instrumentos musicais com o objetivo de montar uma escola de música e uma banda que irá fortalecer a identidade quilombola.

Dentre os temas debatidos, a busca de parcerias com a prefeitura e câmara municipal com a inclusão de verbas no orçamento, com valor de trinta mil reais para fomentar os eventos culturais da comunidade quilombola. Ofícios são enviados a representantes políticos na luta pela construção de um centro cultural e moradias para atender as necessidades do quilombo.

A comunidade começou a ter acesso a políticas públicas ao receber cestas básicas, mesmo em número insuficiente para as famílias cadastradas, algo que exigiu da diretoria como distribuir as cestas, receberão os associados que são atuantes. Deliberou-se como seria a programação do vinte de novembro, dia da Consciência Negra, tido pelo movimento negro como a data que representa as lutas do povo negro. Neste quilombo a data mais importante é o treze de maio, dia da abolição da escravidão, teoricamente.

No dia 04 de novembro de 2010, veio uma equipe do INCRA composta por engenheiro agrônomo, assistente social e motorista. A primeira visita com o objetivo de mapear as reais necessidades do quilombo e principalmente a questão da regularização fundiária. Ressalta-se que os dois fazendeiros que tem terras que ficam na área do território requerido, acompanharam toda a discussão. Para os quilombolas portam-se como parceiros, isto devido a doação de uma vaca ou parte para as festividades do treze de maio.

Inicia-se o alcance de conquistas para a comunidade. Oportunidade em que a equipe do INCRA, como representantes governamentais informaram que o trabalho que desenvolve tem parceria com a prefeitura, câmara municipal, associações e comunidades tradicionais. Quanto aos direitos quilombolas, muitos benefícios garantidos pelo Programa Federal Brasil Quilombola<sup>32</sup>, que

---

<sup>32</sup> O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007) que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas. Ver: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>. Acessado em 21 de fevereiro de 2018.

foi criado no ano de 2004, não são acessados por falta de informação. Programa que tem como parceria o INCRA, SEPPIR, Casa Civil, Fundação Palmares, Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia e outros órgãos governamentais.

Alguns eixos contidos no Programa Federal Brasil Quilombola, como: acesso à terra, infraestrutura, inclusão e direito à cidadania dentre outras políticas públicas. A Agenda Social das Comunidades Quilombolas traz uma gama de benefícios que contemplam os quilombolas. Muitos esclarecimentos foram disponibilizados ao grande número de participantes, quilombolas, não quilombolas, fazendeiros e outros que se faziam presentes.

O ano de 2011 inicia com luta para os quilombolas e a certeza que precisa ser mais intensa, dentre: as cobranças junto ao INCRA para que inicie o levantamento antropológico, organizar mais a festa treze de maio pela dimensão que vem alcançando e que tem solicitar o aumento do número de cestas básicas, e que os quilombolas ao receberem as carteirinhas consolida a identidade da coletividade.

A participação de representantes da comunidade em ações políticas também ocorre fora da comunidade, como na I MARCHA NACIONAL QUILOMBOLA, ocorrida em Brasília no dia sete de novembro com o lançamento da campanha: “Em defesa dos direitos quilombolas”. A matriarca Dona Juscelina Gomes dos Santos, a vice-presidente Francisca Gomes dos Santos e outras lideranças estiverem participando. Ocasão que foi derrubada a ação defendida pela então Senadora Kátia Abreu contra o direito ao chão da terra dos quilombolas, de onde tiram o sustento da vida.

Outra ação política importante na luta é a criação do site do quilombo, um espaço de informação, divulgação e resistência, acessível a todos os quilombolas, além de outras redes sociais. Nestes espaços, por exemplo, é informado para que os quilombolas desta comunidade tenham acesso a benefícios como bolsa-família, por exemplo, todos devem fazer o recadastramento.

---



A comunidade participou da Feira de Talentos ocorrida em Palmas com apresentação de danças tradicionais da comunidade, como o rebolado sob liderança da matriarca Dona Juscelina. Desta maneira encerrou-se o ano de 2011 com intensas ações políticas na conquista de direitos.

No ano seguinte, firmou-se parceria com o Centro de Referência e Assistência Social - CRAS com o objetivo de informar sobre atividades que são desenvolvidas para atendimento das pessoas idosas, como inclusão social, atividade de lazer e atividade laboral, gerando uma melhor qualidade de vida. Neste espaço valoriza-se a importância dos griôs, que fazem parte do público atendido pelo órgão.

Houve avanços quanto o início das atividades do antropólogo do INCRA indo a comunidade para conhecer a história desta, descobrir as raízes dos ancestrais, necessitando que todos estejam disponíveis para colaborar com esta etapa. Almejando o título da terra e as casas que serão construídas com apoio da Caixa Econômica Federal.

Durante as manifestações no dia 13 de Maio foi disponibilizado um balcão da Cidadania para regularização de documentos pessoais para os quilombolas e não quilombolas. As parcerias através de projetos realizados pela diretoria de cultura, com a prefeitura municipal, secretaria municipal de educação, governo do estado e outros parceiros, são importantes na realização da festa 13 de Maio.

Ainda no ano de 2012 foi protocolada uma carta da comunidade quilombola ao governador do Estado solicitando a contemplação da construção da sede para a comunidade, uma necessidade na realização de reuniões, eventos, um ponto de referência para as ações dos quilombolas. Contudo, a resposta foi que o sistema estava passando por uma atualização.

Por conseguinte, no ano de 2013 em interlocuções com os membros da associação quilombola foram discutidos assuntos referentes ao programa do município compra direta e preocupação quanto à organização da documentação do quilombo. Cuidados em mantê-los em segurança sendo entregue à casa da matriarca por um membro da associação, tais: Estatuto Social – original; Ata de criação do Quilombo; Xerox dos documentos para conta bancária da associação; um cd do grupo Afrokizomba; Certidão Original de auto definição; cadastros e xerox dos documentos dos quilombolas; Atas de

distribuição de cestas básicas; relatórios da entrega das cestas básicas; Declaração de desistência do quilombo; trinta ofícios protocolados que já foram enviados; Dois livros Ata (um da criação e fundação do quilombo, outro dos registros das reuniões com a comunidade), e por último um pen drive com a documentação do quilombo. Assim, fica mais acessível aos quilombolas para consultas necessárias.

Segundo a Fundação Cultural Palmares os procedimentos para a comunidade obter a certificação como remanescente de quilombo, ocorre da seguinte forma:

[...] para obter a Certificação é necessário que a comunidade envie para a Fundação Palmares a Solicitação de Reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo, juntamente com o relato histórico com fotos, reportagens e estudos que tratem da história do grupo ou de suas manifestações culturais. Além disso, é necessário o envio da ata de reunião ou assembléia, na qual os membros da comunidade aprovam, por maioria, o pedido de reconhecimento. Após o recebimento da documentação na Fundação Palmares, é encaminhada a abertura de processo para posterior análise técnica. Se a documentação estiver correta, o próximo passo é a visita técnica de um membro da Fundação que fará reunião com a comunidade para sanar possíveis dúvidas, conhecer a realidade da comunidade e elaborar relatório. Concluída essa etapa, é encaminhada a publicação do ato de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, no Diário Oficial da União [...] (FCP<sup>33</sup>, acessado em vinte e um de fevereiro de 2018).

É perceptível que a Comunidade Quilombola Dona Juscelina vem formando uma organização que permite a participação dos quilombolas, ao deliberar-lhes responsabilidades. Para que todos cuidem da comunidade, assim a contemplação de benefícios será de forma igualitária com equidade.

Com realização de reuniões para avaliar a situação da comunidade pela diretoria quilombola são pontuadas as falhas dentre estas: uma estagnação nas ações e isto implica do atraso no acesso aos benefícios, a exemplo a cesta básica. Necessidade de atualizar a documentação e o Estatuto, realização de eleição para uma nova diretoria dentre outras demandas urgentes.

Assim, no dia 13 de abril de 2013 realizou-se a segunda eleição para diretoria da associação quilombola, estruturada da seguinte forma: Conselho Fiscal, Conselho Cultural e Conselho Comunitário de Radiodifusão. Empossados os membros da nova diretoria, para o exercício do biênio 2013-2014. Frisa-se

---

<sup>33</sup> Disponível em : <http://www.palmares.gov.br>.

que a presidente da associação eleita é sobrinha da matriarca, algo que contribui para agregar valor à luta quilombola.

Neste mesmo ano, a comunidade recebeu a visita de uma professora da Universidade Federal do Tocantins, coordenadora do NUFAC<sup>34</sup> e o coordenador do Fomento da Fundação Cultural Palmares, com a presença de representantes das comunidades quilombolas: Cocalinho, Aragominas e Baviera. O objetivo da visita foi para informar sobre os cursos disponibilizados aos jovens quilombolas. O curso Operador de Áudio teve participação de dez jovens quilombolas, contudo com resultado insatisfatório, conforme liderança quilombola:

*[...] nós tivemos aqui em 2013, apareceu uma professora aqui [...] veio aqui e com a proposta de um curso [...] eles se inscreveram numa [...] aquele negócio, não sei o que pública [...] que é tipo um edital, como é que chama? Chamada pública, pra realizar um curso de operador de audiovisual na comunidade, né? E aí precisava de 10 quilombolas. Essa professora chegou aqui, e: Meu Deus era uma salvadora! E veio aqui, que lugar melhor! E abraçava todo mundo! Amei esta comunidade, não vou mais sair daqui! Vamos fazer este mas já vou na sequência dar continuidade [...] estes jovens tem [...] aí nós bestas sempre, né! (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)*

A prefeitura municipal entrou com parceria com o carro para os cursistas irem fazer o curso em Araguaína. Veem nestas oportunidades formas de melhorar a vida da juventude, contudo;

*[...] agora, tão recebendo o certificado assim, pelo correio, entendeu? Pouco chega um, chega outro [...] uma coisa totalmente [...] quer dizer: a comunidade serviu de trampolim pra eles, porque [...] Ter no currículo dela uma atividade que ela desenvolveu numa comunidade e lá com certeza ela vai dizer, foram benefícios grandiosos, dez jovens que estudaram, estavam lá sem condição nenhuma. Proporcionamos a eles um curso que foi um ano de curso, entendeu? Então [...] uma coisa totalmente sem nexo. Então assim, é isso que nós não queremos, entendeu? (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)*

---

<sup>34</sup> **Núcleos de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra – NUFAC:** Cultura, trabalho, educação, desenvolvimento social e econômico como instrumentos para a garantia de direitos e de cidadania. Essa é a proposta do Núcleo de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra (NUFAC), que possibilita a qualificação profissional para a área da cultura aos jovens negros e negras de todo o Brasil. Disponível: <http://www.palmares.gov.br/archives/31968>. Acessado em 21 de fevereiro de 2018.

A narrativa vem ao encontro dos sentimentos externados pela quilombola, “[...] já estou cansada de contar historinhas, vocês vem aqui e crescem que nem galhos de árvores [...]”. Assim aconteceu, a comunidade não foi valorizada, e a forma como foi conduzido à conclusão do curso, com descaso e desrespeito com as lideranças e a juventude quilombola, reflete a descrença em quem procura a comunidade para realizar pesquisas ou projetos.

Decerto, foi uma oportunidade onde a matriarca mais uma vez reivindica a terra para seu povo trabalhar. É responsabilidade do Instituto Nacional de Cadastro e Regularização da Reforma Agrária – INCRA.

Deste modo, as lutas do quilombo Dona Juscelina também estão inscritas na organização que os quilombolas vêm engajando desde o ano de 2006 com abertura do processo com os procedimentos para regularizar um território ancestral (quadro 07 página). Quando da primeira visita de um representante legal, o Coordenador dos Afrodescendentes Quilombolas do Estado do Tocantins, Luiz Carlos Benedito. Este faz enfrentamento para garantia de direitos dos povos quilombolas em nosso Estado.

#### QUADRO 07: Procedimentos para regularizar o território ancestral.

Embasado em cinco etapas <sup>35</sup>	
1. A Certificação;	Caracteriza, atesta, auto define e certifica a comunidade pela FCP
2. Abertura do Processo;	Deve ser feita a Superintendência Regional do INCRA por via de requerimento ou ofício
3. Identificar e delimitar;	Através de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, que é responsabilidade da Superintendência Regional do INCRA
4. Demarcar;	O território é demarcado, cartografado, dando as coordenadas dos ocupantes não quilombolas e providenciando o reassentamento destes ou indenizando-os, atribuído ao INCRA
5. Efetivado a emissão do título.	Nesta última etapa, efetivado a emissão do título do território em nome da associação, para uso coletivo especificamente pelo INCRA

Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Organizado pela Pesquisadora)

<sup>35</sup> **Comunidades Tradicionais.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/mpf-quer-celeridade-na-regularizacao-de-territorios-de-comunidades-quilombolas>. Acessado em 26 de abril de 2018.

Consta nas narrativas do lugar quando iniciou o processo para auto-identificação como quilombola, houve uma rejeição por parte do povo negro da comunidade, pois, na sua visão iriam voltar a escravidão, que se autoreconhecer como quilombola era algo ruim, que não deveria ser revivido;

[...] o primeiro contato, a primeira notícia vamos criar uma comunidade de negro! Foi uma relutância entendeu, porque os próprio negro num se viam como tal. Não se viam não! Ainda mais dizer uma comunidade de quilombolas, um quilombo! A noção que eles tinham de quilombo é que era uma coisa hedionda entendeu, era uma coisa que num, tava mais pra... como se diz, um lugar de se esconder com medo do opressor, do quê um organismo de luta, entendeu? De resistência ao modo de hoje. Então num foi fácil não. Uma das etapas é pra cadastrar todas as famílias, e quando a gente chegava nas casa foram muitas casa de negro mesmo que a gente ia. Naqueles mesmo da origem e eles batiam a porta na nossa cara porque num queriam de jeito nenhum! (exalta a voz) Deus me livre! Isso aqui vai é trazer problema pra mim, nam! Num quero isso não! Isso é a Jucelina querendo ganhar dinheiro! Entendeu? Só depois de uns anos é que eles começaram a entender que a comunidade quilombola era algo que assegurava eles até um certo, o direito e uma certa segurança entendeu, e ai começaram a buscar a comunidade.(risos)” (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)

Como assevera O’Dwyer (2002), “[...] em diversas situações sociais [...] quando se considera a autodefinição dos agentes sociais em jogo e se converte tal trajetória num fenômeno sociológico em que identidade e território seriam indissociáveis, tem se uma outra ordem dos fatos.” (O’DWYER, 2002, p. 22). E ainda,

[...] o direito está fundamentado na convenção 169 da OIT, segundo a qual é a consciência de sua identidade que deverá ser considerada como critério fundamental para a identificação dos grupos aos quais se aplicam as disposições jurídicas, e para os antropólogos contempla a perspectiva atual da disciplina que considera a auto-atribuição como fator socialmente relevante para compreender formas de pertencimento e organização social[...] (O’Dwyer, 2010, p. 48)

Fato notório que este processo inicia-se dezoito anos após a criação da Constituição Federal de 1988 e o Art. 68 do Ato das Disposições Constituintes Transitórias, com a criação do Decreto 4887/2003 com o objetivo de regulamentar o que preconiza o artigo instituído.

### 3.3. COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: IMPASSES, LUTAS E RESISTÊNCIAS NA EFETIVAÇÃO DO TERRITÓRIO ANCESTRAL

Neste contexto, etapas iniciais da elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID na comunidade vem sendo realizadas. Ou seja, estava previsto para novembro do ano de dois mil e desesseis a publicação do relatório para contestação. O que não aconteceu.

Em dezembro de 2016 ocorreu pela terceira vez eleição para formar nova diretoria, foi eleita a chapa única para exercício 2017-2018. Para assumir a presidência da associação Lucilene Gomes do Nascimento, neta da matriarca, uma escolha que firma ainda mais as raízes da ancestralidade nesta comunidade quilombola.

Notoriamente somente quilombolas fizeram parte desta nova diretoria para compor os seguintes conselhos: Fiscal, Cultural, Comunitário de Radiofusão e com grande destaque para a formação do Conselho de Griôs, no qual matriarca é a presidente. Assim, constituído com três anciãs e cinco anciãos, são detentores das memórias deste povo quilombola.

Na organização da comunidade quilombola Dona Juscelina, lideranças se destacam em fases específicas, desde contar e rememorar as histórias ancestrais, de organizar reuniões, fazer agendamentos até cumprir parte burocrática nesta luta. Assim, uma das etapas decisivas no movimento quilombola é a construção do laudo historiográfico, como declara este narrador,

*[...] eu mesmo atuei elaborando o laudo historiográfico da comunidade fazendo o cadastro do pessoal, tem todo uns formulário que tem que ser preenchido, a documentação tem que ser juntada né? Aí um outro negro daqui da comunidade, o Chico João Paulino na época ele era um funcionário da secretaria né, e quilombola também! Então depois de toda a documentação pronta, a própria secretaria designou ele pra ir até Brasília levar a documentação. E ele foi, levou a documentação, e quando foi em outubro de 2009, 2008... o processo nois mandamos tudo em 2008 n? Aí em 2009 saiu a Certidão de Autodefinição da comunidade, a partir daí a coisa começou a ganhar forma. Com muita dificuldade o negro não se aceitava como negro muito, como quilombola, quilombola!...] (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)*

Para fazer o cadastramento, de forma geral primou-se pela descendência direta dos fundadores, o vínculo ancestral. Se na casa tivesse os dois vínculos ancestral, o cadastro foi feito em nome da mulher, como uma forma de empoderar e valorizar a presença feminina. Este é um dos critérios, da

militância quilombola que valorize a mulher, a mulher negra! Vencer cada etapa que surgia no processo de formação da comunidade quilombola Dona Juscelina, uma luta árdua, desde esclarecer para o quilombola o que é ser consciência, compreender os passos jurídicos e até mesmo político exige um conhecimento direcionado pelo espírito de luta e a capacidade de comunicação eficaz.

Hoje, o sentimento de pertença evidenciado como se sentem enquanto quilombola, ao afirmarem que são felizes por serem respeitados e terem liberdade com lutas políticas étnicas raciais que envolvem a titulação do território, como sujeitos de direito. Como afirma o quilombola,

*[...] depois quando a gente tiver a terra, que num sabemo quando, pode ser que seja rápido pode ser que demore né, eu vislumbro o futuro que a gente espere que num seja tão longe, os nossos quilombola estejam num outro nível de vida, seja de conhecimento, seja financeiro, seja de saúde, seja de moradia. Tudo isso a partir da terra, a partir do momento que a gente tenha definitivamente a posse da terra. Agora eu acho que esse sentimento que eu tenho, ele se dá em grande parte por essa experiência, enquanto criança, enquanto jovem de trabalhar na terra né, por isso eu valorizo tanto a terra como prioridade hoje, a partir do momento que nós tivermos a terra, a casa as outra coisa vem na sequência. [...] (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)*

Contidos em grupo de estudos, realizados pelo Coletivo da Juventude Quilombola (ressalta-se que ainda não foi institucionalizado), mas se reúnem para discussão de assuntos inerentes aos quilombolas destacando sua importância e fortalecendo a identidade, com uma definição conforme a narradora:

*[...] o coletivo é o grupo da juventude em si, acadêmico e não acadêmica. E o que a gente pretende? A gente que institucionalizar para ter [...] a gente já tem voz, mas a gente quer ter voz e quer ter vez! Por que institucionalizada é mais fácil! A gente consegue se impor, colocar as nossas demandas, entendeu? Se impor no sentido de a gente poder falar, da gente colocar as nossas demandas, nossas perspectivas. E falando, a nossa perspectiva é o quê? A gente conseguir mobilizar a juventude como um todo pra que nossa cultura permaneça pra que eles sejam mais imponderados, se reconheçam se afirmem, levanta a bandeira, e sempre vão à luta, vão atrás das nossas demandas. E a gente já fez várias ações, a primeira delas foi a roda de conversa que a gente fez, o encontro só da juventude, que a gente conseguiu reunir 72 jovens. Jovens da nossa comunidade, jovens da comunidade de Cocalinho, jovens quilombolas do Pé do Morro. Nós reunimos todos esses jovens fizemos debates sobre as políticas que existem voltadas às comunidades quilombolas e sobre o atual cenário político do nosso Brasil. E aí desse encontro da juventude conversando a gente teve a*

*ideia de fazer a roda de conversa com os griôs. Que foi o que se materializou que ocorreu no mês de abril todinho, do dia 08 ao dia 22 de abril. E aí a gente e conseguiu materializar, não ficou só na ideia. Materializou, foi um encontro maravilhoso de saberes e fazeres com os nossos griôs. Foram rodas de conversas sobre a história de nossa comunidade, sobre a história de vida deles. Saberes! Além dos saberes, da teoria, a gente foi pra prática [...] (Amaria Campos, entrevista cedida em 24 de abril de 2018).*

É um grupo da juventude quilombola que se estrutura a partir das demandas percebidas por estes, e interagem com a juventude quilombola das comunidades quilombolas: Pé do Morro e Cocalinho, evidenciando que estão em constante convivência e luta pelo território indetidamente. E para ter uma compreensão desta realidade partimos da visão de mundo sobre ser quilombola,

*[...] É uma luta a cada dia! Lembra o nosso quilombo, então eu classifico assim: porque ser quilombola pra mim é relembrar o que eu fui com bravura pra jamais eu esquecer do que eu sou com paixão! Eu nasci num berço quilombola e aí toda cultura, toda a história, todas as tradições, foram repassadas pra mim de uma forma tão bonita porque eu fui crescendo nisso! Então isso me faz a cada dia amar mais o que eu sou! E a cada dia me mostrar quanto eu sou feliz por estar nesse meio, e ser quilombola pra mim é ser tudo, porque sem ser quilombola eu não sou nada [...] (Ludimila Carvalho, entrevista cedida em janeiro de 2018)*

A identidade quilombola ou ser quilombola traz uma conotação identitária, pertencimento, política e jurídica como nesta visão deste narrador,

*[...] ser quilombola pra mim é aceitar uma situação étnica discriminada enfraquecida por muitos, principalmente pelo Estado. Mas que requer da gente uma atuação ativa determinada na luta pra que os direitos os benefícios cheguem até nós. Então ser quilombola pra mim é ser além de negro pertencer a uma comunidade, uma entidade jurídica uma entidade comunitária onde grupos de famílias se juntam se unem em torno da luta por uma causa né? A causa da comunidade quilombola que é uma luta árdua, uma luta difícil. Mas, uma luta que tem que ter objetivo, alcançar esses direitos. Então pra mim ser quilombola é antes de tudo ser uma pessoa determinada em lutar para que os direitos aconteçam na sua comunidade. Além de ser descendente direto, ser afrodescendente remanescente dos quilombos do passado né? (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)*

A identidade está entremeado com muito significado no festejo do 13 de Maio, que ocorre durante três dias. Nos dias onze a treze de maio, uma alusão



a comemoração quando o tio da matriarca recebeu a notícia da assinatura da Lei Áurea<sup>36</sup> pelo telegrafo,

*[...] quando foi declarado o telegrama, é o começo. Então ele foi, aí chegou um homem. Claro Preto! - Hã! – Lá na estação tem um telegrama pra você! Foi lá. Então a Princesa Izabel era filha do Dom Pedro II. Aí o certo, que ela vai e fala: Claro Preto... o telegrama: Claro Preto apesar que tô lhe dando a primeira notícia da felicidade! Eu já reunir com meus oito companheiros, meu pai saiu pra guerra e nós vamos trabalhar pra acabar com a escravidão no Brasil. E Claro ficou muito alegre, naquele tempo não havia fuguete, não havia nada. Era umas ronqueiras, de ferro, eu mermo ainda vi [...](Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 02 de dezembro de 2016)*

Por um fio, ou seja, pelo telegrama a família da matriarca fica sabendo da assinatura da lei. E comemoram por três dias esta conquista. Assim, os dois dias que antecedem o dia treze de maio, aqui na comunidade quilombola ocorre o seminário com mesas de debates, organizado pelos acadêmicos contemplados com a bolsa quilombola, uma política pública que beneficia a comunidade.

No dia 13 de Maio acontece à Alvorada da Abolição na madrugada, os quilombolas liderados pelas mulheres quilombolas percorrem as principais ruas da cidade anunciando como será vivido o dia dedicado às memórias da alegria da libertação da escravidão. Como a própria matriarca assevera: “[...] é 13 de Maio! É o sofrimento, eu festejo é o sofrimento dos negros! Eu sou uma neta de uma cativa, num conheci, graças a Deus! Mas, minha vó era cativa! Foi cativa! [...]” (Matriarca Dona Juscelina, entrevista cedida em 03 de dezembro de 2016).

Nesta narrativa que evidencia a participante não ter sido cativa, pois como a mesma evidencia em suas narrativas que foi criada pelo padrinho, rico e político. Ensinara-lhe as etiquetas e a maneira de receber o cidadão e cidadã, de como chegar e sair em qualquer lugar no meio da sociedade. Enquanto esta circula entre a casa grande e a senzala, no seu passado, hoje, circula entre as memórias do passado e as lutas políticas atuais, construindo um discurso pautado no hibridismo em prol da estrutura organizacional da comunidade.

<sup>36</sup> [...] A Lei Áurea, aprovada em 13 de maio de 1888, tem um texto muito singelo, com apenas dois artigos: Art. 1.º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil; Art. 2.º: Revogam se as disposições em contrário. [...] Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Cartilha-forma%C3%A7%C3%A3o-com-jovens-quilombola.pdf>. Acessado em 26 de abril de 2018.

No decorrer do dia o espaço do encontro das Ruas: 03 e Avenida Carneiro Dourado nos arredores da sede da associação quilombola são preparados para a realização do teatro a céu aberto, o momento culminante do dia. E após a encenação acontece o cortejo pela mesma rota da alvorada, a comemoração em si da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel (Mapa 08-A e mapa 08-B), um momento onde há a convivência de quilombolas e não quilombolas.

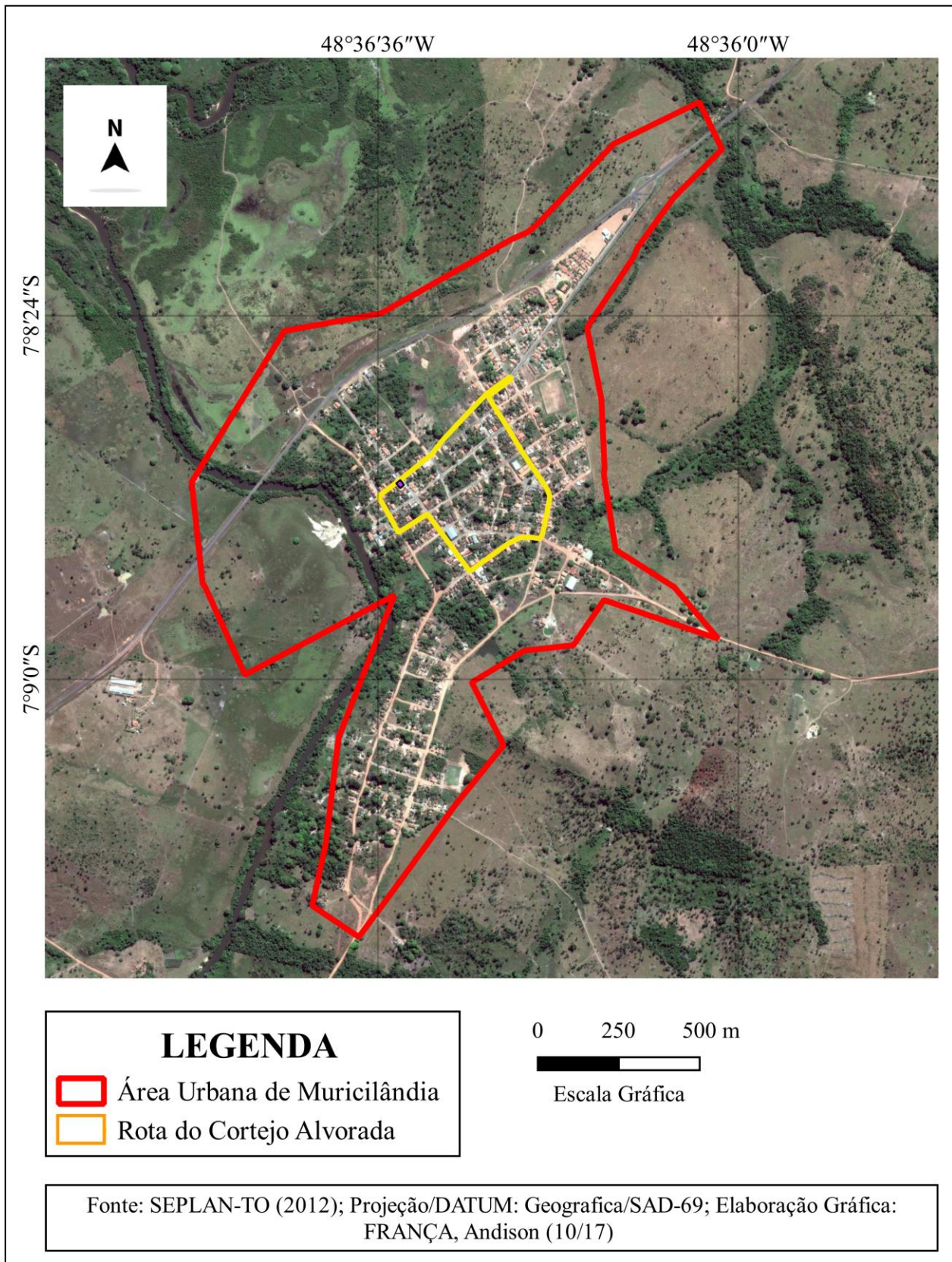
Ainda pontuando sobre as políticas públicas que contempla esta comunidade, a exemplos: do fornecimento de cestas básicas pelo INCRA, acesso a bolsa quilombola pelos aproximadamente cinquenta acadêmicos contemplados em diferentes universidades na cidade de Araguaína. Estes fazem uso de um ônibus mantido pela prefeitura municipal, que provavelmente, que pelo modo do secretário de educação ser um quilombola e uma liderança no quilombo, tenha agregado valor ao direito a educação com o direito de ir e vir com conforto e segurança.

Neste lugar é possível encontrar práticas sociais que evidenciam um modo de vida que se aproxima do bem viver. Com forte presença da zona rural na zona urbana – o que vai desde as práticas das penitências e do cultivo de hortas e ervas medicinais nos quintais, para cura de enfermidades, até a conservação de fragmentos de florestas, uma extensão dos quintais que é fonte de alimento e local de reprodução de pássaros e animais silvestres em harmonia com a vida urbana.

Quanto ao território, o antropólogo do INCRA no mês de março de dois mil e dezessete realizaria uma reunião para divulgação do relatório técnico para definição do território. Que não ocorreu e previu para maio do mesmo ano, que iria acontecer no mês das manifestações culturais. Não ocorreu novamente. Desconhecido os entraves que impedem o avanço deste momento.

É uma luta que enfrenta muitos obstáculos: burocrático, político, jurídico e a presença antagônica do latifundiário, atual donos das terras. Contudo conforme Almeida (2011, p. 119), “[...] os dispositivos de reconhecimento veem sendo aplicados lenta e gradualmente, mas com sucessivas interpretações temporárias ou longos intervalos caracterizados por total cessação da aplicação, que evidenciam a inexistência de qualquer ação sistemática [...]”.

**MAPA 09 – A:** Área Urbana de Muricilândia e a rota do cortejo da Alvorada.



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Dados organizados pela Pesquisadora)

**MAPA 09 - B:** Rota Cortejo da Liberdade: casa da matriarca ponto de saída e chegada.



Fonte: OLIVEIRA, 2018. (Organizado pela pesquisadora)

Com a previsão de divulgação do relatório concluído em dias antecedente às festividades do mês de maio deste ano, o que não aconteceu novamente. Como assevera o quilombola,

*[...] o território que nós reivindicamos é só do rio pra cá, entendeu? O outro lado não! O que foram aqui que eles se estabeleceram. Aqui pra baixo nessa região que hoje é a Mata Azul, teve uns quilombolas que... Foi assim: aqui o povo, os primeiros que vieram pra cá, eles estabeleceram aqui. Mas, eles desceram e foram fazendo centro em direção ao Pé do Morro, e desceram também fazendo Centros na margem do rio. Certo? Do lado de cá e do lado de lá, pra baixo aí. E pra cima também, tanto que chega até a Cocalândia. De lá pra cá, né? Então nessa região aqui pra baixo, é aí onde entra a família de Seu Dadá e outros mais, de Seu Geraldo da Mônica, que tavam lá em frente a Mata Azul por ali, e uns tava do lado de lá e uns do lado de cá. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em 13 de novembro de 2017)*

Não tivemos acesso ao mapa do território por ser um momento que exige ética e sigilo para que se tenha respaldo na área territorial ancestral, como assevera o narrador: *“[...] porque é uma coisa que, você sabe, quando mexe com questões de território [...] é muito melindroso [...] eu sei qual é o território, entendeu? Eu evidentemente que eu não vou falar isso porque isso é coisa muito séria!” (Entrevistado não identificado, s.d.)*

Nesse contexto, nos assevera o quilombola, *“[...] cada dia as coisas do governo vai ficando mais difícil! Sai um governo entra outro, e assim, ninguém fica com firmeza. De um dia chegar essa vez de nós ter nosso [...]” (João Pereira, entrevista cedida em 15 de abril de 2018)*. Esta fala do quilombola vem ao encontro dos dados apontados no relatório da Comissão Pastoral da Terra – CPT de 2016 e é gritante a ineficácia do governo em garantir o acesso ao território conforme as peculiaridades, o que acirra mais ainda os conflitos por terra. Especificamente neste caso, no Estado do Tocantins, como assevera Costa (2018),

*[...] Se você pega em relação aos conflitos no Tocantins, conflito por terra durante o ano de 2016, de 99 ocorrências, 41 foram quilombolas, 32 dos sem terra, 19 de posseiros, 5 indígenas e 2 de assentados. Então a questão quilombola prevaleceu. Isto é um alerta pra todo mundo! Diz assim: as comunidades que lutam por seus territórios que há um tempo fugiram da escravidão pra procurar abrigo e que hoje existe a lei que garante o território desta comunidade a partir da auto declaração deles. E aqui no Tocantins a gente vê que estes conflitos aumentam e não tem uma alternativa por parte tanto do governo estadual como do governo federal de resolver esta situação litigiosa dessas comunidades [...] (COSTAS, entrevista cedida em 12 de abril de 2018).*

Assim, se analisarmos o relatório de conflitos por terra organizada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT do ano de 2015 que foi divulgado no ano de 2016 foram registrados 19 conflitos por terra, envolvendo categorias como: posseiro, sem terra, assentados e indígenas. Contudo, não foram registrados conflitos em comunidades quilombolas. Já no relatório do ano de 2016, divulgado em 2017, conforme o caderno de conflitos no campo, conforme a narrativa do entrevistado houve um crescimento considerável do número de conflitos que se fazem presentes em território quilombola no Tocantins.

Entendemos que, certificar a comunidade e não emitir o título da terra é uma nova abolição, ou seja, uma falsa garantia de direitos e liberdade em si para exercê-los. No mês de agosto de 2017 uma equipe de professores (foto 23) das universidades UFT e USP em visita para conhecer a comunidade quilombola Dona Juscelina. Oportunidade de conhecer a matriarca Dona Juscelina, parte do Conselho de Griôs, membros do NEAQ, jovens do Coletivo da Juventude Quilombola, presidente da associação e diretorias, além de outros quilombolas.

Nesta visita, selaram-se vários compromissos com a comunidade:

- a) Possibilidade de publicar as duas produções acadêmicas, como resultado de duas pesquisas do Programa de Pós-graduação de Estudos em Culturas e Territórios - PPGCULT / UFT – USP;
- b) Produção de um abaixo-assinado como instrumento para dar celeridade na produção do relatório técnico (foi entregue a comunidade no dia 20 de novembro de 2017, sem manifestação ainda com coleta de assinatura);
- c) Doação de livros para o NEAQ com temas relacionados a comunidade tradicional, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Júlio César Suzuki – USP;
- d) Participação no seminário no ano de 2018 com temas que venham fortalecer o movimento quilombola pela conquista do território.

Neste espaço de interlocução (foto 20) entre a universidade e a comunidade quilombola, foi possível conhecer narrado pela matriarca sobre a Festa o 13 de Maio, a historicidade das origens da comunidade ouvindo os Griôs, como vêm se constituindo a estrutura organizacional da associação e seus respectivos

conselhos. E quanto à participação da juventude por meio de dois instrumentos de luta o Núcleo de Estudos Afro Quilombola – NEAQ e o Coletivo de Juventude que vem sendo articulado. Deste modo, firmamos compromissos com quatro metas a serem cumpridas até a conclusão desta pesquisa no ano de 2018. E até o presente momento duas metas já foram realizadas.

**FOTO 23:** Visita de equipe de professores das universidades UFT e USP para conhecer a Comunidade Quilombola Dona Juscelina



Fonte: OLIVEIRA, 2017. (Arquivo da Pesquisa)

Oportunidade que tornou possível uma aproximação e conhecer um pouco mais sobre a associação e suas funções, notadamente o deslocamento que o presidente do conselho cultural desempenha e função de secretário de educação municipal, como liderança quilombola fortalece os desafios de acesso aos trâmites às políticas públicas existentes.

Este servidor se mobiliza da comunidade para os espaços de gestão pública. Interessante também é ouvir membros do NEAQ e as ações por estes realizadas no enfrentamento do racismo e preconceito. Todo este diálogo gera uma aproximação entre a comunidade e a universidade no quesito produção de pesquisa científica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de nossa investigação e pela abordagem utilizada, constatamos sobre a questão fundiária no Brasil no contexto na escravidão no século XIX, da Lei de Terras de 1850 em nosso país e do advento da abolição da escravatura em 1888 que, parafraseando em Martins (2010), a libertação do escravo não o liberta do passado de escravo, são libertos do senhor, mas continuam cativos da nova condição.

A historicidade desta comunidade quilombola é fundamentada em dois fatos distintos narrados por meio da história oral - Portelli (2016) -, no caso, a migração das romarias guiadas pelas profecias do Padre Cícero e das bandeiras verdes - Almeida (1995) - e pela migração de negros e negras com ancestralidade de ex-cativos.

O primeiro fato histórico é a chegada do grupo de romeiros nesta comunidade no ano de 1952, sendo este grupo composto por oito homens liderados pelo Sr. João Paulino e que se instalaram às margens do Rio Muricizal.

O segundo momento histórico refere-se à chegada da matriarca e de toda a sua família, no ano de 1962, a esta comunidade. Migraram do Maranhão em busca de um lugar que lhes permitisse condições de viver, carregando no bojo a cultura de matriz africana, que é, nesse sentido, representada pela comemoração do dia 13 de maio, a festa da Abolição, manifestação que herdara de um tio, se incumbindo de praticar todos os anos enquanto viva for.

Deste modo, as memórias - Thompson (1992) - evidenciam que as terras devolutas com paisagem de florestas densas e matas de cocais babaçu foram ocupadas e exploradas para o sustento alimentício. Terras estas de difícil acesso, o que impossibilitava o deslocamento para outros locais, o que era possível através de picadas feitas pelos antepassados dos quilombolas ou por meio do Rio Muricizal - via que dava acesso a outras comunidades, como Araganã e Xambioá, e que era utilizado não somente como via de transporte, mas também como fonte de alimentos.



A ocupação das terras devolutas é organizada em centros - O'Dwyer (2002) - de roçados, de modo que cada família explorava de forma comunitária as terras comuns. Contudo, a realidade começa a mudar a partir da década de 70, quando chegam sujeitos oriundos da região sul e sudeste do Brasil, com títulos de terras e que se autodenominavam donos delas. Tal ato resultou em conflito territorial e expulsão dos antepassados, o que os empurrou para a área que margeia o rio principal. Esse conflito territorial perdura até os dias atuais na Amazônia Legal.

Em Haesbaert (2004), as territorialidades ou as relações são construídas no espaço vivido por seus ancestrais. Mapeamos e caracterizamos a Comunidade Quilombola Dona Juscelina como uma comunidade negra com ancestralidade de ex-cativo, localizada na zona urbana por condição, devido não se ter ainda efetivado o território ancestral.

Para Saquet (2010), território sendo o lugar onde as relações são construídas quando apropriado e produzido o espaço geográfico. Neste lugar é possível encontrar práticas sociais que evidenciam um modo de vida que se aproxima do bem viver, com forte presença da zona rural na zona urbana – o que vai desde as práticas das penitências e do cultivo de hortas e ervas medicinais nos quintais, para cura de enfermidades, até a conservação de fragmentos de florestas, uma extensão dos quintais que é fonte de alimento e local de reprodução de pássaros e animais silvestres em harmonia com a vida urbana.

Ainda como parte desta harmonia imbuída no modo de vida dos quilombolas, existem os quintais como espaços também da prática de agricultura de subsistência, um resquício das práticas dos ancestrais que associa culturas que utilizam práticas agroecológicas, o que mostra que no espaço urbano há fortes aspectos do rural. E é neste espaço urbano onde está o maior exemplo de territorialidade quilombola apesar de estarem dispersos nesta e desempenharem funções ocupacionais diversas.

E neste eixo do rural-urbano estão presentes as práticas da agricultura de subsistência nas roças de quilombolas contemplados pelo Projeto Cinturão Verde, o qual é subsidiado pela gestão da administração municipal. Constatamos que há quilombolas que plantam e produzem, mesmo que de

forma precária, num pedaço pequeno de terra em propriedades de fazendas privadas ou nas últimas terras ancestrais de domínio quilombola.

Compreendemos que o termo quilombo passou por uma ressemantização contínua desde 1740, de tal forma que a conceituação que mais se aproxima da realidade desta comunidade é o de quilombo em Ratts (2006). Na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, para ser quilombola não basta ser negro. E não necessariamente pela cor da pele, mas que se aceitar e se autodefinir como quilombola.

Para ser aceito na comunidade, no caso destas 236 famílias, aproximadamente 900 pessoas, tiveram que passar pela associação numa Assembleia Geral. Ao se autodefinir como quilombola, este assume as obrigações definidas no Estatuto da Associação Quilombola Dona Juscelina - AQDJ.

Contudo, sobre políticas públicas em relação ao acesso a casas para os quilombolas, há um entrave, que é o fato de a terra ainda não ter sido efetivada, ou seja, se não há o título da terra comum, não há como construir as casas. A terra é tudo para os quilombolas, é o motivo maior desta luta, que se organiza para que tenham de volta o que já tiveram quando ocuparam o território nos primórdios.

Estava marcado para novembro de 2017 o dia em que o antropólogo do INCRA iniciaria outra etapa, a última, que seria entrar no território e fazer o reconhecimento do estudo do solo. Entretanto, estendeu-se o prazo para março de 2018 após ajustes na área mapeada a ser verificada.

Para ALMEIDA (2011) os entraves políticos sustentado na burocracia administrativa retarda a efetivação do acesso às terras tradicionais. Em consonância com o discurso do órgão governamental responsável pela titulação do território, do INCRA que há uma inviabilidade orçamentária, deste modo os recursos financeiros disponibilizados são insuficientes para atender a demanda.

Todo esse processo gera assim, uma reflexão: é intencional certificar e não titular? Pois comunidade quilombola sem território não é comunidade quilombola! A Constituição Estadual não garante a titulação do território, pois esta garantia se faz à medida que a comunidade se emancipa e toma posse da

terra. Uma coisa é o que a lei garante e outra coisa totalmente diferente é o que acontece no dia a dia. Lugar de quilombola é na terra vivendo da terra!

Deste modo, a alegação da falta de orçamento do INCRA recai sobre a garantia de funcionários qualificados para realizar as etapas e o pagamento das desapropriações.

Vale ressaltar que há uma burocratização no alcance desses direitos com o intuito de criar-se uma imagem reducionista destas comunidades. Políticas sociais são implementos que apenas barganham o acesso ao território. Tais políticas são tendenciosas e, nas entrelinhas, almejam classificar as comunidades remanescentes de quilombolas como carentes e argumentar que estas políticas são suficientes, o que não é verdade.

Mesmo de forma insuficiente, conquistas foram alcançadas, como: certificação de autodefinição e constituição de uma associação quilombola consistente, pautada na democracia, com a participação de todos os quilombolas e com uma visão holística. Isso possibilitou a criação do Conselho de Griôs, do Núcleo de Estudos Afro Quilombolas – NEAQ, do Coletivo da Juventude, e de tantas outras representações políticas.

Há, como exemplo das políticas públicas para amenizar essa situação, o acesso a cestas básicas e bolsa quilombola para uma parcela de acadêmicos que estudam em Araguaína, a sessenta e dois quilômetros de distância.

Após mapearmos a área de estudo, que contempla espaços da zona rural e urbano identificamos que ainda existem três terras ancestrais que permanecem com famílias e descendentes, desde os primórdios da ocupação. Destas, duas possuem o título de posse pela compra e uma é herança de família, não possuindo o título de posse.

Não tivemos acesso ao mapa do território que está sendo elaborado por representantes do INCRA e representantes da comunidade. Contudo nos foi informado que antropólogo mapeou o território e constatou, após análise dos quilombolas definidos, que uma terra ancestral não estava inserida, fato que foi preciso rever *in loco* e fazer a inserção. Afinal, é a vida de uma comunidade envolta em conflitos de terra que será afetada.

Neste panorama e com uma visão que contempla as várias interfaces desta comunidade quilombola, tem-se a matriarca como expoente da ancestralidade negra. Em interlocuções os anciãos e os jovens mantêm o

processo pelo qual as memórias são semeadas, garantindo o legado dos saberes local.

Há a valorização do principal rito da comunidade, o 13 de maio, mantendo-se suas tradições - a Alvorada, a pintura da pele e o teatro a céu aberto -, que são carregadas de simbolismos e significados.

Assim, realizamos um diálogo com o Coletivo de Griôs, os quais são portadores das memórias dos ancestrais do lugar e da história de luta do povo negro. Levando-se em conta a relevância destes e dos conhecimentos que possuem, observamos as ponderações das relações sociais, do modo de agir da juventude num sentido que vai desde a busca de direitos até a questão da preservação dos saberes tradicionais, os quais são passados no cotidiano da comunidade por meio da oralidade, da música, da escrita, da arte como um todo, das romarias, do artesanato com palha e do conhecimento do percurso do rio Muricizal.

O Conselho de Griôs é um instrumento contemplado no estatuto da associação a partir de uma alteração necessária. Surge em razão de ser percebida a dificuldade que o negro da comunidade tem de se aceitar na condição de quilombola. Isto gera uma preocupação nas lideranças: se o adulto não se aceita como negro, quando os mais velhos morrerem como ficarão os jovens? Quem irá carregar a tradição, fazer com que as manifestações não se extinguem?

Práticas religiosas como as penitências, romarias e comemorações de santos com rezas e confraternizações mantêm a união entres os quilombolas e os não quilombolas. Há também uma preocupação com a educação, desde o nível básico até o superior, que se efetiva com o acesso à bolsa quilombola permanente e ao transporte escolar - para que se desloquem até os centros universitários em Araguaína.

Nesse sentido, há também uma preocupação ambiental com relação ao rio Muricizal e à conservação de fragmentos de florestas. Ações coletivas são realizadas para que esses espaços florestais permaneçam em pé de modo a continuar sendo fonte de alimento para os animais silvestres e, assim, mantendo um equilíbrio natural. Concomitantemente, estes diálogos entre a juventude, a escola e os anciãos fortalecem a identidade e a resistência quilombola.

Os conflitos persistem nas comunidades quilombolas que existem no Estado, mais especificamente nas regiões sul, sudeste e norte. E essa situação continua. É uma briga incessante dessas famílias contra o poder do grande capital, uma luta desigual.

Desse modo, a luta pelo território na Comunidade Quilombola Dona Juscelina também é contínua nos doze anos de enfrentamento desde 2006, ano em que se deu início ao processo de formação socioterritorial. É uma das 45 comunidades certificadas e uma das 09 localizadas na região Norte do estado. A própria estrutura organizacional da comunidade demonstra que são muito intensas as lutas diárias pelo território ancestral.

## REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ALMEIDA, Alfredo Vagner Berno de. **Movimentos sociais na Amazônia**. In: Amazônia, mito e desencanto. Revista Debate. Salvador: Publicação CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), 1995. p. 83-115.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. “**Os quilombos e as novas etnias.**” In: **Quilombos identidade étnica e territorialidade**, por Eliane Cantarino O'DWYER, 43-81. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 296p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: PGSCA - UFAM, 2008, p. 25 - 13.

APATO - Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins. **Os Territórios Quilombolas no Tocantins**. Disponível em: <http://www.apato.org.br/documentos/cartilha-quilombolas-do-tocantins-web.pdf>  
> Acessado em: janeiro de 2018.

ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. In: PINHO. Osmundo (Org). Raça: Perspectivas Antropológicas. ABA/ Ed. Unicamp / EDUFBA. 2008. 315-350. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/ARRUTI-%20Jose.%20Quilombos.pdf>. Acessado em 18 de setembro de 2017.

BAUMAN, Z., F.Engels, C. Geertz, A. Leontiev, E. Marcarian. **O papel da Cultura nas Ciências Sociais**. Rio Grande do Sul: Vila Martha, 1980, p.75.

BOBBIO, Noberto. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília: UNB, 1999. Disponível em: <http://www.liberalismo.org/livros/nbaieopec.pdf>. Acesso em: janeiro de 2018.

BRASIL, 2016. Conflitos no Campo. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade – Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2016. 232 páginas: fotos, tabelas.

BRASIL, 2017. **TERRITÓRIO QUILOMBOLA**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>. Acessado em 25 de abril de 2018.

BRASIL. MEC, Ministério da Educação e Cultura. **Salto para o Futuro: Educação Quilombola** – Boletim 10, 2007, p. 10.

**Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos.** Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs.)[et al]. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA. Edições, 2010. 349p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Sousa Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª ed. – São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 161 p.

DOMINGUES-LOPES, Rita de Cássia. Na Luta Pelos Seus Direitos: Memória E Identidade De Uma Comunidade Remanescente De Quilombo No Norte Do Tocantins. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína.** V, 09. 2017. p. 42-60. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/3712/11474>. 2017. Acessado em: 07 de março de 2018.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. Migração de nordestinos para o Médio Mearim-MA (1930-1960): literatura regional e narrativas orais. **Anais do XXVI Simposio Nacional de História-ANPUH,** São Paulo. 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300908633\\_ARQUIVO\\_Texto\\_ANPUH\\_numerado%5B1%5D.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300908633_ARQUIVO_Texto_ANPUH_numerado%5B1%5D.pdf). Acessado em 16 de dezembro de 2017.

FERREIRO, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org). **Usos e abusos da história oral.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004).** 2.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2012. 432 p.

FIABANI, Adelmir. **Novos Quilombos – Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008).** 1ª ed. Palmas: Editora Nagô, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução: Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

HAESBAERT, Rogério. **DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS À MULTITERRITORIALIDADE.** Porto Alegre. 2004. Disponível em: [www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf](http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf). Acesso em 16 de abril de 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. – Rio de Janeiro:DP&A, 2006. 104p.

LIMA, Nei Clara de. **Narrativas Oraís: uma poética da vida social.** Brasília: Universidade de Brasília, 2003.226p.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, UnB, 2002. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e Histórico do Quilombo na África**. In: Revista USP, nº 28, dez/fev 1995/1996. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/28/conteu-do.php>> Acessado: outubro de 2017.

NETO, Lira. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

**13 DE MAIO: Abolição, sim. Igualdade, ainda não**. O Popular, 2015. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/editorias/magazine/13-de-maio-aboli%C3%A7%C3%A3o-sim-igualdade-ainda-n%C3%A3o-1.850546>. Acessado em 07 de março de 2018.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade** / Organizadora. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PALMARES. Comunidades certificadas: CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) ATUALIZADA ATÉ A PORTARIA Nº45/2018, PUBLICADA NO DOU DE 05/03/2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>. Acesso dia 09 de abril de 2018.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta** / [tradução Ricardo Santhiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Roberto de Souza. **Educação, território e cultura quilombola no Tocantins: debates, experiências e pesquisa**. (org.) Goiânia: Kelps, 2015. 134 p.



SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

STEIMBERGER, Marília (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013. 328p.

SUNDFELD, Carlos Ari. **O DIREITO À TERRA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS (Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)**. Disponível em: [http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/432.Comunidades\\_quilombolas\\_direito\\_a\\_terra.pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/432.Comunidades_quilombolas_direito_a_terra.pdf). Acessado em janeiro de 2018.

SUZUKI, Júlio César, BERDOULAY. Vincent. AGRICULTURA URBANA ENTRE NECESSIDADE E UTOPIA: EXPERIÊNCIAS PAULISTANAS. **XIV Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2016. Disponível em: [http://www.ub.edu/geocrit/xiv\\_suzuki.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/xiv_suzuki.pdf). Acessado em 27 de janeiro de 2018.

SUZUKI, Júlio César. MARTINS, *Marcos Henrique*. Jovens quilombolas e a mobilidade do trabalho nas Comunidades da Poça e do Mandira, no Vale do Rio Ribeira de Iguape – São Paulo. **Revista Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais**. Recife – PE: Universidade Federal de Pernambuco. Vol. 04 Nº 01. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229869>. Acessado em 07 de março de 2018.

SUZUKI, Julio César. CAMPO E CIDADE NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E DIFICULDADES DE CONCEITUAÇÃO. **Revista Nera**. Presidente Prudente: UNESP, ano 10, nº 10, 2007. p. 134-150. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1429> 2007. Acessado em novembro de 2017.

SUZUKI, Julio César. TERRITÓRIO, MODO DE VIDA E PATRIMÔNIO CULTURAL EM SOCIEDADES TRADICIONAIS BRASILEIRAS. **Revista Espaço e Geografia**. Brasília:UNB. V. 16, nº 02, 2013. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/272>. Acessado em 07 de março de 2018.

THOMPSON, Paul. 1935. **A voz do passado: história oral** / Paul Thompsom: tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. Londrina:Eduel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo de percepção, Atitudes e valores do meio Ambiente**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel 1980.

**Unidades de Conservação: Territórios remanescentes de quilombos**. Disponível em: [https://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rios-de-ocupa%C3%](https://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rios-de-ocupa%C3%BA)

A7%C3%A3o-tradicional/territ%C3%B3rios-remanescentes-de-quilombos. Acessado em: 20 de janeiro de 2018.

VENTURI, Luiz Antonio Bittar. **Praticando a geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria – movimento sócio-religioso na Amazônia Oriental** / Maria Antonieta da Costa Vieira.- - Campinas, SP: [s.n]. 2001.

## LEIS

BRASIL, 2003. **LEI Nº 10.639**, de 9 de Janeiro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acessado em 25 de abril de 2018.

BRASIL, 2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCNEB** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e educação Integral. Brasília, 2013.

MURICILÂNDIA, 2004. **Lei nº 255/2004 de 15 de ABRIL DE 2004**. Câmara Municipal de Muricilândia. Fica declarado feriado municipal o Dia 13 de Maio e dá outras providências.

MURICILÂNDIA, 2013. **Lei nº 500/2013 de 16 DE DEZEMBRO DE 2013**. Câmara Municipal de Muricilândia. Fica instituído o Dia 20 de Novembro como feriado municipal no município de Muricilândia em virtude do Dia da Consciência Negra e dá outras providências.

TOCANTINS. **Constituição do Estado do Tocantins de 1989**. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/61508/> > Acessado em janeiro de 2018.

## DECRETOS

BRASIL, 2007. **DECRETO Nº 6.040 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato\\_2007\\_2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007_2010/2007/decreto/d6040.htm). Acessado dia 25 de abril de 2018.

BRASIL, 2002. **DECRETO LEGISLATIVO Nº 143, DE 2002**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html>. Acessado em 25 de abril de 2018.

BRASIL, 2003. **Decreto nº 4.887** de 20 de Novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em 20 de abril de 2018.

## ANEXOS

## **ANEXO 01: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
NÚCELO DE ESTUDOS AFRO QUILOMBOLA - NEAQ

Convido você para participar da Pesquisa TERRITORIALIDADE NOS LIMITES DO RURAL E URBANO, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO, sob a responsabilidade do pesquisador Izarete Da Silva De Oliveira, a qual pretende pesquisar a Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO, para conhecer como era a ocupação das terras, como eram organizadas, distribuídas pelos antepassados, os primeiros que chegaram neste lugar.

Esta pesquisa se justifica pela importância do registro histórico, para dar visibilidade às comunidades tradicionais e gerar reflexão sobre os desafios atuais dos quilombolas em viver sua liberdade com dignidade econômica, cultural e social.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista, que será gravada em áudio, que será realizada na sua residência, desde que o ambiente garanta a privacidade. O tempo necessário para responder as questões varia em média de trinta minutos a duas horas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Os benefícios dessa pesquisa são de: registrar a história da comunidade e divulgar para os próprios quilombolas, fortalecendo a luta pela terra.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são constrangimento, inibição, invasão de privacidade. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Após o término da pesquisa os resultados serão apresentados a comunidade pela pesquisadora.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de aceitar participar, você desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável no endereço Rua Santa Inês, Quadra 19, lote 07 – Nº 238 – Setor Raizal – Araguaína - TO, ou pelo telefone (63) 992165915, profizareteoliveira2016@gmail.com. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo email: [cep\\_uft@uft.edu.br](mailto:cep_uft@uft.edu.br), ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almoarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a

**ANEXO 02: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Pais e Responsáveis)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
PAIS OU RESPONSÁVEIS

Convidamos a sua filha: \_\_\_\_\_ para participar da Pesquisa TERRITORIALIDADE NOS LIMITES DO RURAL E URBANO, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO, sob a responsabilidade do pesquisador Izarete Da Silva De Oliveira, a qual pretende pesquisar a Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO, para conhecer como era a ocupação das terras, como eram organizadas, distribuídas pelos antepassados, os primeiros que chegaram neste lugar.

Esta pesquisa se justifica pela importância do registro histórico, para dar visibilidade às comunidades tradicionais e gerar reflexão sobre os desafios atuais dos quilombolas em viver sua liberdade com dignidade econômica, cultural e social.

A participação de sua filha é voluntária e se dará por meio de entrevista, que será gravada em áudio que será realizada na sua residência, desde que o ambiente garanta a privacidade. O tempo necessário para responder as questões varia em média de trinta minutos a duas horas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento ela não precisa realizá-lo.

Os benefícios dessa pesquisa são de: registrar a história da comunidade e divulgar para os próprios quilombolas, fortalecendo a luta pela terra.

Os riscos decorrentes da participação na pesquisa são constrangimento, inibição, invasão de privacidade. Em qualquer momento, se ela sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito a indenização.

Após o término da pesquisa os resultados serão apresentados a comunidade pela pesquisadora.

A participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir a participação de sua filha o Sr (a) desistir deste consentimento, tem o direito e a liberdade de retirá-lo em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua filha. Ela não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável no endereço Rua Santa Inês, Quadra 19, lote 07 – Nº 238 – Setor Raizal – Araguaína - TO, ou pelo telefone (63) 992165915, profizareteoliveira2016@gmail.com. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que os direitos de sua filha como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma

ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que sua filha está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo email: [cep\\_uft@uft.edu.br](mailto:cep_uft@uft.edu.br), ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almoxarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 as 17 horas e quarta e quinta das 9 as 12 horas.

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo sr. (a), ficando uma via com cada um de nós.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da colaboração da minha filha, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo com a participação dela no projeto, sabendo que não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo e que pode sair quando quiser.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local) (dia) (mês) (ano)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pelo menor

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

### **ANEXO 03: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa TERRITORIALIDADE NOS LIMITES DO RURAL E URBANO, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA-TO, sob a responsabilidade do pesquisador Izarete Da Silva De Oliveira, a qual pretende pesquisar a Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO, para conhecer como era a ocupação das terras, como eram organizadas, distribuídas pelos antepassados, os primeiros que chegaram neste lugar.

Esta pesquisa se justifica pela importância do registro histórico, para dar visibilidade às comunidades tradicionais e gerar reflexão sobre os desafios atuais dos quilombolas em viver sua liberdade com dignidade econômica, cultural e social.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista, , que será gravada em áudio, que será realizada na sua residência, desde que o ambiente garanta a privacidade. O tempo necessário para responder as questões varia em média de trinta minutos a duas horas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Os benefícios dessa pesquisa são de: registrar a história da comunidade e divulgar para os próprios quilombolas, fortalecendo a luta pela terra.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são constrangimento, inibição, invasão de privacidade, podem vir a tona memórias os sofrimentos vividos durante o processo de expulsão de suas roças. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Após o término da pesquisa os resultados serão apresentados a comunidade pela pesquisadora.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos

dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável no endereço (inserir endereço profissional), ou pelo telefone (63) 992165915, profizareteoliveira2016@gmail.com. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo email: [cep\\_uft@uft.edu.br](mailto:cep_uft@uft.edu.br), ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almoarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 as 17 horas e quarta e quinta das 9 as 12 horas.

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo sr. (a), ficando uma via com cada um de nós.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local) (dia) (mês) (ano)



---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Assinatura do pesquisador responsável

**ANEXO 04:** Imagem da Lei nº 255 / 2004 – Declara Feriado Municipal o dia 13 de Maio na Comunidade Quilombola Dona Juscelina



**ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA**

*CNPJ: 25.063.876/0001-08*

**LEI Nº 255 / 2004  
DE 15 DE ABRIL DE 2004**

**“FICA DECLARADO FERIADO MUNICIPAL O DIA 13 DE MAIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, aprova e eu RUBENS GONÇALVES DE AGUIAR, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica declarado feriado Municipal, 13 de Maio, em homenagem cultural, **O DIA DA FOLIA NEGRA** de Muricilândia.

**Art. 2º** - O Município com parceria do Movimento da **FOLIA NEGRA** Municipal, onde se deve planejar e realizar, passeios festivos e culturais, apresentações e encenações nas diversas ruas de Muricilândia, até o término da folia negra.

**Art. 3º** - Esta de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, AOS 07 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2004 ( DOIS MIL E QUATRO ).**


**RUBENS GONÇALVES DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL**

SANCIONADA

Gov. nº 255

em 07/05/2004

**ANEXO 05:** Imagem da Lei 500/2013 – Institue o dia 20 de Novembro Feriado Municipal Na Comunidade Quilombola Dona Juscelina

PUBLICADO NO PLACAR DA PREFEITURA Em 16/12/2013 <i>[Assinatura]</i> ASSINATURA		<b>SANCIONADO</b> Sob nº 500 / 2013 EM 16 / 12 / 2013
---	---	---

ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA  
CNPJ: 25.063.876/0001-08  
Adm: 2013/2016

João Pinheiro de Sousa  
Sec. Municipal de Planejamento  
Portaria nº 031/2013

Lei Nº. 500/ 2013

DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

“Fica Instituído o dia 20 de Novembro como feriado Municipal no Município de Muricilândia em virtude do dia da Consciência negra e dá outras providências

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, aprova e o Prefeito Municipal, sanciona a seguinte lei:**

**Art. 1º** - Fica Decretado feriado Municipal o dia 20 de Novembro no município de Muricilândia em virtude do dia da consciência negra .

**Parágrafo único** – Fica a Secretaria Municipal de Educação do Município de Muricilândia/To, autorizada a incluir em seu cronograma educacional anual com parceria com a comunidade quilombola local a programação de eventos da Secretaria Municipal da Cultura, Esportes e Turismo, que definirá as atividades da comemoração.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

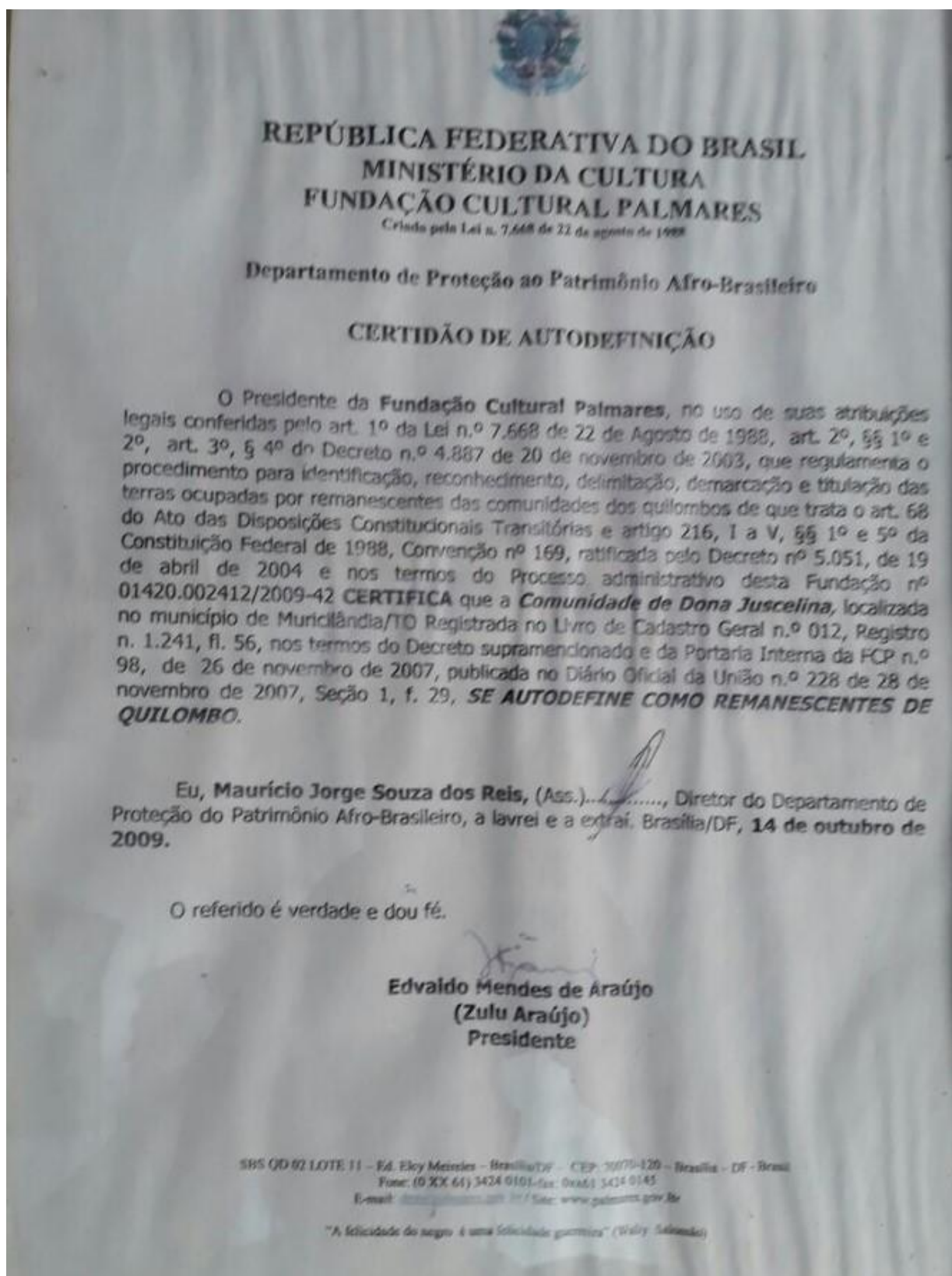
**Art. 3º** - Esta Lei entrara em vigor a partir da data de sua aprovação e publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA, ESTADO DO TOCANTINS, aos 17 dezessete dias do mês de Dezembro de 2013.**

*Jair Luiz Montes*  
JAIR LUIZ MONTES  
Prefeito Municipal

Jair Luiz Montes  
Prefeito Municipal

**ANEXO 06:** Imagem da Certidão de Autodefinição da Comunidade Quilombola Dona Juscelina



## **ANEXO 07: Roteiro de Entrevista aplicado na Comunidade Quilombola Dona Juscelina**

### **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO – PPGCULT**

---

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS DESTINADO AOS MEMBROS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA – MURICILÂNDIA-TO. Nº \_\_\_\_\_**

Data \_\_/\_\_/2018 Iniciais do entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_anos

Vive quanto tempo na comunidade? \_\_\_\_\_

Grau de instrução: \_\_\_\_\_

Qual sua origem? \_\_\_\_\_

Mora: ( ) zona urbana ( ) zona rural ( ) zona urbana e rural

#### **I – IDENTIFICAÇÃO, MEMÓRIAS DO LUGAR, FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL (09)**

1. O que você sabe sobre a história da formação desta comunidade quilombola?
2. Durante a ocupação e desocupação da terra na região da comunidade, houve conflito de terras?
3. Como você se sente como quilombola? Na família, na comunidade, como pessoa?
4. Houve progresso após o reconhecimento da comunidade quilombola? Quais as políticas públicas que contempla os quilombolas?
5. O que é ser quilombola? Quais os critérios pra ser um quilombola?
6. Qual o significado da comemoração do dia 13 de maio para a comunidade? E pra você, o que significa?
7. Qual a importância da matriarca Dona Juscelina para a comunidade quilombola?
8. Fale um pouco sobre como é a convivência dos quilombolas hoje. E qual sua função na comunidade?
9. Como são vistos os griôs da comunidade? Como são assistidos quanto a saúde, lazer, moradia, modo de vida, as memórias e atividades que os valorize como quilombola?

#### **II – CONDIÇÕES SOCIECONÔMICO E HABITACIONAL (12)**

10. Qual sua profissão? Alguém da família trabalha nesta profissão?

11) Na sua residência tem saneamento básico?

( ) Água tratada,

( ) coleta de lixo,

( ) energia elétrica,

( ) fossa séptica,

( ) cisterna

12) Sua casa é :

( ) própria ( ) alugada ( ) programa habitacional do governo?

13) Você tem propriedade na zona rural? Como foi adquirida?

( ) sim ( ) não

Se tem propriedade rural, o que cultiva / produz?

( ) frutas ( ) verduras ( ) grãos (feijão, milho, fava) ( ) mandioca/farinha

( ) animais (leite, ovos, carne) ( ) outros \_\_\_\_\_

14) Qual o destino do que você produz de alimentos? Se vendido, onde? Quem compra? O município compra esta produção?

15) Que sentido tem a terra pra você? Como é sua relação com a terra?

16. Os quilombolas na comunidade Dona Juscelina vivem do quê? Em que trabalham? Como é o modo de vida?

17. Como eram os tempos de roça na comunidade quilombola no passado?

a) O que produziam?

b) E na colheita?

c) Como armazenavam?

d) Ainda há quilombolas que produzem roça na comunidade quilombola? O que plantam?  
Como plantam?

18) Como é a relação da cidade com a comunidade quilombola?

19) Existe quilombolas desta comunidade morando na zona rural? Poderia falar sobre esta relação entre a zona urbana e rural?

20) Quais eventos religiosos / culturais comemorados, que são próprios da comunidade quilombola que lembra o uso da terra?

21. Como é a relação da comunidade quilombola com o Rio Muricizal antes e hoje?

### **III – PROCESSO DE RECONHECIMENTO E POSSÍVEIS MUDANÇAS APÓS A ENTREGA DO TÍTULO DE AUTORRECONHECIMENTO PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA (12)**

22. Quando e em que ano começou a luta pelo território quilombola? Quem deu início a esta luta?

23. Quais as primeiras famílias que deram início a formação desta comunidade quilombola ?

24. Como foi a aceitação para o reconhecimento da comunidade quilombola pela comunidade?

25. Houve divulgação na comunidade sobre o processo de auto definição da comunidade? quais as reações?

26. Como foi o cadastramento na associação quilombola e quais critérios para este? Quantos?

27. Como está organizada esta comunidade quilombola?
28. Como está a situação de efetivação do território de direito na comunidade, atualmente? Vem sendo realizadas ações para dar celeridade a efetivação deste?
29. Você participa das reuniões para informações sobre como está o processo de delimitação do território? Na sua opinião, a área atende às necessidades da comunidade quilombola? Todos participam?
30. Este território está na: ( ) zona urbana ( ) zona rural ( ) tanto urbana quanto rural  
E como são as condições do lugar (água, estradas, transporte, comunicação, acesso à escolas, possibilidades de trabalho)
31. Esta área é propriedade privada ou área pública? Ou as duas?
32. O planejamento da cidade considera ou não, a existência da Comunidade Quilombola? Como a política local se relaciona com o quilombo?
33. Existe práticas da agricultura de subsistência na comunidade? Se existe, há algum programa ou incentivo do governo especificamente para quilombolas, para auxiliar na produção?

#### **IV – QUANTO AO SISTEMA EDUCACIONAL (09)**

34. A história da comunidade quilombola é estudada nas escolas ou não? Como acontece?
- 35) Como as escolas agregam os quilombolas? Há ações que valorizam e reforçam a identidade quilombola?
- 36) Existe ações de combate ao racismo, preconceito e discriminação na realidade escolar?
37. Existe algum programa de formação para os quilombolas?
- 38) Atualmente, existe quantos universitários que são contemplados pela bolsa quilombola?
- 39) Na sua família existe alguém contemplado pela cota quilombola?
- 40) Conte um pouco sobre a bolsa permanência quilombola, como é o processo para ter acesso e permanecer.
- 41) O acesso a universidade tem apoio gestão pública? Se, como é este apoio?